



## **ACADEMIA MILITAR**

### **AS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTA DA UNIÃO EUROPEIA COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Rui Pedro Gonçalves Craveiro

**Orientador:** Major de Infantaria da GNR (Doutor) Reinaldo Saraiva Hermenegildo

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Daniel Filipe Roque Gomes

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2019**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **AS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTA DA UNIÃO EUROPEIA COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Rui Pedro Gonçalves Craveiro

**Orientador:** Major de Infantaria da GNR (Doutor) Reinaldo Saraiva Hermenegildo

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Daniel Filipe Roque Gomes

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2019**

## EPÍGRAFE

*“Coming together is a beginning,  
keeping together is progress,  
working together is success”.*

Henry Ford

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, irmã, namorada, familiares e amigos, a quem devo tudo.

Espero deixar-vos orgulhosos.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização do presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, que representa o culminar de uma intensa jornada académica de cinco anos, não seria possível sem aqueles que, das mais variadas formas, prestaram o seu contributo. Aqui lhes deixo uma (insuficiente) simbólica menção em jeito de agradecimento.

Ao meu Orientador, Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana (Doutor) Reinaldo Saraiva Hermenegildo, não apenas pela permanente disponibilidade e pelos profundos conhecimentos de questões metodológicas e europeístas, como também pelo papel que desempenhou ao longo da minha formação.

Ao meu Coorientador, Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Daniel Filipe Roque Gomes, por ter despendido do seu tempo para valorizar esta investigação com todo o seu conhecimento e experiência.

A todos os entrevistados, que dispenderam do seu tempo para contribuir para esta investigação e que colaboraram com as suas experiências e conhecimentos.

Aos meus Pais, os meus ídolos e a quem devo tudo, pelo amor incondicional, por sempre fazerem tudo para que eu alcançasse o sucesso e por tudo aquilo que não é possível traduzir por palavras.

À minha irmã, por todo o amor, confiança depositada, ajuda e preocupação e por ter sido sempre a minha protetora, companheira e confidente.

À Sara, por todo o amor, amizade e paciência incondicionais e por todos os momentos felizes vividos (e por viver).

Aos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram nesta caminhada.

Aos meus camaradas mais próximos do XXIV Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana que me acompanharam ao longo destes cinco anos.

À Academia Militar e à Guarda Nacional Republicana, pelos ensinamentos, por me terem ajudado a tornar no Homem que sou hoje e por me permitirem cumprir o sonho de uma vida.

A todos vós, bem-haja!

## RESUMO

A criminalidade organizada transnacional constitui uma das principais ameaças à segurança interna dos Estados-membros da União Europeia, o que tornou imprescindível a criação de mecanismos que se concentrem numa estreita cooperação entre as suas autoridades policiais e judiciárias, sendo exemplo disso as Equipas de Investigação Conjunta. Contudo, apesar das vantagens que confere na luta contra este fenómeno, a problemática que rodeia este instrumento é o facto de não ser comumente utilizado.

Neste sentido, a presente investigação tem como objetivo geral a identificação das razões pelas quais não se está a recorrer às Equipas de Investigação Conjunta em Portugal, enquanto instrumento de investigação criminal transnacional. Foram ainda definidos objetivos específicos, designadamente analisar o atual panorama da criminalidade organizada transnacional na União Europeia; identificar possíveis entraves ao funcionamento das Equipas de Investigação Conjunta, nomeadamente ao nível legal, cultural e financeiro; analisar o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nestas equipas em Portugal; e identificar as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização do instrumento.

A metodologia utilizada segue o modelo hipotético-dedutivo, tendo sido levantadas hipóteses à questão central, representando esta a problemática do estudo e à qual se responde no final da investigação. Para tal, a cada objetivo específico anteriormente exposto encontra-se associada uma questão derivada. Privilegiou-se uma abordagem qualitativa, através da análise documental e da realização de entrevistas semidiretivas.

Deste modo, foi possível apurar que dos obstáculos que limitam o recurso a este mecanismo, destacam-se o conhecimento insuficiente (que inibe a iniciativa), a falta de minuciosidade do quadro legal, a diversidade procedimental e as barreiras comunicacionais.

Assim, conclui-se que as dificuldades encontradas são certamente superáveis, sendo propostas possíveis mudanças que visam tornar as Equipas de Investigação Conjunta numa prática totalmente transposta para a realidade nacional e contribuir para que a cooperação em matéria penal entre os Estados-membros da União Europeia não se cinja apenas à teoria.

**Palavras-chave:** Equipas de Investigação Conjunta; Cooperação Policial e Judiciária; Criminalidade Organizada Transnacional; Investigação Criminal; União Europeia.

## ABSTRACT

Transnational organized crime is one of the main threats to the homeland security of Member States of the European Union, which has made it indispensable to set up mechanisms that focus on close cooperation between their police and judicial authorities, being an example of this the Joint Investigation Teams. However, in spite of its advantages in combating this phenomenon, the problem surrounding this instrument is the fact that it is not commonly used.

In this sense, the present research has as general objective the identification of the reasons why the Joint Investigation Teams are not being used in Portugal as a tool for transnational criminal investigation. Specific objectives have also been set, namely to analyze the current panorama of transnational organized crime in the European Union; to identify possible obstacles to the operation of the Joint Investigation Teams, particularly at the legal, cultural and financial level; to analyze the level of knowledge of the possible participants in these teams in Portugal; and to identify possible changes, at national and european level, to ensure greater use of the instrument.

The methodology used follows the hypothetical-deductive model, with hypotheses being raised to the central question, which represents the problem of the study and which is answered at the end of the investigation. To that end, a derived question is associated with each specific objective previously stated. A qualitative approach was favored, through documentary analysis and semi-directional interviews.

In this way, it was possible to verify that among the obstacles that limit the use of this mechanism stand out the insufficient knowledge (which inhibits the initiative), the lack of thoroughness of the legal framework, the procedural diversity and the communication barriers.

It is therefore concluded that the difficulties encountered are certainly surmountable and possible changes are proposed, which aim to make the Joint Investigation Teams a practice fully transposed into the national reality and contribute to cooperation in criminal matters between the Member States of the European Union do not just stint at the theory.

**Keywords:** Joint Investigation Teams; Police and Judicial Cooperation; Transnational Organized Crime; Criminal Investigation; European Union.

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE .....	i
DEDICATÓRIA .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
ÍNDICE GERAL .....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE QUADROS .....	ix
LISTA DE APÊNDICE E ANEXOS .....	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL.....	4
1.1. O Móbil: A Criminalidade Organizada Transnacional .....	4
1.2. O Combate: A Cooperação Policial e Judiciária na União Europeia.....	9
1.2.1. Concetualização e processo evolutivo.....	9
1.2.2. Agências e instrumentos de cooperação.....	13
1.3. Uma das opções: As Equipas de Investigação Conjunta .....	16
1.3.1. Concetualização e antecedentes .....	16
1.3.2. Criação, estrutura e funcionamento da equipa .....	18
1.3.3. Participação da Europol e da Eurojust .....	24
1.3.4. Potencialidades do instrumento.....	27
1.4. Investigação Criminal e a Guarda Nacional Republicana .....	29
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA .....	32
2.1. Método de abordagem e procedimento .....	32
2.2. Modelo de Análise .....	33
2.3. Amostragem: Composição e justificação .....	34
2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados .....	35
2.5. Técnicas de tratamento e análise de dados .....	36
CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ...	37
3.1. Apresentação, análise e discussão das questões .....	37
3.2. Verificação das hipóteses.....	52
3.3. Respostas às questões derivadas .....	53



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59
APÊNDICES .....	I
APÊNDICE A – COMPETÊNCIAS DOS ELEMENTOS DESTACADOS .....	II
APÊNDICE B – ANÁLISE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE AS COMPETÊNCIAS .....	III
APÊNDICE C – ESTRUTURA RELACIONADA COM A LÍNGUA .....	IV
APÊNDICE D – EIC CONSTITUÍDAS ATÉ 2010 .....	V
APÊNDICE E – MODELO DE ANÁLISE .....	VI
APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	VII
APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA .....	VIII
APÊNDICE H – RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES DE ENTREVISTA E AS QUESTÕES DERIVADAS .....	XI
APÊNDICE I – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS .....	XII
APÊNDICE J – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO .....	XIV
APÊNDICE K – ANÁLISE DAS RESPOSTAS .....	XV
APÊNDICE L – CRIAÇÃO DAS EIC EM PORTUGAL .....	XXVI
ANEXOS .....	XXVII
ANEXO A – SUPORTE DA EUROPOL E DA EUROJUST (2014 – 2017) .....	XXVIII
ANEXO B – PROCESSO DE FINANCIAMENTO .....	XXIX
ANEXO C – PARTICIPAÇÃO EM EIC EM CURSO POR PAÍS (2017) .....	XXX

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Abordagem <i>top-down</i> .....	22
Figura n.º 2 – Abordagem <i>bottom-up</i> .....	23
Figura n.º 3 – Abordagem <i>outside-in</i> .....	23
Figura n.º 4 – Competências dos elementos destacados.....	II
Figura n.º 5 – Competências dos elementos destacados limitadas por falta de capacidades linguísticas.....	II
Figura n.º 6 – Estrutura relacionada com a língua (I).....	IV
Figura n.º 7 – Estrutura relacionada com a língua (II) .....	IV
Figura n.º 8 – Desenho da investigação.....	XIV
Figura n.º 9 – Criação das EIC em Portugal.....	XXVI
Figura n.º 10 – Suporte da Europol e da Eurojust (2014-2017) .....	XXVIII
Figura n.º 11 – Processo de financiamento.....	XXIX
Figura n.º 12 – Participação em EIC em curso por país (2017) .....	XXX

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 1 .....	38
Quadro n.º 2 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 2.....	39
Quadro n.º 3 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 3.....	40
Quadro n.º 4 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 4.....	42
Quadro n.º 5 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 5.....	43
Quadro n.º 6 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 6.....	45
Quadro n.º 7 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 7.....	46
Quadro n.º 8 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 8.....	47
Quadro n.º 9 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 9.....	48
Quadro n.º 10 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 10.....	50
Quadro n.º 11 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 11.....	51
Quadro n.º 12 – Análise das disposições legais sobre as competências.....	III
Quadro n.º 13 – EIC constituídas até 2010.....	V
Quadro n.º 14 – Modelo de análise.....	VI
Quadro n.º 15 – Composição e caracterização da amostra.....	VII
Quadro n.º 16 – Relação entre as questões de entrevista e as questões derivadas .....	XI
Quadro n.º 17 – Codificação das respostas às entrevistas .....	XII
Quadro n.º 18 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 1 .....	XV
Quadro n.º 19 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 2.....	XVI
Quadro n.º 20 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 3.....	XVII
Quadro n.º 21 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 4.....	XVIII
Quadro n.º 22 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 5.....	XIX
Quadro n.º 23 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 6.....	XX
Quadro n.º 24 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 7.....	XXI
Quadro n.º 25 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 8.....	XXII
Quadro n.º 26 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 9.....	XXIII
Quadro n.º 27 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 10.....	XXIV
Quadro n.º 28 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 11 .....	XXV

# **LISTA DE APÊNDICE E ANEXOS**

## **APÊNDICES**

---

- Apêndice A** – Competências dos elementos destacados
- Apêndice B** – Análise das disposições legais sobre as competências
- Apêndice C** – Estrutura relacionada com a língua
- Apêndice D** – EIC constituídas até 2010
- Apêndice E** – Modelo de análise
- Apêndice F** – Composição e caracterização da amostra
- Apêndice G** – Carta de apresentação e guião de entrevista
- Apêndice H** – Relação entre as questões de entrevista e as questões derivadas
- Apêndice I** – Codificação das respostas às entrevistas
- Apêndice J** – Desenho da investigação
- Apêndice K** – Análise das respostas
- Apêndice L** – Criação das EIC em Portugal

## **ANEXOS**

---

- Anexo A** – Suporte da Europol e da Eurojust (2014 – 2017)
- Anexo B** – Processo de financiamento
- Anexo C** – Participação em EIC em curso por país (2017)

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AJM</b>	Auxílio Judiciário Mútuo
<b>al.</b>	Alínea
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>Art.º</b>	Artigo
<b>AWF</b>	<i>Analysis Work Files</i>
<b>Cepol</b>	Agência da União Europeia para a Formação Policial
<b>CG</b>	Comando Geral
<b>cit. in</b>	Citado em
<b>Coord.</b>	Coordenação
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal
<b>DCIAP</b>	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
<b>DEI</b>	Decisão Europeia de Investigação
<b>DIC</b>	Direção de Investigação Criminal
<b>E</b>	Entrevistado(s)
<b>Ed.</b>	Edição
<b>EIC</b>	Equipa(s) de Investigação Conjunta
<b>ELSJ</b>	Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
<b>et al</b>	<i>et alii</i> (e outros)
<b>Eurojust</b>	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
<b>Europol</b>	Serviço Europeu de Polícia
<b>FBI</b>	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>H</b>	Hipótese(s)
<b>JAI</b>	Justiça e Assuntos Internos
<b>JIT</b>	<i>Joint Investigation Team(s)</i>
<b>LOIC</b>	Lei de Organização da Investigação Criminal
<b>MDE</b>	Mandado de Detenção Europeu
<b>MEOP</b>	Mandado Europeu de Obtenção de Prova
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>n.º</b>	número
<b>NEP</b>	Normas de Execução Permanente
<b>OE</b>	Objetivo(s) Específico(s)

<b>OG</b>	Objetivo Geral
<b>OLAF</b>	Organismo Europeu de Luta Antifraude
<b>OPC</b>	Órgão de Polícia Criminal
<b>p.</b>	Página
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>pp.</b>	Páginas
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>QC</b>	Questão Central
<b>QD</b>	Questão Derivada
<b>RASI</b>	Relatório Anual de Segurança Interna
<b>RCFTIA</b>	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
<b>RJE</b>	Rede Judiciária Europeia
<b>S/I</b>	Sem local de edição
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiro e Fronteiras
<b>SSI</b>	Sistema de Segurança Interna
<b>TFUE</b>	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
<b>UAF</b>	Unidade de Ação Fiscal
<b>UC</b>	Unidade de Contexto
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UnE</b>	Unidades de Enumeração
<b>UR</b>	Unidade de Registo
<b>Vol.</b>	Volume

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança e espelha a exploração da temática: “As Equipas de Investigação Conjunta da União Europeia como instrumento de Investigação Criminal”.

Para além do RCFTIA representar o término da formação académica dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) na Academia Militar (AM), constitui-se como desiderato que o mesmo seja uma mais-valia para a atividade de investigação criminal em Portugal, em geral, e na GNR, em particular.

Sobretudo a partir da criação do mercado único europeu, ou seja, de um espaço económico sem fronteiras e, portanto, de livre circulação de pessoas e bens, verificou-se uma crescente noção da urgência em adotar medidas de proteção dos cidadãos da União Europeia (UE) contra a criminalidade organizada transnacional. Este fenómeno pode, do ponto de vista interno, minar a sociedade e as instituições de um Estado, problemática que suscitou a condução de investigações para uma melhor compreensão deste tipo de criminalidade (Edwards & Gill, 2004, pp. 1-2). Esta deve ser analisada, nacional e supranacionalmente, de modo a que sejam tomadas medidas eficazes no seu combate, as quais passam pela cooperação entre países e instituições, na procura de soluções (também elas) transnacionais.

Destarte, no que concerne à cooperação policial e judiciária na UE, o seu desenvolvimento tornou-se uma realidade em virtude da consciencialização de que a garantia da segurança interna dos Estados-membros não é possível apenas pela sua proteção interna, na medida em que, *lato sensu* “(...) a segurança interna ultrapassa as fronteiras do Estado” (Bigo, 2000, p. 321). É de salientar que o estado atual da cooperação nestas matérias é fruto de vastas mudanças político-institucionais e de um longo processo evolutivo, marcado umas vezes por avanços, outras por recuos e outras, ainda, por estagnações. Estas últimas, poderão ser justificadas pelo argumento de que as Organizações Internacionais são especialmente propensas a entropia, pois instalam-se numa “auto-encapsulante zona de indiferença” caracterizada pela inércia dos Estados (Lefkofridi & Schmitter, 2015). Assim, apesar do caminho já percorrido, existe espaço para melhorias.

Algumas das dificuldades apontadas são “a variedade e a mescla de instrumentos (...)” (Gless, 2010, p. 34) à disposição; a existência de diferentes sistemas jurídico-legais que se traduzem em lacunas e/ou sobreposições (Militello & Mangiaracina, 2010); as divergências linguísticas, culturais, bem como nas estruturas e nos padrões policiais (Block,

2010); os custos associados e as exigências em termos logísticos (Block, 2008); e o reduzido nível de conhecimento/informação, assim como a falta de divulgação (Monar, 2013, p. 346). Na presente investigação, todos estes eventuais obstáculos vão ser analisados no caso concreto de um dos principais instrumentos de combate à criminalidade organizada transnacional: As Equipas de Investigação Conjunta (EIC).

Este instrumento faz parte das iniciativas políticas e legislativas do anterior pilar da Justiça e Assuntos Internos (JAI) e do atual Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), no seio da arquitetura global da UE. A ideia da sua criação remonta ao ano de 1994, com o objetivo das autoridades policiais e judiciárias dos diferentes Estados-membros investigarem conjuntamente um caso criminal com ligações transfronteiriças. Na teoria, as EIC possuem inúmeras vantagens, sendo mesmo consideradas como a melhor forma de combater a criminalidade organizada transnacional (Nagy, 2009). No entanto, na prática, apesar de se ter vindo a verificar a sua crescente utilização, esta mostra-se ainda insuficiente (também em Portugal) o que corrobora a tese de que “existe uma separação entre a abordagem teórica e a prática da cooperação policial e judiciária” (Gless, 2010, p. 28).

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RA SI) de 2017, “Portugal continua a ser utilizado por estruturas criminosas transnacionais envolvidas em mercados criminais tão distintos como o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de armas de fogo (...)” (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2018, p. 71), ou seja, exatamente os crimes que estiveram na génese da criação das EIC. Esta convicção é reforçada no RASI de 2018, com a constatação de que “em matéria de criminalidade organizada transnacional, considera-se uma significativa evolução da ameaça, sendo transversalmente reconhecido como um fenómeno criminal complexo e poliforme (...)” (SSI, 2019, p. 78).

Partindo do pressuposto de que a segurança interna no nosso país é, então, afetada por este tipo de criminalidade, justifica-se a pertinência desta investigação por se considerar relevante analisar os motivos que justificam a escassa utilização das EIC, enquanto mecanismo de combate destes fenómenos. Como tal, julga-se que o aprofundamento da temática em questão (praticamente inexplorada no nosso país) é fulcral e poderá vir a ser útil a breve trecho para a GNR, enquanto umas das principais instituições a exercer a atividade de investigação criminal em Portugal. Isto, não só numa ótica de acompanhar a evolução da criminalidade e do seu combate através da cooperação ao nível da UE, como também pelo seu possível envolvimento numa destas equipas.



Posto isto, traçou-se objetivo geral (OG) da investigação, que consiste concretamente em identificar as razões pelas quais não se está a recorrer à formação de EIC em Portugal, enquanto instrumento de investigação criminal transnacional. Este, por sua vez, foi decomposto nos seguintes objetivos específicos (OE): OE1 - Analisar o atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE; OE2 - Identificar possíveis entraves ao funcionamento das EIC, nomeadamente ao nível legal, cultural e financeiro; OE3 - Analisar o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal; OE4 - Identificar as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC. Face ao exposto, formulou-se a seguinte questão central (QC): “Quais são as razões que limitam o recurso às EIC em Portugal?”, a qual se quer ver respondida no término da presente investigação e que serve de fio condutor ao longo da mesma.

Esta investigação é realizada de acordo com as Normas de Execução Permanente (NEP) 522/1ª da AM e é composta pela presente introdução, por três capítulos que seguem uma articulação lógica e sequencial (do geral para o particular), seguidos pelas conclusões e recomendações finais e pelas referências bibliográficas utilizadas.

No primeiro capítulo, composto pelo enquadramento teórico e concetual, dá-se a conhecer o conceito de criminalidade organizada transnacional, assim como a sua caracterização, no sentido de compreender este fenómeno que se encontra na raiz do problema. Posteriormente, analisa-se o processo evolutivo da cooperação policial e judiciária na UE, fazendo referência e estabelecendo paralelismos, sempre que possível, com as principais teorias de integração europeia. Como não poderia deixar de ser, as EIC - o instrumento de cooperação ao nível da investigação criminal transnacional (*stricto sensu*) que dá o nome à presente investigação - é detalhadamente explicado, com o intuito último de o perceber e de retirar eventuais limitações. Finalmente, sendo a GNR uma força de segurança dotada de estrutura e de capacidade para realizar investigação criminal, aborda-se esta atividade e interpreta-se a sua possível ligação ao tema em questão.

No segundo capítulo, de transição da teoria para a investigação empírica, alude-se à metodologia adotada para a condução da investigação, com as opções tomadas devidamente fundamentadas e o modelo de análise da investigação, QC, questões derivadas (QD) e hipóteses (H), assim como os métodos e técnicas de recolha e análise de dados e a composição e justificação da amostragem.

No terceiro e último capítulo, elabora-se a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos através das entrevistas, estabelecendo-se uma comparação com o enquadramento teórico e concetual, verificando-se as hipóteses e respondendo-se às QD.

## CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL

O presente capítulo é composto por uma abordagem concetual e caracterização da criminalidade organizada transnacional *per si* e no âmbito das relações internacionais, fenómeno que afeta os cidadãos de todo o mundo e, em particular, os da UE (espaço de análise) e que constitui o móbil da criação de mecanismos que a combatam.

O caminho seleccionado remete-nos, assim, para uma análise do ELSJ no que à cooperação policial e judiciária em matéria penal diz respeito, nomeadamente para a sua concetualização, processo evolutivo e as agências/instrumentos à sua disposição, à luz das teorias de integração europeia. Sendo um desses instrumentos - as EIC - o tema principal da investigação, explora-se o seu conceito, os antecedentes que conduziram à sua implementação, a criação, estrutura e funcionamento destas equipas, assim como o envolvimento de organismos europeus e as potencialidades da sua aplicação.

Por fim, averiguam-se as competências de investigação criminal da GNR e o seu possível envolvimento nesta temática.

### 1.1. O Móbil: A Criminalidade Organizada Transnacional

“(…) simultaneamente penetrante e intangível, omnipresente e invisível, em todo lado e em nenhum lugar”.  
Williams (2001, p. 64).

No ano de 2000, entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, também comumente denominada por Convenção de Palermo. Após a sua análise, verifica-se que a mesma não contém uma definição de “crime organizado transnacional”, nem uma lista dos tipos de crimes que se enquadram nesse âmbito<sup>1</sup>. Esta não é uma característica exclusiva sua, visto que também não existe uma definição consensual no meio académico, pelo que de seguida irão ser abordados alguns contributos nesse sentido. No entanto, deve-se ter em consideração que uma definição concetual depende do ponto de vista dos intervenientes envolvidos, do aparelho judiciário, dos infratores, dos preconceitos pessoais e institucionais, dos interesses políticos, das culturas e das ideologias dos demais Estados (Allum *et al*, 2010), o que comprova a complexidade do processo.

---

<sup>1</sup> Apesar do facto de que uma enumeração dos tipos legais de crime poderá, por outro lado, resultar numa limitação deste tipo de criminalidade, que se caracteriza (entre outros) pela sua variedade e pelo surgimento constante de novas atividades.

O conceito de “crime organizado”, de acordo com Davin (2007, p. 89), é de origem norte-americana (Escola de Chicago) e remonta aos anos 20 do século XX. O mesmo autor avança para uma fixação de um conceito, definindo-o como uma “associação de duas ou mais pessoas criada com o objetivo de cometer, de forma permanente ou sistemática, crimes” (2007, p. 107)<sup>2</sup>, sendo que pela sua sofisticação e estrutura, pela sua motivação de enriquecimento através de atividades ilegais e pela consequente instabilidade que causa no normal funcionamento da sociedade, pode-se considerar como um “(...) fenómeno complexo, sempre pronto, em nome do lucro fácil e ilícito, a colocar em causa o Estado de Direito, corrompendo sociedades” (Favaro, 2008, p. 8219). Outro contributo relevante é o de Inácio (2006, p. 8), que define o crime organizado como sendo “o ilícito praticado por um grupo de dimensão considerável, dedicado a uma atividade criminal contínua, durante longo período de tempo”. Por sua vez, Hauck e Peterke (2010, p. 410) criticam os conceitos predominantes de crime organizado, pois sendo difícil chegar a um consenso quanto “ao uso apropriado e ao significado da designação (...) Tem sido sugerido que este conceito (...) de contornos mal definidos, deva ser abandonado”.

Apesar da dificuldade em alcançar uma definição consentânea, verifica-se a presença de alguns elementos concetuais comuns, nomeadamente a organização, a estabilidade/permanência e a prática de crimes com vista à obtenção de proveitos económicos, como explanado de seguida.

A organização, enquanto elemento de cariz estrutural, encontra-se espelhada, não só na própria denominação, como também na existência de uma associação/estrutura (independentemente do número de indivíduos considerados pelos teóricos - no mínimo dois/três<sup>3</sup> ou, de um modo mais geral, de dimensão considerável, como suprarreferido). Este elemento constitui a denominada “racionalidade organizativa” mencionada por Bravo (2013, p. 14).

A estabilidade ou permanência, de carácter temporal, diz respeito ao facto destas organizações não seres criadas de forma circunstancial, ou seja, pontualmente para a prática

---

<sup>2</sup> Definição com algumas semelhanças ao conceito de “Grupo criminoso organizado” apresentado no art.º 2.º, al. a) da Convenção de Palermo, como sendo “um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infrações estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício económico ou outro benefício material” (Organização das Nações Unidas, 2000); Assim como ao conceito de “Organização criminosa”, prevista no art.º 1.º, n.º 1 da Decisão-Quadro 2008/841/JAI, relativa à luta contra a criminalidade organizada.

<sup>3</sup> O requisito de uma terceira pessoa para a formação de uma associação é baseada no argumento de que, na ligação entre duas pessoas, há sempre algo que permite que cada uma se identifique com a outra (o que é suficiente para o estabelecimento de um acordo, mas não para o de uma associação) (Dias, 1988).

de um número reduzido de crimes. Segundo Pereira (2016, p. 220), um dos principais aspetos que garante a continuidade dos grupos criminosos organizados é a facilidade de substituição dos membros da sua rede, tornando-os resistentes aos esforços das autoridades policiais e judiciárias.

O último elemento identificado, de índole finalista, é o objetivo (final) de praticar atividades ilícitas, geralmente com o intuito de obter vantagens económicas. No entanto, tendo em conta a existência de uma ampla gama de atividades criminais, nem todas as organizações criminosas atuam do mesmo modo, variando, entre outros fatores, quanto ao objetivo (Ratcliffe, 2011, p. 60), alguma delas não têm como finalidade a obtenção de lucro, como é o caso das organizações terroristas.

Esta criminalidade assume um carácter transnacional quando é realizada em dois ou mais Estados<sup>4</sup>, violando a lei nessas diferentes jurisdições; ou sendo cometida em apenas um Estado, quando tenha sido preparada/planeada e/ou dirigida/controlada noutro Estado<sup>5</sup>; quando envolve um grupo criminoso organizado que exerce a sua atividade em mais do que um Estado<sup>6</sup>, ou quando tem implicações substanciais noutro Estado<sup>7</sup>. Desta feita, o termo “transnacional”<sup>8</sup> enfatiza a atividade criminal dos grupos criminosos organizados que trabalham fora das fronteiras de um único Estado, interconectando e criando uma rede criminosa, fazendo com que, naturalmente, a criminalidade organizada transnacional pressuponha “(...) o entendimento de três aspetos interligados: o crime, a organização do crime e a transnacionalidade da atividade criminosa” (Pereira, 2016, p. 216). Assim, verificam-se diferenças desta em relação à criminalidade nacional (que não ultrapassa os limites geográficos de um Estado) e à internacional (que consiste na violação de leis/regulamentos internacionais).

A criminalidade organizada transnacional caracteriza-se, para além de pela estrutura e continuidade (como visto anteriormente), pela diversificação de atividades, sofisticação, violência, corrupção, disciplina, hierarquia e envolvimento em atividades empresariais legítimas (Santos, 2001), características (estas sim) consentâneas no seio académico, policial e judiciário.

---

<sup>4</sup> Art.º 3.º, n.º 2, al. a), da Convenção de Palermo.

<sup>5</sup> Art.º 3.º, n.º 2, al. b), da Convenção de Palermo.

<sup>6</sup> Art.º 3.º, n.º 2, al. c), da Convenção de Palermo.

<sup>7</sup> Art.º 3.º, n.º 2, al. d), da Convenção de Palermo.

<sup>8</sup> Inserido pela primeira vez no Quinto Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, em 1975.

Neste sentido, para além da atuação além-fronteiras, são obstáculos à sua definição a pluralidade de formas que este fenómeno adota, bem como as suas diversas atividades e áreas de atuação (Carrapiço, 2006), visto que geralmente se constata um “alto grau de complexidade organizacional e de profissionalização, com grande dispersão espacial e coordenação com outros grupos e atividades-meio (...) para a consecução dos seus objetivos” (Sain & Games, 2014, p. 121). Seguindo a mesma linha de pensamento, Davin (2007, pp. 112-113) defende que este tipo de criminalidade assenta em quatro pilares: o financiamento através de outros crimes (especificando o tráfico de estupefacientes, de armas e de seres humanos, corroborando com a tese das atividades-meio); a utilização intensiva de novas tecnologias (o que comprova a sofisticação); a rentabilização dos ganhos através do branqueamento, de novas formas de atuação, no tráfico de influências e na corrupção; o “branqueamento de imagem”, ou seja, a procura de credibilização e respeitabilidade social.

Dando especial enfoque ao último pilar referido (o que se justifica pela ligação à relevante demonstração de disciplina e às atividades empresariais legítimas e pelo facto dos restantes aspetos terem sido já, de uma forma geral, analisados), é de realçar que o mesmo é realizado através da “infiltração junto de estratos sociais superiores” (Davin, 2007, p. 114), demonstrando que a criminalidade organizada transnacional possui uma “(...) tentacular capacidade para infiltrar as instituições económicas e os aparelhos de Estado” (Braz, 2016, p. 415).

Este fenómeno, é também marcado pela sua ação global através das demais legislações nacionais (Natarajan, 2011). Para além das distâncias geográficas, que já constituem um obstáculo à luta contra a criminalidade organizada, a utilização de forma deliberada de diversos ordenamentos jurídicos dificultam a ação de investigação criminal. Com efeito, os grupos criminosos organizados aperceberam-se que “se a atividade criminal tivesse lugar em diversas jurisdições podia explorar pontos de vulnerabilidade do sistema jurídico (...)” (Davin, 2007, p. 60). Especificamente em Portugal, uma dessas limitações é, de acordo com Mendes (2011, pp. 27-33), o facto da criminalidade organizada não se encontrar definida no ordenamento legal, limitando-se a tipificar o crime de associação criminosa, sendo que por conseguinte, os crimes efetuados por grupos criminosos organizados estão classificados estatisticamente noutros tipos legais (quer seja no de associação criminosa, quer seja nos maioritariamente utilizados como fonte de financiamento).

A grandeza e gravidade desta criminalidade no seio da UE é confirmada pelos dados fornecidos pelo Serviço Europeu de Polícia (Europol) (2017, p. 14), onde se verifica a

existência de mais de 5.000 grupos criminosos organizados a serem alvos de investigação (na sua maioria com uma forte hierarquização), com 30% a 40% deste número a apresentar uma estrutura organizada em rede, sendo que 76% são compostos por seis ou mais membros e 24% por até cinco membros. Acrescenta-se o envolvimento de mais de 180 nacionalidades, apesar de que 60% dos suspeitos constituem-se como cidadãos nacionais da UE.

Observando o fenómeno do ponto de vista das relações internacionais, pode-se referir que, segundo a teoria realista, a criminalidade organizada transnacional não constitui uma ameaça à segurança (o que representa um caso concreto de demonstração de fragilidade da abordagem tradicionalista). Isto justifica-se pela defesa de que a área da segurança se deve restringir às questões militares na salvaguarda dos interesses do Estado (Walt, 1991; *cit. in* Werner, 2009, p. 127), existindo dois valores básicos: a integridade territorial e a soberania. Assim, segundo esta teoria, a criminalidade organizada transnacional não comprometendo diretamente estes valores, não representará uma ameaça à segurança.

Por outro lado, à luz da teoria liberal, na variante da interdependência<sup>9</sup> complexa, pode-se afirmar que pela sua amplitude, a criminalidade organizada transnacional gera efeitos noutros atores internacionais, nomeadamente o efeito de “vulnerabilidade”<sup>10</sup>. Pela sua dimensão, que impossibilita o seu combate apenas ao nível interno de cada Estado, é de salientar a posição de Kehoane & Nye (1988) ao referirem que com o aumento da interdependência mundial a comunidade internacional pode produzir regulamentos internacionais e ações de cooperação (sendo exemplo disto, a Convenção de Palermo ou as próprias EIC).

Por sua vez, estas ações de cooperação com o objetivo de combater, em conjunto, este tipo de criminalidade, podem ser explicadas pela teoria do neofuncionalismo, que surge como tentativa de explicação dos motivos pelos quais os Estados se unem, cedendo parte da sua soberania, de forma a resolverem os seus conflitos de forma pacífica (Bache & George, 2006, p. 9). Mais uma vez, isto não se verifica no realismo, não só pela primazia dos interesses nacionais, como também pela relutância dos Estados-membros em partilhar competências nesta matéria sensível e basilar de um Estado, no sentido em que “o *ius*

---

<sup>9</sup> Esta teoria permite o estudo de fenómenos transnacionais, defendendo que para além do Estado outros atores (não estatais) pertencem ao cenário internacional, sendo que neste contexto “a interdependência (...) significa dependência mútua. Na política mundial, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países” (Kehoane & Nye, 1988, p. 22).

<sup>10</sup> A vulnerabilidade implica “custos” para os atores internacionais, requerendo a modificação de políticas para compensar os custos do facto gerador da vulnerabilidade (Kehoane & Nye, 1988), ou seja, é a reação face ao problema.

*puniendi*<sup>11</sup> é, se não a mais marcante, pelo menos uma das mais marcantes qualidades da soberania nacional” (Ramos, 2010, p. 750).

## 1.2. O Combate: A Cooperação Policial e Judiciária na União Europeia

“Desde logo, a criminalidade organizada produz graves danos à escala global, pelo que o seu combate exige, paralelamente, uma resposta global”.  
Borges (2012, p. 3).

A UE estabeleceu-se como uma zona democrática de livre circulação de pessoas e bens, facilitando a promoção da criminalidade organizada transnacional e tornando impossível a um Estado-membro assegurar a sua segurança somente pela proteção interna do seu Estado<sup>12</sup>.

Durante o processo de integração europeia, as fronteiras foram abertas, os cidadãos beneficiaram de vastos direitos de liberdade e o “medo de ver as suas fronteiras submersas por todo tipo de ameaças *soft security*, incluindo o crime organizado, a imigração ilegal e o terrorismo” (Wolff, Wichmann & Mounier, 2009, p. 10) aumentou. Neste sentido, de acordo com Hermenegildo (2018, p. 152), “(...) coloca-se em causa o papel soberano do Estado, de não ser capaz de garantir um dos seus fins - a sua segurança e das populações, levando-o a ter de cooperar internacionalmente para se sentir seguro dentro das suas fronteiras e assim reduzir o sentimento de insegurança das populações” e, para além disso, estar efetivamente seguro.

O principal objetivo da cooperação policial e judiciária em matéria penal é, assim, assegurar um elevado nível de segurança para os cidadãos da UE através da prevenção e do combate à criminalidade, na ótica de que “já não é possível lutar sozinho e com eficácia contra a criminalidade organizada a nível nacional, sendo necessária uma atuação conjunta ao nível da União” (Borchardt, 2011, p. 41).

### 1.2.1. Concetualização e processo evolutivo

Depois de delineada a necessidade contextual dos Estados da UE cooperarem entre si, torna-se necessária uma abordagem concetual (ainda que, como se verá, limitada) à

---

<sup>11</sup> Entenda-se como o poder sancionatório do Estado, ou seja, o direito de punir. Neste sentido, “(...) as questões de segurança interna e de criminalidade eram vistas também como uma questão de soberania, a último *ratio* dos Estados, mas também como um assunto de natureza meramente nacional” (Hermenegildo, 2013, p. 169).

<sup>12</sup> O que comprova a “fusão” entre a segurança interna e externa, um dos elementos essenciais da Escola de Paris dos Estudos de Segurança, tendo Didier Bigo como um dos seus principais autores.

cooperação policial e judiciária em matéria penal, de modo a que se percorra, de seguida, o seu percurso histórico.

Uma vez mais, verificam-se dificuldades no processo de concetualização, na medida em que nenhum dos Tratados da UE se debruça a fundo sobre estas definições. Ainda assim, o Tratado de Lisboa aborda superficialmente a cooperação policial<sup>13</sup> ao referir que “(...) associa todas as autoridades competentes dos Estados-membros, incluindo os serviços de polícia, das alfândegas e outros serviços responsáveis pela aplicação da lei especializados nos domínios da prevenção ou deteção de infrações penais e das investigações nessa matéria”, assim como a cooperação judiciária em matéria penal<sup>14</sup>, ao declarar que “(...) assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-membros (...)”.

Segundo Borges (2012, pp. 8-9), a cooperação policial passa pela atuação conjunta das autoridades policiais que se concentra na prevenção e/ou detenção de infrações penais e, por isso, menos abrangente do que a (distinta) cooperação judiciária que, por sua vez, corresponde à colaboração entre autoridades judiciárias - juízes ou magistrados do Ministério Público (MP) - para a prossecução do processo penal. No entanto, verifica-se uma certa ambiguidade (Triunfante, 2017), pois para além das atribuições destas autoridades diferirem entre os Estados-membros, existe uma evidente interligação entre as suas atividades. Esta relação é comprovada pelos instrumentos jurídicos no seio da UE, sendo exemplo concreto disso as EIC, onde se verifica o envolvimento e a cooperação entre autoridades policiais e judiciárias.

Considera-se, ainda, relevante uma prévia e breve explicação do supranacionalismo e do intergovernamentalismo, enquanto duas das principais teorias da integração europeia e que farão parte essencial do vocabulário explicativo do processo evolutivo nesta matéria. Contudo, deve-se ter em consideração que não se poderá analisar um projeto com uma configuração tão complexa, apenas com esta dicotomia um tanto ou quanto simplificada, pelo que “(...) nenhuma delas [teorias] o consegue explicar na sua totalidade, nem sem falhas, porém, todas elas têm um papel fundamental na compreensão de determinados setores e vertentes da integração europeia, pois a ótica com que cada teoria analisa, compreende e explica a integração europeia é apenas parcial (...)” (Hermenegildo, 2010; *cit. in* Gomes, 2011, p. 7).

---

<sup>13</sup> Art. 87.º, n.º 1, do Tratado de Lisboa.

<sup>14</sup> Art. 82.º, n.º 1, do Tratado de Lisboa.



Neste sentido, o supranacionalismo (ou vertente comunitária) representa uma transferência progressiva de funções e de autoridade dos Estados para órgãos/Organizações Internacionais (Lobo-Fernandes, 2006), neste caso para a UE<sup>15</sup>, baseando-se no neofuncionalismo. Associado a este processo, aparece o denominado efeito *spillover*, sendo que este, de acordo com Hermenegildo (2017, p. 110), “(...) confere ao processo de integração uma expansão automática, arrastando progressivamente as diferentes áreas para um nível superior de integração, o supranacional”. Assim, o *spillover* é caracterizado pela atribuição crescente de responsabilidades e poderes em determinados setores às instituições supranacionais, os quais, gradualmente se vão expandindo a outros setores.

Pelo contrário, o intergovernamentalismo tem por base uma cooperação interestatal, em que os interesses nacionais dos Estados-membros são fulcrais, fundamentando-se, assim, na teoria realista. Neste contexto, segundo Camisão (2005, p. 38) “qualquer que seja a dimensão dos poderes atribuídos às instituições comunitárias, a autoridade máxima permanecerá nos Estados-membros (...) e a acumulação de poder pelas instituições comunitárias resulta apenas da vontade dos Estados em ceder ou delegar autoridade nessas instituições, na medida em que tal poderá servir melhor os seus interesses e objetivos nacionais”.

Após a compreensão destas teorias, surge a necessidade da exploração dos traços gerais da cooperação policial e judiciária na UE, na forma de enquadramento histórico e político-institucional, iniciando-se a mesma pelo Tratado de Roma de 1957, em que não se constatou uma “(...) preocupação de criar uma justiça criminal comunitária” (Andrade, 2013, p. 332), incidindo antes na consolidação da paz e na vertente económica. No entanto, apenas dois anos depois, entra em vigor a Convenção Europeia de Assistência Mútua em Matéria Penal de 1959, considerada como um marco do início da cooperação nestas matérias (Militello & Mangiaracina, 2010).

Com o passar do tempo, “(...) a partir de 1975, vai sendo paulatinamente criada uma cooperação intergovernamental, à margem do quadro jurídico das Comunidades Europeias, nos domínios da imigração, do direito de asilo e da cooperação policial e judiciária”

---

<sup>15</sup> A classificação da UE enquanto, simplesmente, uma Organização Internacional não é inteiramente consensual. Para Moreira (2012, p. 503) a UE apresenta-se como um “(...) objeto institucional não identificado (...) que compartilha de traços dos dois referidos modelos de organização política tradicionais [Organização Internacional de tipo confederal e Estado federal] sem ser nenhum deles”.

(Rodrigues, 2008, p. 14), que culmina no aparecimento do Grupo TREVI<sup>16</sup> (Terrorismo, Radicalismo, Extremismo e Violência Internacional), nesse mesmo ano.

O Ato Único Europeu, em 1986, vem relançar o debate político nesta área com o estabelecimento de um mercado único europeu, ou seja, um espaço económico sem fronteiras e, portanto, de livre circulação de pessoas e bens. Por conseguinte, devido a esta crescente noção da urgência em adotar medidas de proteção dos cidadãos, é assinada em 1990 a Convenção de Aplicação do Acordo Schengen (de 1985) que, por um lado, suprimiu os controlos internos das fronteiras mas, por outro lado, estabeleceu “mecanismos compensatórios”<sup>17</sup> (Macieira, 2013, p. 7) de forma a incrementar o nível de segurança. No entanto, estas evoluções na construção europeia (às quais se encontra ligada a cooperação policial e judiciária), foram atingidas no âmbito de uma cooperação intergovernamental ou extracomunitária, sendo que, como veremos, é nesta base que se continuará a realizar.

Com o Tratado de Maastricht (ou Tratado da UE), em 1992, dá-se a criação dos pilares<sup>18</sup> que servem de base à UE<sup>19</sup>, dando-se especial destaque ao terceiro (previsto no título VI do Tratado), na medida em que versa sobre a matéria abordada e cuja temática revela a importância que a UE atribui à existência de um ELSJ (Soares, 2005, p. 204). Apesar da institucionalização destes domínios como uma das prioridades de atuação, manteve-se o carácter opcional da cooperação que “permaneceu como prerrogativa dos Estados” (Andrade, 2013, p. 334).

No ano de 1997, o Tratado de Amsterdão veio afirmar a tríade Liberdade, Segurança e Justiça através da prevenção e combate da criminalidade<sup>20</sup>, verificando-se algumas alterações em termos de configuração. Essencialmente, o terceiro pilar mudou de designação para “cooperação policial e judiciária em matéria penal”, após a comunitarização das matérias de carácter não penal<sup>21</sup> com a sua transição para o primeiro pilar (Gorjão-Henriques, 2017, p. 78).

---

<sup>16</sup> Este grupo de trabalho é criado com o propósito de coordenar esforços na luta contra o terrorismo, o tráfico de droga e a imigração organizada ilegal, numa altura de aparecimento de novos (e preocupantes) surtos de criminalidade.

<sup>17</sup> Algumas dessas medidas mais relevantes foram o direito às perseguições transfronteiriças (art.º 41.º) e a criação do Sistema de Informação Schengen (do art.º 92.º ao art.º 119.º).

<sup>18</sup> O Primeiro Pilar é composto pelas Comunidades Europeias (sujeito ao método comunitário/supranacional), o Segundo Pilar pela Política Externa de Segurança Comum e o Terceiro Pilar pela Justiça e Assuntos Internos (ambos sujeitos à vertente intergovernamental) (Gorjão-Henriques, 2017, pp. 64-65; Soares, 2005, p. 204).

<sup>19</sup> Oficialmente fundada a 1 de novembro de 1993.

<sup>20</sup> Art.º K.1 do Tratado de Amsterdão.

<sup>21</sup> Passagem das fronteiras externas, supressão de controlos fronteiriços, vistos, asilo, refugiados, imigração, cooperação judiciária em matéria civil, fraude contra os interesses financeiros da UE, cooperação aduaneira.

O Conselho Europeu de Tampere, em 1999, veio continuar o aprofundamento do ELSJ, sendo até mesmo considerado como o “culminar do [seu] processo de construção” (Andrade, 2013, p. 336), nomeadamente em matéria de cooperação penal com a criação do Mandado de Detenção Europeu (MDE), da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust) e do princípio do reconhecimento mútuo. Este último tinha como objetivo “reforçar o livre movimento de investigações criminais, processos judiciais e sentenças em toda a UE” (Murschetz, 2007, p. 149), através da consideração de que apesar de um outro Estado-membro não tratar determinada questão de igual forma, os resultados serão considerados equivalentes às decisões do próprio Estado.

Por fim, após o fracasso do Tratado Constitucional (2004), é aprovado em 2007 o Tratado de Lisboa, que recupera praticamente o conteúdo daquele retirando-lhe, contudo, os elementos simbólicos e de carácter federalista como o hino, a bandeira e o lema da UE (Hermenegildo, 2008). Com a aprovação deste Tratado deu-se a abolição dos pilares, sendo que no domínio do (antigo) terceiro pilar - cooperação policial e judiciária em matéria penal - há sinais de uma comunitarização (Gorjão-Henriques, 2017), apesar de se encontrarem ainda presentes elementos intergovernamentais (Mitsilegas, 2009). Desta forma, a evolução do processo de integração variou entre as duas teorias analisadas, pois ocorreu inicialmente numa base de cooperação intergovernamental, para evoluir para uma política gradualmente comunitária (Hermenegildo, 2016, p. 181). Segundo Cruz (2018, pp. 142-143), a abolição do terceiro pilar através do Tratado de Lisboa permitiu à UE um incremento em termos de *hard law* (ou seja, legislação com carácter vinculativo nos Estados-membros), a qual tem revertido a favor da criação de agências especializadas que institucionalizaram e intensificaram as redes de cooperação entre autoridades de investigação da criminalidade organizada transnacional, como se verifica de seguida.

### **1.2.2. Agências e instrumentos de cooperação**

Pelo anteriormente exposto, a UE tem desenvolvido uma política de cooperação em matéria penal, tendo sido criadas agências e instrumentos para garantir a sua efetivação.

Em termos de agências, as mais diretamente ligadas ao tema em questão são - por ordem cronológica da sua criação - a Europol, a Rede Judiciária Europeia (RJE), o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e a Eurojust (com especial destaque para a primeira e última que, como veremos numa fase posterior, assumem um papel preponderante na participação em EIC).

Assim, por força da entrada em vigor do Tratado de Maastricht, foi criada a Europol e estabelecida pelo Acordo Ministerial de 2 de junho de 1993, enquanto unidade policial de recolha e tratamento de informações no âmbito da luta contra o tráfico de estupefacientes (a provisória Europol Drugs Unit), sendo que mais tarde, em 1995, foi elaborada a denominada Convenção Europol<sup>22</sup>. As suas competências foram ampliadas abrangendo vários outros crimes, tendo vindo a iniciar a sua atividade nos moldes atuais no ano de 1999. A Europol tem como propósito facilitar o intercâmbio, a recolha e a análise de informações entre os Estados-membros da UE. De modo a estabelecer-se uma ligação entre a Europol e os Estados-membros, é criada uma Unidade Nacional Europol<sup>23</sup> em cada um deles.

A RJE é criada em 1998<sup>24</sup>, constituindo-se como uma rede de pontos de contacto judiciários entre os Estados-membros com o desiderato de facilitar a sua cooperação, organizar reuniões periódicas e fornecer constantemente informações atualizadas através de uma rede de telecomunicações (Macieira, 2013, pp. 20-21).

O OLAF é estabelecido em 1999<sup>25</sup>, com o intuito de reforçar o combate à fraude e a outros comportamentos ilegais lesivos dos interesses económico-financeiros da (então) Comunidade Europeia. Pode considerar-se que os seus antecedentes se encontram no Tratado da Comunidade Europeia<sup>26</sup>, o qual forneceu uma base jurídica para as ações da Comunidade e dos Estados-membros no combate a este tipo de atividades fraudulentas. Este organismo tem como algumas das principais funções<sup>27</sup>: contribuir para o reforço da cooperação com os Estados-membros no domínio da luta contra a fraude; executar atividades de carácter operacional em matéria de luta contra a fraude (desenvolvimento de infra-estruturas, recolha e exploração de informações, assistência técnica); e agir enquanto interlocutor direto das autoridades policiais e judiciárias<sup>28</sup>.

Do Conselho Europeu de Tampere<sup>29</sup>, resultou a decisão da criação de uma nova instituição capaz de reforçar a luta contra as formas graves de crime organizado - a Eurojust

---

<sup>22</sup> Ato do Conselho, de 26 de Julho de 1995, que estatui a Convenção que cria um Serviço Europeu de Polícia.

<sup>23</sup> Art. 4.º da Convenção Europol. Em Portugal, a entidade competente para assegurar o seu funcionamento é a Polícia Judiciária - Art.º 12.º, n.º 1 da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), integrando oficiais de ligação permanente, entre os quais, da GNR (Art. 12.º, n.º 2 da LOIC).

<sup>24</sup> Ação Comum n.º 98/428/JAI do Conselho, com base no art.º K.3 do Tratado da UE.

<sup>25</sup> Decisão n.º 1999/352/CE, CECA, EURATOM, de 28 abril, com base no art. 325.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

<sup>26</sup> Concretamente no seu art.º 280.º.

<sup>27</sup> Art.º 2.º da Decisão n.º 1999/352/CE, CECA, EURATOM, de 28 abril.

<sup>28</sup> Para tal, existe a Rede de Agentes de Comunicação Antifraude OLAF, representados em Portugal pela GNR, PJ e Autoridade Tributária e Aduaneira. Informação consultada a 1 de março de 2019 em: [https://ec.europa.eu/anti-fraud/media-corner/anti-fraud-communicators-network/oafc-members\\_pt](https://ec.europa.eu/anti-fraud/media-corner/anti-fraud-communicators-network/oafc-members_pt).

<sup>29</sup> Nomeadamente da sua Conclusão n.º 46.

- sendo que em 2002 isso vir-se-ia a tornar uma realidade<sup>30</sup>. A Eurojust, enquanto unidade e órgão da UE com o seu “*core business*” nas questões judiciais, tem como principais objetivos<sup>31</sup>: o incentivo à coordenação das investigações e procedimentos penais conduzidas por vários Estados-membros; a melhoria da cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-membros, facilitando, em particular, a prestação de auxílio judiciário mútuo (AJM) em matéria penal no plano internacional; e o apoio às autoridades competentes dos Estados-membros para reforçar a eficácia das suas investigações e procedimentos penais.

No que diz respeito aos instrumentos ou mecanismos, como forma de compreender algumas das opções mais relevantes (para além das EIC), temos o MDE, o Mandado Europeu de Obtenção de Provas (MEOP) e a Decisão Europeia de Investigação (DEI).

O MDE surgiu no ano de 2002<sup>32</sup>, apesar de apenas ter entrado em vigor em 2004, com o objetivo de facilitar o processo de extradição entre os Estados-membros da UE. Este mecanismo consiste “[n]uma decisão judiciária emitida por um Estado-Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado-Membro duma pessoa procurada para efeitos de procedimentos penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade”<sup>33</sup> baseado no princípio do reconhecimento mútuo. Assim, “é uma extradição dentro do espaço da União” (Valente, 2006, p. 141) que simplifica e acelera o processo de entrega e detenção, visto que o mesmo se tornou inteiramente judiciário através da supressão de toda a intervenção política (Davin, 2007; Macieira, 2013). Segundo dados de 2015<sup>34</sup> (os mais recentes disponíveis), foram executados 5304 MDE, tendo os procedimentos de entrega levado em média entre 14 dias a dois meses.

A implementação do MEOP viria já a ser discutida no Conselho JAI de dezembro de 2005 em Bruxelas (Davin, 2007; Macieira, 2013), com destino ao reforço da cooperação judiciária entre os Estados-membros da UE. Contudo, este apenas foi instituído em 2008<sup>35</sup>, definindo-se como “uma decisão judiciária emitida por uma autoridade competente de um Estado-Membro, tendo em vista a obtenção de objetos, documentos e dados de outro Estado-Membro (...)”<sup>36</sup>. Como exemplos, entre outros, podem obter-se estes elementos por via de terceiros ou resultantes de buscas (a locais ou domiciliárias), de dados históricos sobre a

---

<sup>30</sup> Decisão n.º 2002/187/JAI, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade.

<sup>31</sup> Art.º 3.º da Decisão n.º 2002/187/JAI.

<sup>32</sup> Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI, de 13 de junho.

<sup>33</sup> Art.º 1.º, n.º 1 da Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI, de 13 de junho.

<sup>34</sup> Informação acedida a 3 de março de 2019, em: [https://e-justice.europa.eu/content\\_european\\_arrest\\_warrant-90-pt.do?fbclid=IwAR182rD3\\_JkkjIGvKBIw8M07aR1mhoTWmKiiorYFheHmdbmUA\\_Lf2Ct7VQQ](https://e-justice.europa.eu/content_european_arrest_warrant-90-pt.do?fbclid=IwAR182rD3_JkkjIGvKBIw8M07aR1mhoTWmKiiorYFheHmdbmUA_Lf2Ct7VQQ).

<sup>35</sup> Decisão-Quadro 2008/978/JAI do Conselho, de 18 de dezembro de 2008.

<sup>36</sup> Art.º 1.º da Decisão-Quadro 2008/978/JAI do Conselho, de 18 de dezembro de 2008.

utilização de serviços, de transações financeiras, de registos de declarações e de interrogatórios (Macieira, 2013).

Por último, a DEI, que entrou em aplicação em 2017<sup>37</sup>, é uma decisão judicial emitida ou validada por uma autoridade judiciária de um Estado-membro (Estado de emissão) para que sejam executadas noutro Estado-membro (Estado de execução) uma ou várias medidas de investigação específicas, tendo em vista a obtenção de elementos de prova<sup>38</sup>. É de salientar que a DEI abrange qualquer medida de investigação, com exceção da criação de EIC e da obtenção de elementos de prova por parte destas<sup>39</sup>. Estes factos são demonstrativos de que (e ao contrário do MEOP) não é definido o conceito de prova e de que o conceito de “medida de investigação” é bastante amplo (Triunfante, 2018).

### 1.3. Uma das opções: As Equipas de Investigação Conjunta

“Putting the idea into action is still in its childhood”.

Kapplinghaus (2012, p. 33).

No contexto atual, em que existe, de facto, uma perceção de que a realidade europeia se caracteriza por uma vertiginosa velocidade de propagação de fenómenos criminais graves, tornou-se imprescindível a criação de mecanismos que se concentrem numa cooperação forte entre as autoridades policiais e judiciárias. Um destes instrumentos são as EIC, mais vulgarmente conhecidas na UE por *Joint Investigations Teams* (JIT).

#### 1.3.1. Concetualização e antecedentes

O conceito de EIC não se encontra plenamente definido e delimitado, pois o termo “(...) é amplamente utilizado em todo o mundo como referência a formas divergentes de cooperação investigativa em matéria de aplicação da lei” (Block, 2010, p. 3), sendo que “(...) existem outras [denominadas] equipas de investigação conjunta por todo o mundo” (Klother, 2014, p. 5). No entanto, pode-se entender que as EIC são “(...) um instrumento de cooperação internacional assente num acordo entre autoridades competentes - tanto do foro judicial (juízes, procuradores, juízes de instrução) como do foro da aplicação da lei - de dois ou mais Estados, criado por um período limitado e com um objetivo específico, a fim de realizar investigações penais num ou vários Estados envolvidos” (Rede de Peritos Nacionais

---

<sup>37</sup> Após a Diretiva n.º 2014/41/UE, de 3 de abril, a DEI é transposta para o ordenamento jurídico português pela Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto.

<sup>38</sup> Art. 2.º, n.º 1 da Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto.

<sup>39</sup> Art. 4.º, n.º 1 da Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto.

em EIC, 2017, p. 4). Desta feita, a EIC é uma equipa de investigação criada por acordo entre dois ou mais Estados-membros e/ou outras partes, com uma finalidade específica e por tempo determinado. A génese deste instrumento consiste na ideia de que as autoridades policiais e judiciais dos diferentes Estados-membros possam investigar conjuntamente um caso criminal com ligações transfronteiriças.

Estas equipas, segundo Nagy (2009, pp. 141 e 150) são o instrumento desejado para a cooperação internacional de autoridades judiciais e policiais na sua luta contra a criminalidade organizada transnacional, bem como uma ferramenta útil para facilitar a assistência mútua em matéria penal entre os Estados-membros da UE. As EIC são usadas principalmente em caso de formas mais graves de criminalidade, sendo um dos instrumentos ao serviço do ELSJ. Constituem, assim, uma opção legal comum a todos os países da UE na luta harmonizada contra a criminalidade organizada transnacional, de acordo com o objetivo de criar o ELSJ, resultando numa estratégia de investigação europeia comum, não apenas entre os Estados-membros, mas também entre organismos europeus como a Europol e a Eurojust.

Uma vez que, no panorama atual, é comum as investigações criminais abrangerem dois ou mais Estados, as EIC, enquanto instrumento de cooperação judiciária e policial internacional, evita a duplicação de esforços e contribui para o englobar de forças no mesmo sentido, permitindo que diferentes países investiguem a mesma organização, dividida em várias partes, em simultâneo e com uma abordagem coordenada. Assim, o estabelecimento das EIC foi considerado necessário, uma vez que muitas investigações criminais abrangem mais de dois países e, portanto, o método tradicional de assistência jurídica bilateral tornou-se desatualizado (Block, 2010, p. 87).

A ideia da criação das EIC surgiu em 1994, durante a revisão e atualização da Convenção de Nápoles de 1967 sobre assistência mútua entre autoridades aduaneiras, tendo a Delegação Alemã ao Grupo de Trabalho de Cooperação Aduaneira sugerido a sua criação (Sollie & Kop, 2012, p. 25; Block, 2010) e introduzido o tema no debate político. A ideia reapareceu no primeiro esboço da Convenção de Nápoles II e novamente no processo de redação da Convenção da UE sobre AJM em 1996. Depois de mencionadas no Plano de Acção de 1997 para combater o crime organizado “o Tratado de Amesterdão introduziu formalmente (...) uma disposição geral que previa o envolvimento da Europol em “equipas conjuntas” [não especificadas]” (Block, 2010, p. 90).

Em 1999, no Conselho Europeu de Tampere sobre a criação de um ELSJ na UE, os Estados-membros comprometeram-se a implementar EIC, sendo que na Conclusão n.º 43

“(…) o Conselho Europeu apela à criação, como primeira medida e o mais rapidamente possível, de equipas de investigação conjuntas (...) para combater o tráfico de drogas e de seres humanos e o terrorismo”.

A base legal foi delineada no art.º 13.º da Convenção sobre o AJM em Matéria Penal, de 29 de maio de 2000 (doravante denominada de Convenção AJM). Devido à sua lenta ratificação e implementação, como forma de acelerar a criação na prática destas equipas, foi criada a Decisão-Quadro relativa às EIC, de 13 junho de 2002 (doravante denominada de Decisão-Quadro), sobretudo impulsionada pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O objetivo foi não aguardar pela ratificação da Convenção, sendo que os Estados-membros deveriam “basear a criação de uma EIC na decisão-quadro” (Murschetz, 2010, p. 124). Por conseguinte, as “(...) EIC possuem uma dupla base legal na legislação da UE” (Zaharieva, 2017, p. 1), como será aprofundado de seguida.

Embora a Decisão-Quadro, cujo propósito consistiu no aceleração do processo de ratificação, devesse ser implementada no mês de janeiro de 2003, deu-se um adiamento de dois anos, até que em 2005 todos os Estados-membros possuíssem a legislação adequada à aplicação deste instrumento.

### **1.3.2. Criação, estrutura e funcionamento da equipa**

De acordo com Mayer (2006, pp. 201-202), para o estabelecimento de uma EIC funcional é necessário abordar três grandes questões: a existência de uma base legal; a seleção do caso criminal e o consequente estabelecimento da EIC (distinguindo-se as abordagens *top-down*, *bottom-up* e *outside-in*, a aprofundar à *posteriori*); e a gestão da EIC em curso.<sup>40</sup>

Iniciando a exploração da base legal, as condições sob as quais as EIC são criadas e operadas encontram-se plasmadas na Convenção AJM e na Decisão-Quadro. Desde logo que se verifica uma duplicação no quadro jurídico da criação das EIC, na medida em que a Decisão-Quadro se limita a repetir, de forma praticamente idêntica, os artigos 13.º, 15.º e 16.º da Convenção AJM.

Apesar das EIC se encontrarem associadas a formas mais graves de criminalidade, nomeadamente ao terrorismo, ao tráfico de estupefacientes e ao tráfico de seres humanos

---

<sup>40</sup> Em alguns aspetos, estas questões refletem os termos de nível macro, meso e micro da cooperação policial propostos por Benyon *et al.* (1994), sendo que o primeiro está relacionado com questões constitucionais, acordos legais internacionais e com a harmonização da legislação; o segundo com as estruturas, as práticas e os procedimentos operacionais da Polícia; e o terceiro com a investigação, prevenção e controlo de formas específicas de crime.



(Klimek, 2012, p. 63), crimes também elencados na própria Decisão-Quadro, os documentos legais abordam o seu conceito mais numa perspetiva da dimensão internacional e transfronteiriça do crime em detrimento da sua gravidade. Deste modo, não existem impedimentos legais para que as EIC possam ser utilizadas em casos de criminalidade de menor dimensão<sup>41</sup>, sendo que Nagy (2009, p. 150) reconhece algumas vantagens nestas situações, especialmente numa ótica de inicialmente conquistar confiança e adquirir experiência para futura cooperação. Apesar disto, segundo Klothier (2014, p. 13) não é este o propósito original deste instrumento.

Analisando a legislação, uma EIC pode ser criada quando<sup>42</sup> houver necessidade de realizar investigações difíceis e complexas com implicações noutros Estados-membros ou quando vários Estados-membros realizarem investigações, que por força das circunstâncias, tornem indispensável uma ação coordenada e concertada.

Uma EIC é criada mediante um acordo comum<sup>43</sup> entre as autoridades competentes de dois ou mais Estados-membros para um objetivo específico e por um período limitado (que poderá ser prolongado), para efetuar investigações criminais num ou em vários Estados-membros que criarem a equipa.

Ainda de acordo com o mesmo artigo, a criação da equipa depende de um pedido que pode ser apresentado por qualquer dos Estados-membros interessados e a mesma será constituída naquele em que se situar o centro previsível das investigações. Apesar de não ser indicado como e por quem tal pedido deve ser feito, é referido<sup>44</sup> o art.º 14.º da Convenção Europeia de AJM em Matéria Penal, que trata de pedidos de auxílio. Assim, o termo “pedido” deverá ser considerado um pedido de auxílio e os seus requisitos<sup>45</sup> previstos no artigo em questão devem ser cumpridos (Rijken, 2006, p. 101), para além de propostas relativas à composição da equipa. No que diz respeito à escolha do local, esta é relevante na medida em que a equipa atua em conformidade com a legislação do Estado-membro onde decorre a intervenção.<sup>46</sup> Recomendam-se reuniões entre os investigadores, procuradores, magistrados e/ou juízes dos Estados-membros que ponderam a criação de uma EIC, com os

---

<sup>41</sup> Como por exemplo, o envolvimento da Polícia Holandesa em EIC que lidavam com roubos de veículos e fraude relacionada com passaportes (Sollie & Kop, 2012, pp. 34-35).

<sup>42</sup> Art.º 13.º, n.º 1 da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 1 da Decisão-Quadro.

<sup>43</sup> O acordo é um documento que define a composição da equipa, o seu objetivo específico e a sua duração. Um Modelo de Acordo para a criação de EIC foi adotada sob a forma de Resolução do Conselho, em 8 de maio de 2003, sendo que também inclui um anexo relativo à participação da Europol, da Eurojust e/ou do OLAF.

<sup>44</sup> Art.º 13.º, n.º 2 da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 2 da Decisão-Quadro.

<sup>45</sup> O pedido de auxílio deve conter as seguintes informações: autoridade de que emana; objeto e motivo do pedido; na medida do possível, identidade e nacionalidade da pessoa em causa; nome e endereço do destinatário, se for caso disso.

<sup>46</sup> Art.º 13.º, n.º 3, al. b) da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 3, al. b) da Decisão-Quadro.

delegados da Eurojust e da Europol, logo que possível e antes de qualquer proposta ou acordo formal, com o fim último do processo não se comprometer nem sofrer atrasos (devido a questões de regras administrativas que diferem entre países) (Conselho da UE, 2011, p. 7).

No que concerne às pessoas que formam a equipa, consoante as suas competências e características distinguem-se quatro designações, sendo elas: os “membros”, os “elementos destacados”, o “chefe de equipa” e os “participantes”.

A distinção entre os dois primeiros<sup>47</sup> baseia-se na sua proveniência, ou seja, os elementos destacados têm como origem outro Estado-membro que não aquele onde decorre a investigação, enquanto que os membros são nacionais desse país. Em termos de competências<sup>48</sup>, em regra geral e dependendo da legislação e do acordo, os elementos destacados têm o direito de estar presentes na execução de atividades operacionais<sup>49</sup> (sendo que o chefe de equipa pode tomar uma decisão em contrário) e de executar determinadas medidas de investigação<sup>50</sup>, mediante aprovação do Estado-membro onde decorre a intervenção e do que procede ao destacamento. Ainda sobre as capacidades dos elementos destacados e considerada como a parte mais inovadora da base legal deste instrumento, salienta-se a competência para solicitar medidas de investigação no Estado-membro que o destacou às suas próprias autoridades nacionais<sup>51</sup> (sem a necessidade de cartas rogatórias, mesmo que se trate de medidas coercivas) e fornecer à equipa informações disponíveis no seu Estado-membro.<sup>52</sup> Ambas as funções são normalmente compostas por autoridades policiais especializadas na área da investigação criminal.

Quanto ao chefe de equipa, encarregue de supervisionar as atividades, a regra geral é que o mesmo será um representante da autoridade competente que participar nas investigações criminais do Estado-membro em que a equipa intervém<sup>53</sup>, ou seja, a EIC é dotada de uma chefia permanente no país onde decorrem o centro das investigações. No entanto, dependendo esta escolha da legislação nacional em questão e pelo facto de não se encontrar explicitamente previsto nos diplomas legais, existem várias interpretações quanto ao número de chefes de equipa e ao seu país de origem e quanto à sua função profissional.

Tendo em conta que os membros da EIC não têm obrigatoriamente de trabalhar fora do seu país de origem, mesmo com a sede permanente da equipa noutro país (Conselho da

---

<sup>47</sup> Art.º 13.º, n.º 4, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 4 da Decisão-Quadro.

<sup>48</sup> Ver figura n.º 4 do Apêndice A, sobre as competências dos elementos destacados.

<sup>49</sup> Art.º 13.º, n.º 5, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 5 da Decisão-Quadro.

<sup>50</sup> Art.º 13.º, n.º 6, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 6 da Decisão-Quadro.

<sup>51</sup> Art.º 13.º, n.º 7, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 7 da Decisão-Quadro.

<sup>52</sup> Art.º 13.º, n.º 9, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 9 da Decisão-Quadro.

<sup>53</sup> Art.º 13.º, n.º 3, al. a) da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 3, al. a) da Decisão-Quadro.

UE, 2011, p. 8) e pela dificuldade de determinar o centro das investigações, existe a hipótese da equipa ser composta por mais chefes que lideram as operações no respetivo país, sendo que a coordenação é conduzida por todos em conjunto (Rijken, 2006, p. 103).

Relativamente à função profissional do chefe de equipa, verifica-se que também existe margem para a interpretação nacional, pois não se encontra tipificado se o mesmo deve ser procurador, juiz ou funcionário/oficial de alta patente das Forças e Serviços de Segurança ou das alfândegas. No entanto, é recomendável que o chefe de equipa seja um representante do sistema judicial quando os casos são conduzidos por juízes de instrução ou por procuradores (tendo em conta que as EIC são consideradas como uma forma particular de AJM), apesar de noutros casos ser adequado que um responsável dos serviços policiais chefie a equipa (Conselho da UE, 2011, p. 9).

Para além disso, existe a possibilidade de pessoas que não sejam representantes das entidades competentes dos Estados-membros participarem nas atividades da equipa<sup>54</sup>, incluindo representantes da Europol, da Eurojust, do OLAF ou de entidades de países terceiros (por exemplo, numa EIC entre a Bélgica e a Holanda, um agente do Federal Bureau of Investigation (FBI) pode participar, mas nunca como um membro ou elemento destacado) (Nagy, 2009, p. 111). No entanto, é de salientar que a posição destes participantes difere da dos membros da equipa, nomeadamente nos seus direitos, sendo que o disposto na Convenção AJM e na Decisão-Quadro não lhes é aplicável, salvo se expressamente estipulado no acordo.

Aprofundando as abordagens *top-down*, *bottom-up*, e *outside-in* supramencionadas (referentes às três diferentes formas de iniciar uma EIC), é de mencionar que cada uma possui as suas próprias características e exigências específicas.

Na abordagem *top-down* (figura n.º 1), o caso é selecionado após a identificação de um tipo de crime que exija uma investigação transnacional. Esta identificação do tipo de crime a ser alvo de investigação por parte de uma EIC é realizada por autoridades de investigação ao nível nacional ou mesmo ao nível governamental (como por exemplo, Ministério da Administração Interna ou Ministério da Justiça), sendo que posteriormente as instituições policiais devem estabelecer acordos de cooperação com outros países e atribuir a investigação ao nível local (Mayer, 2006, p. 203). Assim, enquanto que a fase inicial da formação da EIC exige a intervenção de altas patentes ao nível nacional para a tomada de

---

<sup>54</sup> Art.º 13.º, n.º 12, da Convenção AJM e Art.º 1.º, n.º 12 da Decisão-Quadro.

decisões mais gerais e relacionadas com o enquadramento do projeto, numa fase posterior as classes mais baixas (ao nível local) ficam encarregues da investigação na base diária.

Algumas dificuldades poderão estar associadas a este modo de iniciar a equipa, nomeadamente o envolvimento de muitos atores, a perda de informação, uma estrutura mais complexa do que o pretendido, o salientar das diferenças entre as políticas levadas a cabo pelos países envolvidos e suas instituições e a possível falta de motivação ao nível das autoridades locais (por não partir destas a iniciativa da investigação) (Mayer, 2006, pp. 205-207).

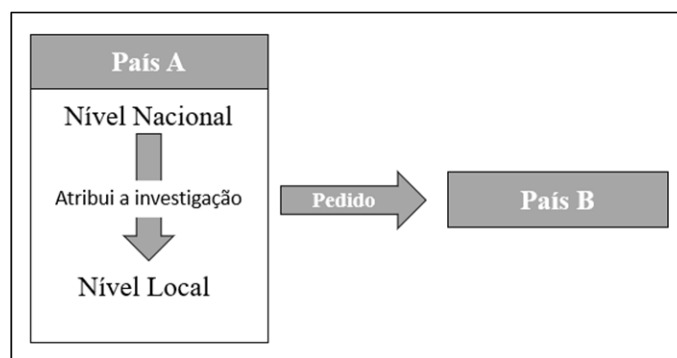
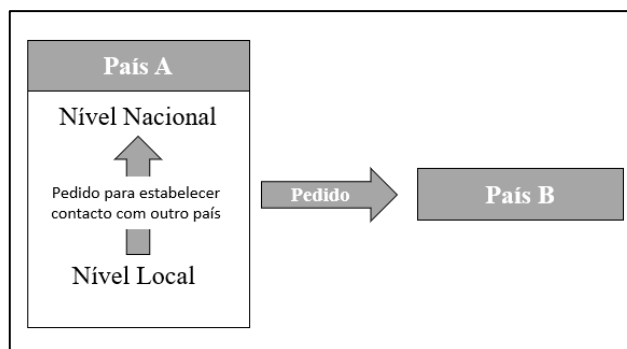


Figura n.º 1 – Abordagem *top-down*

Fonte: Elaboração própria.

Pelo contrário, na abordagem *bottom-up* (figura n.º 2) a EIC é criada pela necessidade de apoio adicional de outro(s) Estado(s)-membro(s) a uma investigação local em curso. Neste caso, é solicitado pelo nível local ao nível nacional que este estabeleça contacto com as entidades dos países envolvidos, a fim de facilitar a criação da equipa. Este tipo de abordagem exige uma estrutura institucional funcional a nível nacional, capaz de processar os pedidos locais e de estabelecer os contactos transnacionais (Mayer, 2006, p. 207), para além do apoio aos serviços de polícia locais quanto à criação e gestão da equipa. Por sua vez, nesta abordagem existe uma maior probabilidade da estrutura da equipa ser menos complexa (na medida em que apenas existe o envolvimento das entidades necessárias para a criação da equipa e investigação do caso, não havendo tanta influência de assuntos políticos) e a questão da falta de motivação ao nível local não é uma questão tão relevante (visto que a equipa é iniciada pela vontade daqueles que já se encontram a cargo da investigação). No entanto, surgem também dificuldades como o menor suporte e financiamento, pois os interesses políticos podem ser reduzidos (Mayer, 2006, p. 207).

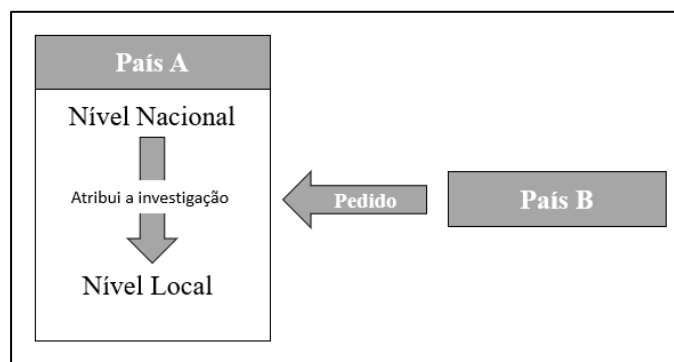


**Figura n.º 2 – Abordagem *bottom-up***

Fonte: Elaboração própria.

A abordagem *outside-in* (figura n.º 3) centra-se na perspetiva do Estado-membro recetor do pedido de adesão à EIC (independentemente de se tratar de uma abordagem *top-down* ou *bottom-up* no país solicitante), ou seja, estamos perante a mesma quando existe um processamento de um pedido vindo de outro país, segundo a ótica de Portugal (neste caso).

Do ponto de vista do Estado solicitante, a primeira tarefa é descobrir qual é a entidade responsável pelo processamento de tal solicitação, que normalmente corresponde ao Comandante, Chefe ou Diretor da respetiva instituição policial ou ao MP (Mayer, 2006, p. 208). Como vimos, esta é uma das questões que não se encontram especificamente plasmadas na base legal. Por sua vez, o país solicitado deve possuir uma estrutura institucional que elabore o processamento do pedido (identificando quem será designado, ao nível local, para investigar e fornecer apoio enquanto a EIC se encontrar em funcionamento – ou seja, uma estrutura *top-down*). Caso esta estrutura não exista ou seja disfuncional, este país dificilmente se tornará um membro de uma EIC (Mayer, 2006, p. 208).



**Figura n.º 3 – Abordagem *outside-in***

Fonte: Elaboração própria.

Deste modo, sintetizando a criação de uma EIC em etapas gerais (independentemente das suas características específicas), em primeiro lugar é identificado um objetivo e um interesse comuns entre os Estados envolvidos<sup>55</sup>, o que requer a existência de ramificações criminais a abrangê-los. Tal como refere Zaharieva (2017, p. 3), “(...) a aplicação da ferramenta JIT implica um interesse de investigação comum”. Em segundo lugar, chega-se a um acordo (nesta fase, ainda não formal) para a sua criação entre as autoridades competentes dos diferentes Estados. Este acordo, como visto anteriormente, deve ser precedido pelo envio de um pedido oficial “(...) embora, na prática, isso raramente aconteça” (Rede de Peritos Nacionais em EIC, 2017, p. 12). Por fim, mediante a consideração de que este instrumento de cooperação é o adequado, inicia-se a redação do acordo (formal), o qual deve ser célere para manter a dinâmica na investigação.

Após a análise dos textos dos referidos diplomas legais, depreende-se que os mesmos são, de certa forma, minimalistas e desprovidos de detalhes, visto que questões relevantes como as competências dos membros das EIC poderão ser definidas em acordo<sup>56</sup>. Este facto (e dependendo da legislação aplicada) poderá levar a uma elevada discricionariedade por parte das entidades envolvidas na equipa.

### 1.3.3. Participação da Europol e da Eurojust

Como visto anteriormente, representantes da Europol e da Eurojust (nos termos do art.º 5.º do Regulamento Europol<sup>57</sup> e do art.º 9.º-F da Decisão Eurojust<sup>58</sup>, respetivamente) podem participar (em conjunto ou separadamente) numa EIC, apesar do seu contributo se distinguir do dos demais intervenientes. Isto verifica-se, por exemplo, pelo facto de poderem participar nestas equipas com uma função de apoio, não estando autorizados a executar medidas coercivas.

As modalidades da participação destas entidades são fixadas em anexo específico do acordo e os Estados-membros não são obrigados a solicitar o auxílio destas instituições<sup>59</sup>. Ainda que não se verifique essa obrigação, ou seja, mesmo que não adquiram o estatuto de participante, os membros nacionais da Eurojust provenientes dos Estados-membros

---

<sup>55</sup> Estabelecendo um paralelismo com os subcapítulos anteriores, estes interesses comuns assentam maioritariamente numa ótica liberal, tendente para uma maior integração.

<sup>56</sup> Ver quadro n.º 12 do Apêndice B, relativo à análise das disposições legais sobre as competências.

<sup>57</sup> Regulamento (UE) 2016/794, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, que cria a Europol.

<sup>58</sup> Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI.

<sup>59</sup> Ver figura n.º 10 do Anexo A, sobre o suporte da Europol e da Eurojust às EIC (2014-2017).

envolvidos devem ser informados pelas autoridades nacionais competentes de que foi criada uma EIC<sup>60</sup>.

A Europol e a Eurojust constituem-se como instituições que têm na sua génese o desiderato de apoiar os Estados-membros na luta contra as formas graves de criminalidade organizada transnacional, sendo que as suas competências e funções pressupõe que desempenham um papel preponderante nas EIC, estando ao dispor dos Estados que considerarem a sua criação. Neste contexto, verifica-se uma cooperação entre as duas instituições<sup>61</sup>, evitando a duplicação de esforços, permitindo a participação conjunta na criação de EIC e apoiando as autoridades judiciárias e policiais nas conversações iniciais sobre a criação destas equipas. Desta forma, preliminarmente, facultam aconselhamento jurídico e transmitem conhecimento resultante da experiência adquirida em EIC anteriores, colocam à disposição do Estados envolvidos salas de reunião e serviços de interpretação, assim como possuem a capacidade para a identificação de casos criminais suscetíveis de serem alvos de investigação (Herz, 2006; Klimek, 2012; Rede de Peritos Nacionais em EIC, 2017).

Analisando concretamente o contributo da Europol enquanto participante de uma EIC, existe a possibilidade desta colocar ao serviço da equipa um instrumento denominado de *Analysis Work Files* (AWF). O AWF consiste numa coleção de informações sobre determinadas atividades criminais, recolhidas pelas polícias nacionais e transmitidas à Europol, permitindo a troca e a comparação de informação após a sua inserção na base de dados (Wree, 2006, p. 70), sendo que “(...) os membros da equipa devem procurar a assistência deste relevante grupo analítico” (Nagy, 2009, p. 113). Assim, verifica-se que uma das suas capacidades é a análise das informações criminais sobre factos a serem investigados por uma EIC, através do cruzamento dos dados recolhidos pela equipa com as suas próprias bases de dados.

Para além disso, a Europol pode auxiliar as investigações enviando todas as informações pertinentes às suas Unidades Nacionais nos Estados-membros<sup>62</sup>, transmitindo os seus conhecimentos do mundo criminal aos membros das EIC<sup>63</sup>. Acrescenta-se, ainda, a

---

<sup>60</sup> Art.º 13.º, n.º 5, da Decisão Eurojust.

<sup>61</sup> Art.º 6.º do Acordo de Cooperação entre a Eurojust e a Europol, de 1 de janeiro de 2010.

<sup>62</sup> Art.º 5.º, n.º 3, do Regulamento Europol.

<sup>63</sup> O que é retratado concretamente, por exemplo, pelo *Serious and Organized Crime Threat Assessment* (que consiste na formulação de prioridades estratégicas e ações operacionais para o combate à criminalidade organizada transnacional na UE). Para este efeito, considera-se relevante a visualização do relatório de 2017, disponível em: [www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-serious-and-organised-crime-threat-assessment-2017](http://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-serious-and-organised-crime-threat-assessment-2017).

capacidade de prestar aconselhamentos sobre “questões técnicas” (Rijken, 2006, p. 104), nomeadamente no que concerne à organização, aos equipamentos e aos métodos policiais e forenses (Nagy, 2009, p. 113).

Por sua vez, a Eurojust, por intermédio dos seus Membros Nacionais<sup>64</sup> ou a atuar colegialmente<sup>65</sup>, possui a competência para solicitar a criação de uma EIC às autoridades competentes dos Estados-membros. Neste último caso, as autoridades competentes são obrigadas a fornecer as razões pelas quais não se avançou para a formação da equipa (Elezi, 2014, p. 104). No entanto, o contrário também se verifica, ou seja, a Eurojust pode desaconselhar a criação de uma EIC em casos específicos onde não é possível a reconciliação das diferentes legislações nacionais (Jonge & Birk, 2013, p. 40), recomendando outros mecanismos de cooperação considerados mais adequados. Assim se percebe a sua capacidade para identificar casos adequados para uma EIC, bem como para a prestação de aconselhamento jurídico, o que constitui um suporte sólido às negociações preliminares.

Além do mais, já na fase operacional da equipa, a Eurojust pode “ajudar a garantir que os requisitos processuais nacionais para a recolha de prova sejam salvaguardados” (Helmberg, 2007, p. 249). Outro papel fundamental da Eurojust na criação de uma EIC reside no seu financiamento<sup>66</sup>, encontrando-se previsto o suporte financeiro e apoio logístico, nomeadamente em três componentes: deslocação/acomodação, interpretação/tradução e transferências de provas/bens apreendidos. Neste âmbito, podem ainda ser financiadas através da Europol e da Eurojust, respetivamente, as reuniões operacionais e de coordenação.

Ambas as instituições assumem, também, um papel na divulgação e clarificação do instrumento, através da atribuição de *webpages*<sup>67</sup> específicas sobre o mesmo, da produção dos manuais/guias práticos e da organização de reuniões anuais dos peritos nacionais das EIC.<sup>68</sup>

Desta feita, ambas as organizações desempenham um papel crucial tanto na fase pré-operacional, como na garantia de eficiência e capacidade operacional, contribuindo para o sucesso geral da investigação.

---

<sup>64</sup> Art. 6.º, al. a), subal. iv) da Convenção Eurojust.

<sup>65</sup> Art.º 7.º, al. a), subal. iv) da Convenção Eurojust.

<sup>66</sup> Ver figura n.º 11 do Anexo B, sobre o processo de financiamento de uma EIC.

<sup>67</sup> Disponíveis em: [www.europol.europa.eu/activities-services/joint-investigation-teams](http://www.europol.europa.eu/activities-services/joint-investigation-teams) e [www.eurojust.europa.eu/Practitioners/JITs/Pages/JITs-sitemap.aspx](http://www.eurojust.europa.eu/Practitioners/JITs/Pages/JITs-sitemap.aspx), da Europol e da Eurojust, respetivamente.

<sup>68</sup> Em 2005, foi criada uma rede de peritos nacionais sobre EIC (*JIT Network*) para encorajar a utilização deste instrumento, assim como o intercâmbio de experiências e boas práticas (Documento 11037/05 do Conselho da UE).



### 1.3.4. Potencialidades do instrumento

Como referido pelo Conselho da UE (2011, p. 3), reforçado por autores como Klimek (2012, p. 64) e Nagy (2009, p. 110), o recurso às EIC têm como vantagens gerais sobre as formas tradicionais de cooperação: a troca direta de informações, dispensando a carta precatória<sup>69</sup>; os pedidos recíprocos e diretos de medidas de investigação e coercivas, dispensando a carta rogatória<sup>70</sup>; a presença dos seus membros em ações como as buscas domiciliárias e entrevistas em todas as jurisdições abrangidas, ajudando a ultrapassar as barreiras linguísticas<sup>71</sup>; a coordenação dos esforços no terreno, bem como o intercâmbio informal de conhecimentos especializados; o incentivo à criação de confiança mútua<sup>72</sup> entre os profissionais de diferentes jurisdições e ambientes de trabalho; a escolha das melhores estratégias de investigação e procedimento penal; a participação da Europol e da Eurojust com apoio e assistência; a possibilidade de requerer o financiamento disponível da UE, da Eurojust ou da Europol; a sensibilização para os aspetos de gestão e a melhoria da realização das investigações internacionais.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Zaharieva (2017) indica vantagens como a falta de exigência de formalismos (ao referir que as EIC permitem rapidez nos ajustes às necessidades da investigação, assim como a discussão num ambiente informal e realizados sem a necessidade de troca de cartas); a troca de informação direta, sendo que “(...) as operações são executadas rapidamente devido à comunicação direta dentro da equipa e a possibilidade de trocar informações em tempo real” (Zaharieva, 2017, p. 11) e o apoio financeiro disponível (para tradução e interpretação, deslocações e alojamento, tráfego de dados e comunicações). Tudo isto permite a redução do tempo das investigações para cerca de metade e acelera a partilha de informações (Block, 2010).

Acrescentam-se, ainda, outras mais-valias como, pelo seu carácter multilateral, oferecerem opções mais flexíveis para envolver estados não pertencentes à UE nas

---

<sup>69</sup> Como disposto no art.º 172.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, “(...) empregando-se a carta precatória quando a realização do ato seja solicitada a um tribunal ou a um cônsul português (...)”.

<sup>70</sup> Como previsto na parte final do mesmo artigo, “(...) a carta rogatória quando o [ato] seja [solicitado] a autoridade estrangeira”.

<sup>71</sup> Ver figura n.º 5 do Apêndice A, sobre o impacto das barreiras linguísticas nas competências dos membros e as figuras n.º 6 e n.º 7 do Apêndice C, sobre a estrutura da equipa relacionada com a língua.

<sup>72</sup> Segundo o art.º 82.º do TFUE, a cooperação judiciária em matéria penal assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais, sendo necessária a adoção de medidas para a sua entrada em vigor. Por este artigo, os conflitos de jurisdição devem ser evitados e a cooperação entre as autoridades judiciais deve ser facilitada. As EIC devem reforçar esta confiança mútua, especialmente entre as autoridades e as forças operacionais dos Estados-membros. Ao mesmo tempo, estas equipas dependem do nível real de confiança mútua entre as autoridades, o que é essencial para a eficiência da cooperação (Klothier, 2014, p. 18).

atividades de investigação (Zaharieva, 2017, p. 4), bem como o envolvimento de membros de outros Estados-membros que não aquele em que a equipa opera (Zaharieva, 2017, p. 7), como visto anteriormente, os denominados elementos destacados.

No entanto, apesar das vantagens para que foi concebido este instrumento, a problemática que rodeia as EIC é o facto destas não serem comumente utilizadas<sup>73</sup>, nomeadamente em Portugal<sup>74</sup>.

Até ao ano de 2010, “(...) menos de aproximadamente 40 JIT estiveram operacionais. Este número representa uma percentagem quase negligenciável de todas as investigações criminais transfronteiriças na UE” (Block, 2010, p. 88). Em 2012, “(...) o número de JIT atingiu um pico temporário com 78 JIT ativas” (Klother, 2014, p. 5), o que demonstra que, apesar de ainda ser insuficiente, “recentemente, pode ser reconhecida uma aceitação crescente das JIT” (Kapplinghaus, 2012, p. 33). Segundo Monar & Dahmani (2007, p. 3), uma das dificuldades é que “(...) os Estados-membros tendem a ser altamente relutantes em usar instrumentos vinculativos que possam interferir com o controlo e organização autónoma das suas forças policiais”.

Como afirma Ballin (2010, p. 19) “um instrumento para uma cooperação mais estreita que merece um exame mais minucioso são as *Joint Investigation Teams*. Esta é uma arma importante, mas infelizmente menos explorada, na luta contra o crime transfronteiriço. O uso ideal das equipas de investigação conjunta precisa de ser analisado de perto com base na experiência até à data”. É com base neste referencial que se desenvolveu esta investigação, com o objetivo último de apurar as razões limitativas da aplicação deste instrumento, nomeadamente em Portugal.

---

<sup>73</sup> Ver quadro n.º 13 do Apêndice D, sobre as EIC constituídas até ao ano de 2010.

<sup>74</sup> Ver figura n.º 12 do Anexo C, sobre a participação em EIC em curso por país, no ano de 2017.

#### 1.4. Investigação Criminal e a Guarda Nacional Republicana

A GNR “desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime e proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções”.

(Branco, 2010, p. 246).

Para além das EIC se constituírem como um instrumento de cooperação policial e judiciária (ao nível macro e estratégico), estas têm na sua génese, antes de mais, o desiderato de conduzir essa cooperação no âmbito da investigação criminal (ao nível micro e operacional).

A investigação criminal “tem por objeto de análise o crime e o criminoso e, por objetivo, a descoberta e reconstituição da verdade material de factos penalmente relevantes e a demonstração da sua autoria” (Braz, 2013, p. 21), compreendendo, assim, “o conjunto de ações tendentes a descobrir, recolher, examinar, interpretar, conservar e formalizar, no âmbito do processo criminal, as provas (...), bem como das circunstâncias envolventes” (Branco, 2010, p. 97). De uma forma simplista, a investigação criminal é o processo de procura de indícios e de vestígios que indique o autor, o *modus operandi*, o momento, o local e o móbil de determinado crime.

No plano normativo, a LOIC define esta atividade como um “conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”<sup>75</sup>. Conceito que, de alguma forma, coincide com o conceito de inquérito previsto no Código de Processo Penal (CPP), como compreendendo “o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”<sup>76</sup>.

Como se depreende pela análise da estrutura e funcionamento deste mecanismo realizada supra, o contributo de Portugal numa EIC será composta por autoridades policiais especializadas na área da investigação criminal (como membros da equipa ou elementos destacados, caso o seu funcionamento decorra em território nacional ou estrangeiro, respetivamente e/ou, ainda, como chefes de equipa), por autoridades judiciais

---

<sup>75</sup> Art.º 1.º da LOIC.

<sup>76</sup> Art.º 262.º, n.º 1 do CPP.

(nomeadamente procuradores do MP e juízes, enquanto chefes de equipa) e por representantes da Europol e da Eurojust (assumindo a função de participantes).

Deste modo, mantendo o enfoque especificamente na vertente policial da investigação criminal no nosso país, a GNR é um órgão de polícia criminal (OPC) de competência genérica - assim como a Polícia Judiciária (PJ) e a Polícia de Segurança Pública (PSP)<sup>77</sup> - competindo-lhe coadjuvar as autoridades judiciais na investigação e desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes<sup>78</sup>, assim como investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros OPC e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judicial competente para a direção do processo<sup>79</sup>.

Esta última competência é especialmente relevante, pois não existindo impedimentos legais para que as EIC possam ser utilizadas em casos de criminalidade de menor dimensão (como no exemplo anteriormente referido da investigação sobre roubos de veículos, crime sobre o qual a GNR possui competência investigativa) a investigação criminal pode ser deferida à GNR desde que “(...) tal se afigure, em concreto, mais adequado ao bom andamento da investigação (...)”<sup>80</sup>. Este deferimento implica a transferência da competência de investigação e apenas se pode verificar nos crimes de competência reservada relativa da PJ elencados no n.º 3 do art.º 7.º da LOIC. Neste sentido, segundo Castro (2016, p. 12), o legislador tenta impedir a absoluta exclusividade da investigação criminal, salientando que a sua direção pertence sempre a uma autoridade judicial, às quais os OPC têm o dever de coadjuvar, não se conciliando com a existência de competências exclusivas.

Existe mesmo quem defenda que, apesar do dever de cooperação entre os OPC no exercício das suas funções<sup>81</sup>, segundo um plano de igualdade e não de subalternidade (Valente, 2012), verificam-se rivalidades policiais evitáveis, sendo que deveria alargar-se a todos os OPC o princípio da atribuição de competência à polícia que tiver iniciado a investigação (por ter recebido a notícia do crime ou por determinação do MP (Ramos, 2014 *cit in*. Magalhães, 2014, p. 19). Na prática, a ser cumprida esta cooperação policial ao nível interno, poderia verificar-se uma participação, por exemplo, de elementos da PJ e da GNR, se assim se considerasse ser uma mais-valia para a investigação no caso concreto.

---

<sup>77</sup> Art.º 3.º, n.º 1 da LOIC.

<sup>78</sup> Art.º 3.º, n.º 4, al. a) e b) da LOIC, respetivamente.

<sup>79</sup> Art.º 6.º da LOIC.

<sup>80</sup> Art.º 8.º, n.º 1.º da LOIC.

<sup>81</sup> Art.º 10.º, n.º 1 da LOIC.

Acrescenta-se, ainda, a competência específica da GNR, através da Unidade de Ação Fiscal (UAF), para a investigação dos crimes de índole fiscal previstos no n.º 4 do art.º 7.º da LOIC. Para além das competências referidas, à Guarda compete, mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os atos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova<sup>82</sup>.

Assim, a GNR, enquanto instituição dotada de uma estrutura de investigação criminal (cuja criação remonta ao ano de 1992 com os Grupos Especiais de Ação de Pesquisa<sup>83</sup>, tendo sofrido diversas alterações, como a elaboração do Despacho n.º 07/03-OG de 21 de janeiro, que criou a Chefia de investigação criminal e materializou a atividade em três vertentes: operativa, criminalística e informação criminal; as modificações legislativas, como a aprovação da Lei Orgânica da GNR, a alteração da LOIC e da Lei de Segurança Interna, que conduziram à implementação de órgãos nas vertentes referidas, à formação especializada e à aquisição de meios técnicos; e a aprovação do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, com o intuito de ajustar o modelo para incrementar a eficácia operacional) constitui-se como um dos principais intervenientes na atividade de investigação criminal em Portugal.

Como tal, considera-se que o conhecimento sobre as EIC é fulcral, não só numa ótica de acompanhar a evolução da criminalidade e do seu combate através da cooperação ao nível da UE, como também pela possível participação numa destas equipas.

A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre esta matéria comprova-se, por exemplo, com a existência de um módulo de aprendizagem no Curso da Agência da União Europeia para a Formação Policial (Cepol) especificamente dedicado às EIC.

---

<sup>82</sup> Art.º 55.º, n.º 2 do CPP.

<sup>83</sup> A sua missão consistia na pesquisa e recolha de notícias tendentes à prevenção e à investigação criminal em todas as matérias cuja competência tenha sido atribuída à Guarda, designadamente no combate ao tráfico e consumo de estupefacientes e nos crimes de maior complexidade (NEP/GNR n.º 3.38, de 6 de julho de 1999).

## **CAPÍTULO 2. METODOLOGIA**

“(...) charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro”.

Quivy e Campenhoudt (2013, p. 109).

A metodologia consiste num “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo” (Oliveira, 2005, p. 28), de forma atingir os objetivos a que o investigador se propõe.

Neste capítulo, onde se passa da teoria para a investigação empírica, alude-se à metodologia adotada para a condução da investigação, com as opções tomadas devidamente fundamentadas e o modelo de análise da investigação, QC, QD e hipóteses, assim como os métodos e técnicas de recolha e análise de dados e a composição e justificação da amostragem.

### **2.1. Método de abordagem e procedimento**

Para a realização desta investigação, foram tomadas como referência as etapas do procedimento científico de Quivy e Campenhoudt (2013), sendo elas: a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões. Ao longo do presente capítulo, todas as etapas supramencionadas serão enquadradas nesta investigação em particular.

Tendo em conta que “o primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 31), após a idealização da pergunta de partida - a primeira etapa - (que, com as devidas adaptações, se materializou na atual QC) mostrou-se necessário explorar mais aprofundadamente o tema - a segunda etapa. A exploração realizou-se, essencialmente, através do recurso à leitura e da transmissão informal de conhecimento, o que permitiu a conceção da problemática - a terceira etapa.

O presente estudo segue uma abordagem qualitativa, na medida em que assenta essencialmente em informação recolhida na análise documental e nos inquéritos por entrevista, com o propósito de “investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspetiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2013, p. 28). A seleção desta abordagem justifica-se pela especificidade e complexidade da problemática em questão, revelando-se mais frutífero a

obtenção de informação apenas por parte de entidades especialistas na matéria em questão, em complemento com a recolhida previamente na exploração.

Nesta investigação foi seguido o método hipotético-dedutivo, “que se inicia pela perceção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 106); ou seja, foram criadas hipóteses (enquanto uma predição sobre uma relação existente entre variáveis) como auxílio na explicação do fenómeno, que vieram a ser verificadas ou refutadas através da investigação empírica. Para além deste, foram utilizados o método histórico que consiste em “(...) investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 107; Prodanov & Freitas, 2013, p. 36) e o método inquisitivo que se baseia “(...) no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2013, p. 8).

O presente RCFTIA cumpre, ainda, as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da AM<sup>84</sup>.

## **2.2. Modelo de Análise**

A construção do modelo de análise<sup>85</sup>, que se pode definir como o “conjunto de conceitos e hipóteses logicamente articulados entre si” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 139), constitui a quarta etapa do procedimento.

O percurso de investigação desenvolveu-se em função das questões levantadas, central e derivadas, que constituem um elemento estruturante de todo o processo de investigação.

Deste modo, a QC do presente trabalho “através do qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 32) e que irá servir de fio condutor do mesmo é a seguinte: “Quais são as razões que limitam o recurso às EIC em Portugal?”.

De forma a manter uma linha orientadora na realização do estudo, responder fundamentadamente à QC e atingir os OE da investigação, foram definidas as seguintes QD:

QD1: O atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE justifica a utilização das EIC?

QD2: As EIC apresentam entraves de carácter legal, cultural e financeiro?

---

<sup>84</sup> NEP 522/1ª, de 20 de janeiro de 2016, da AM.

<sup>85</sup> Ver quadro n.º 14 do Apêndice E, sobre o modelo de análise.

QD3: O nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal é o adequado?

QD4: Quais são as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC?

As hipóteses, como visto anteriormente, são passíveis de ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da investigação (Marconi & Lakatos, 2003), através da verificação dos seus conceitos, dimensões, componentes e indicadores, dando respostas às perguntas derivadas e também à pergunta de partida da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013). Neste desiderato, foram levantadas as seguintes hipóteses:

H1: Se no atual panorama da UE a criminalidade organizada transnacional afeta significativamente os Estados-membros, então maior é a necessidade de se recorrer às EIC.

H2: Se no âmbito das EIC se verifica uma ausência de entraves de carácter legal, cultural e financeiro, então este instrumento possui as características favoráveis ao seu funcionamento, nomeadamente na relação operacional entre os intervenientes dos Estados-membros empenhados na investigação.

H3: Se o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal não é o adequado, então não se avança para a formação destas equipas, optando-se por outros mecanismos com os quais possuam um maior contacto.

H4: Se a utilização das EIC é escassa, então existe a necessidade de desenvolver a formação específica, de maior divulgação, de aprofundar o estudo científico do instrumento e de um maior número de ações conjuntas entre as autoridades policiais e judiciais dos Estados-membros da UE.

### **2.3. Amostragem: Composição e justificação**

Concluída a construção do modelo de análise, surgiu a quinta etapa do procedimento - a observação. Nesta fase, o modelo de análise “(...) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 155), existindo a necessidade de definir a amostra<sup>86</sup> e os métodos de recolha de dados (elencados no subcapítulo seguinte).

A amostra é “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223). Tendo isto em conta, a seleção foi realizada mediante a verificação de determinadas características

---

<sup>86</sup> Ver quadro n.º 15 do Apêndice F, sobre a composição e caracterização da amostra.



específicas, sendo que se utilizou a técnica de amostragem por seleção racional (Coutinho, 2013).

Neste contexto, o critério de seleção consistiu no desempenho de funções de investigação criminal e de cooperação internacional em instituições policiais nacionais e nos organismos europeus que estejam diretamente relacionados com a coordenação e atuação das EIC. Para além disso, a experiência profissional e o conhecimento sobre as EIC e a criminalidade organizada transnacional, foram determinantes para a escolha dos elementos que compõem a amostra.

Considerando que “uma amostra é constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população” (Freixo, 2012, p. 210) e tendo em conta a especificidade da problemática e do objeto de estudo, das instituições que efetuam investigação criminal em Portugal excluiu-se uma abordagem a entidades como a PSP, o Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF), a Polícia Judiciária Militar, entre outras. A desejável inclusão da PJ, enquanto que por excelência é a que possui maior competência investigativa, foi impossibilitada.

Desta forma, foram entrevistadas entidades da GNR, por ser uma força de segurança com competências genéricas neste âmbito e do MP, pela sua ligação às EIC. No que concerne aos organismos europeus, pertencem à amostra elementos da Eurojust e da RJE em matéria penal.

#### **2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados**

Considerando que “a natureza do problema de investigação determina o tipo de métodos de colheita de dados a utilizar” (Fortin, 2009, p. 239), foram utilizados os que melhor se adequam aos objetivos definidos pelo investigador, como se verifica de seguida.

Assim, a recolha de dados iniciou-se com uma análise documental, de forma a analisar o estado da arte, o quadro concetual e as teorias relacionadas com a temática abordada, o que se veio a espelhar (não só, mas principalmente) no Capítulo 1, relativo ao enquadramento teórico. Para tal, fez-se uso de variadas fontes disponíveis em formato físico e informático, designadamente legislação, jurisprudência e relatórios (fontes primárias) e obras literárias e artigos científicos (fontes secundárias).

Numa fase posterior, com o intuito de desenvolver o Capítulo 3, relativo à apresentação, análise e discussão dos resultados, recorreu-se à observação indireta com a utilização de um guião de entrevista<sup>8788</sup>. Considerando que “alguns autores consideram a

---

<sup>87</sup> Ver Apêndice G, sobre a Carta de Apresentação e o Guião de Entrevista.

<sup>88</sup> Ver quadro n.º 16 do Apêndice H, sobre a relação entre as questões da entrevista e as QD.

entrevista como o instrumento por excelência da investigação social” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 196), foram efetuadas nove entrevistas semidiretivas com base no referido guião, sem a obrigação de uma ordem específica nas questões e permitindo ao entrevistado (E) falar de uma forma mais aberta sobre os tópicos (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 193). As entrevistas tiveram como objetivo a análise e a comparação das informações fornecidas, resultando não só na consolidação e no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente, como também numa complementaridade com os mesmos.

A recolha de dados teóricos realizou-se entre o mês de setembro de 2018 e o mês de março de 2019, maioritariamente na Biblioteca da AM, na Escola da Guarda e na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim. Por sua vez, a recolha de dados empíricos realizou-se entre os dias 13 de março e 12 de abril de 2019.

## **2.5. Técnicas de tratamento e análise de dados**

No seguimento do término da observação, materializada na recolha de dados, é imprescindível a análise das informações (a sexta etapa), o que por sua vez culminará nas conclusões (a sétima e última etapa, a apresentar à *posteriori*).

Neste sentido, após a aplicação do método das entrevistas que “(...) está sempre associado a um método de análise de conteúdo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 195), utilizou-se a técnica estabelecida por Sarmento (2013) que classifica as respostas obtidas por categorias de conteúdo.

O processo de análise consiste em extrair partes/segmentos do texto, constituindo as unidades de contexto (UC) que, por sua vez, contêm as unidades de registo (UR) - distinguidas pela codificação numérica<sup>89</sup> - que são fragmentos representativos de determinada característica de uma dada categoria. De seguida, elaborou-se a matriz das UC e UR, assim como as matrizes de análise de conteúdo por questão, o que através das unidades de enumeração (UnE) permite a análise qualitativa e quantitativa das entrevistas (Sarmento, 2013). Optou-se por não efetuar uma distinção cromática entre as UR devido à sua multiplicidade, o que acabaria por tornar a análise confusa e pouco credível.

Finalmente, os resultados obtidos através desta análise das respostas são discutidos e confrontados com a análise do enquadramento teórico e concetual, como se verifica no desenho da investigação<sup>90</sup> efetuado.

---

<sup>89</sup> Ver quadro n.º 17 do Apêndice I, sobre a codificação das respostas às entrevistas.

<sup>90</sup> Ver a figura n.º 8 do Apêndice J, sobre o desenho da investigação.

## **CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O presente Capítulo é composto pela apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos através da realização das entrevistas, estabelecendo-se uma comparação com o enquadramento teórico e concetual apresentado no Capítulo 1. De seguida, verificam-se as hipóteses de investigação e responde-se às QD.

### **3.1. Apresentação, análise e discussão das questões**

A questão n.º 1 tem como propósito obter uma caracterização da criminalidade organizada e, por conseguinte, relacionar a mesma com a necessidade (ou não) de em Portugal se recorrer aos mecanismos de cooperação ao nível da UE, em geral, e das EIC, em particular. O intuito final, é compreender se a escassa utilização deste instrumento se deve ao eventual reduzido impacto da criminalidade organizada transnacional em Portugal.

Relativamente à caracterização do fenómeno, a maior parte dos entrevistados (77,8%) salientou o facto da mesma assumir proporções transnacionais no panorama atual, seguindo a linha de pensamento de Pereira (2016) e, até certo ponto, confirmando um dos elementos essenciais da Escola de Paris dos Estudos de Segurança – a “fusão” entre a segurança interna e externa (Bigo, 2000). O E3 destaca mesmo que “a criação do mercado único e a abolição de fronteiras internas dentro da União facilitou enormemente as atividades criminosas de natureza transfronteira”, tal como referido ao longo do Capítulo 1, nomeadamente por Wolff, Wichmann & Mounier (2009). De seguida surge a complexidade do fenómeno (22,2%), característica espelhada nas palavras de E1, que “permite-lhe manter-se invisível, intangível (...)”, também apontada por Williams (2001), Carrapiço (2006), Favaro (2008), Sain & Games (2014) e comprovável pelo RASI de 2018. O E6 refere, ainda, a velocidade da atuação criminal e o E9 a sua capacidade para provocar danos económicos nos Estados - tal como Braz (2016) - comprovando o objetivo de obter vantagens económicas.

Assim, o argumento (implícito) da abordagem tradicionalista da teoria realista referido por Walt (1991), de que a criminalidade organizada não se constitui como uma ameaça à segurança dos Estados, demonstra-se debilitada e atualmente descontextualizada.

Pela conjugação destes fatores, 77,8% dos entrevistados consideram necessária a utilização das EIC, assim como Nagy (2009), sendo que o E8 especifica que Portugal possui casos que efetivamente justificariam a sua utilização. Neste sentido, comprova-se a

imprescindibilidade dos Estados-membros da UE, incluindo Portugal, atuarem em conjunto na luta contra a criminalidade organizada transnacional (Borchardt, 2011; Borges, 2012).

Os restantes entrevistados (22,2%) não consideram desnecessário o recurso a estas equipas, mas sim que a sua criação deve ser analisada de forma casuística, constituindo um “juízo estratégico” a ser formulado.

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 1 apresentado de seguida e o quadro n.º 18 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 1 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 1**

Questão n.º 1													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Caracterização da criminalidade organizada	Transnacionalidade	1.1.1	X	X	X	X	X			X	X	7	7/9 (77,8%)
	Complexidade	1.1.2	X				X					2	2/9 (22,2%)
	Velocidade	1.1.3						X				1	1/9 (11,1%)
	Danos económicos	1.1.4									X	1	1/9 (11,1%)
Necessidade de utilizar as EIC	Necessidade	1.2.1	X		X		X	X	X	X	X	7	7/9 (77,8%)
	Depende do caso	1.2.2		X		X						2	2/9 (22,2%)

**Fonte: Elaboração própria.**

A questão n.º 2 visa identificar os principais contributos dos instrumentos de cooperação e das EIC no âmbito das investigações criminais além fronteiras, no sentido de retirar ilações sobre as vantagens da sua utilização na luta contra estas ameaças.

O recurso às EIC representa a procura de soluções transnacionais (assim como o fenómeno a combater), contribuindo para que se consiga efetivar uma investigação sem interrupções nas fronteiras (55,6%) e permitindo “(...) que a equipa de investigação atue em «igualdade de armas» com os grupos criminosos organizados” (E1). Isto só é possível mediante a visível coordenação (55,6%) entre as autoridades dos diferentes Estados-membros que este instrumento permite, culminando numa investigação mais eficiente (55,6%) com “(...) mais e melhores resultados no combate ao crime organizado” (E9). Cerca de 44,4% dos entrevistados, referem também a desburocratização, ou seja, a inexistência de demasiados formalismos (Zaharieva, 2017), intimamente ligada à consequente rapidez do processo investigativo (Block, 2010). O E3 refere mesmo a “eliminação das cartas rogatórias (...) [e] a possibilidade de cooperação policial direta”, aspetos mencionados não só por Zaharieva (2017), como também por Nagy (2009) e Klimek (2012).

Outros contributos em destaque (todos com a menção por 33,3% dos entrevistados) são a partilha de informações e de conhecimentos entre os membros das autoridades dos

diferentes Estados-membros envolvidos, corroborada pelos autores suprarreferidos; a válida e eficaz aquisição dos meios de prova; e a superação das especificidades jurídicas processuais penais de cada país, permitindo a “observância das regras processuais portuguesas (...)” (E7), caso o funcionamento da EIC decorra em Portugal. O E1 considera, ainda, que a utilização das EIC permite uma investigação mais completa dos grupos criminosos (abrangendo todas as suas componentes) e o E7 refere a possibilidade de partilha das vantagens do crime entre os Estados (atenuando os danos económicos, já abordados).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 2 apresentado de seguida e o quadro n.º 19 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 2 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 2**

Questão n.º 2													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Contributo dos instrumentos de cooperação	Investigação completa	2.1	X									1	1/9 (11,1%)
	Investigação ininterrupta	2.2	X		X		X	X		X		5	5/9 (55,6%)
	Partilha de informações / conhecimentos	2.3	X						X		X	3	3/9 (33,3%)
	Criação de sinergias	2.4	X		X							2	2/9 (22,2%)
	Eficiência	2.5		X		X		X	X		X	5	5/9 (55,6%)
	Coordenação	2.6		X		X			X	X	X	5	5/9 (55,6%)
	Desburocratização e rapidez	2.7		X	X	X			X			4	4/9 (44,4%)
	Aquisição dos meios de prova	2.8	X						X			2	2/9 (22,2%)
	Ultrapassar especificidades jurídicas	2.9							X	X		2	2/9 (22,2%)
	Partilha das vantagens do crime	2.10							X			1	1/9 (11,1%)

**Fonte: Elaboração própria.**

Com a questão n.º 3, pretende-se compreender se a legislação penal e processual penal na UE é adequada relativamente às especificidades da investigação criminal transnacional e, com isso, se indiretamente constitui um entrave à criação e ao eficaz funcionamento das EIC.

Em traços gerais (88,8%), pode-se considerar que, apesar das melhorias necessárias, o balanço da legislação penal e processual penal é positivo, com 44,4% dos entrevistados a referir a completa adequabilidade e outros 44,4% a atribuir um nível satisfatório (apesar das respostas afirmativas, estas distinguem-se pela pouca convicção e/ou pelo apontamento de elementos a serem acrescentados ou alterados). O aspeto de realce a manter, é a identificação

das particularidades, referida por E7, através das “(...) designadas *fiches espagnoles* (...) onde cada Estado-membro assinalou as particularidades do regime jurídico-penal e processual do seu país (...) numa perspetiva de preparação, tendo em vista a criação de EIC (...)”, facilitando a fase pré-operacional e o próprio funcionamento da equipa.

Apenas o E1, refere a desadequabilidade da legislação, destacando aspetos negativos como: a indefinição de competências deste tipo de investigações transnacionais; a primazia dos interesses nacionais – um dos elementos essenciais do realismo – ao referir que os Estados se centram “(...) primariamente na investigação e apuramento das responsabilidades penais dos agentes quando cometidos no seu território e lesem bens jurídicos nacionais (...)”; a falta de harmonização (também apresentada por Militello & Mangiaracina, 2010); e a falta de confiança/reconhecimento mútuos (ambos também defendidos por E3).

A alegada não aplicabilidade do princípio do reconhecimento mútuo (22,2%), como visto anteriormente criado no Conselho Europeu de Tampere e previsto no n.º 1 do art.º 82.º do Tratado de Lisboa, fará com que não seja cumprido o seu objetivo de reforçar o livre movimento das investigações criminais na UE (Murschetz, 2007) e reduzirá a eficiência das EIC (Klother, 2014).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 3 apresentado de seguida e o quadro n.º 20 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 3 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 3**

Questão n.º 3													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Adequabilidade da legislação penal e processual penal	Desadequadas	3.1	X									1	1/9 (11,1%)
	Suficientes	3.2		X	X			X		X		4	4/9 (44,4%)
	Adequadas	3.3				X	X		X		X	4	4/9 (44,4%)
	Falta de harmonização	3.4	X		X							2	2/9 (22,2%)
	Primazia dos interesses nacionais	3.5	X									1	1/9 (11,1%)
	Falta de confiança / reconhecimento mútuos	3.6	X		X							2	2/9 (22,2%)
	Indefinição de competências	3.7	X									1	1/9 (11,1%)
	Identificação das particularidades	3.8							X			1	1/9 (11,1%)

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, apesar da questão n.º 4 também visar a verificação de entraves legais à criação e ao eficaz funcionamento das EIC, a mesma centra-se diretamente no próprio quadro legal do instrumento.

Atendendo à análise das respostas, verifica-se a inexistência de um equilíbrio de opiniões no que concerne à adequabilidade do quadro legal das EIC. Isto, pois apesar de em termos percentuais 66,7% dos entrevistados considerar a legislação que serve de base a estas equipas ser adequada e apenas 33,3% crer o contrário, as posições destes dois grupos são inteiramente antagónicas.

Por um lado, alguns entrevistados argumentam que o quadro legal das EIC é adequado, não existindo omissões (E6), encontrando-se ao dispor da sua constituição as ferramentas jurídicas apropriadas (E4) e não se considerando “(...) necessário, ou possível, ir mais longe” (E2). Neste sentido, destaca-se a capacidade que fornece aos Estados-membros para uma atuação coordenada entre os mesmos (22,2%), bem como com as instâncias europeias - nomeadamente a Europol e a Eurojust (E8), permitindo uma benéfica criação de sinergias através do “(...) conhecimento e ganho de confiança entre os magistrados e as polícias que integram a EIC (...) [e a desburocratização do processo de investigação pela] (...) agilização de procedimentos” (E7).

Por outro lado, os restantes entrevistados tecem críticas bastante precisas à base legal e que, de certo modo, coincidem com alguns pontos direta ou indiretamente abordados no subcapítulo 1.3. Como elementos diretamente discordantes com o anterior grupo de entrevistados, temos a impossibilidade de criação de sinergias (E1), sobretudo justificada pela falta de base permanente e de continuidade (22,2%), ou seja, como visto anteriormente, pelo facto das EIC serem criadas para um objetivo específico e por um período limitado; e a elevada burocratização (22,2%) que “(...) torna a sua aplicabilidade reduzida e os seus resultados limitados (...)” (E1).

Uma outra apreciação consiste no desprovemento de detalhes, na medida em que “(...) as Convenções da Nações Unidas (...) pouco mais fazem do que prever a possibilidade de constituição de equipas. Ao nível do Conselho da Europa e da UE, a regulamentação é muito mais detalhada, mas ainda assim insuficiente porque não regulamenta questões sensíveis (...)” (E3). Algumas dessas questões, sem previsão legal ou insuficientemente precisas, encontram-se analisadas no quadro n.º 12 do Apêndice B com base em Rijken & Vermeulen (2006) e outras foram abordadas no enquadramento teórico, nomeadamente o número de chefes de equipa, o seu país de origem, a sua função profissional e as competências dos membros e elementos destacados.

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 4 apresentado de seguida e o quadro n.º 21 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 4 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 4**

Questão n.º 4													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Adequabilidade do quadro legal das EIC	Desadequado	4.1	X		X						X	3	3/9 (33,3%)
	Adequado	4.2		X		X	X	X	X	X		6	6/9 (66,7%)
	Falta de base permanente	4.3	X								X	2	2/9 (22,2%)
	Impossibilidade de criação de sinergias	4.4	X									1	1/9 (11,1%)
	Desprovido de detalhes	4.5			X							1	1/9 (11,1%)
	Burocratização	4.6	X								X	2	2/9 (22,2%)
	Coordenação entre Estados	4.7					X		X			2	2/9 (22,2%)
	Desburocratização	4.8							X			1	1/9 (11,1%)
	Criação de sinergias	4.9							X			1	1/9 (11,1%)
	Articulação com instâncias europeias	4.10								X		1	1/9 (11,1%)

Fonte: Elaboração própria.

A questão n.º 5 tem como objetivo identificar as consequências positivas e/ou negativas das diferenças linguísticas e de nacionalidades entre os membros da equipa e, com isso, verificar se estas divergências culturais mais amplas (ao nível nacional) se traduzem em dificuldades práticas significativas.

Verifica-se um consenso quase total (88,9%) de que o facto dos membros da EIC terem línguas maternas diferentes representa um problema de comunicação entre os mesmos e, por isso, constitui um obstáculo ao bom funcionamento da EIC (E3 e E4), a superar pela eleição de um idioma comum (E5 e E6) ou pela utilização de tradutor (33,3%), o que acarretará custos acrescidos (encontrando-se previsto o suporte financeiro para tradução e interpretação, segundo Nagy, 2009 e Klimek, 2012). Neste sentido, tendo por base a análise de Mayer (2006) dos aspetos sociológicos envolvidos no âmbito de uma EIC e comprovando a influência destas diferenças, foram elaboradas a figura n.º 5 do Apêndice A e as figuras n.º 6 e n.º 7 do Apêndice B, que retratam a redução das competências dos elementos destacados devido a falta de conhecimentos linguísticos e duas diferentes estruturas da equipa consoante esses mesmos conhecimentos, respetivamente.

Outro problema mencionado por 33,3% dos entrevistados, é a dificuldade de harmonia legislativa (Militello & Mangiaracina, 2010), verificando-se uma “(...) dispersão de fontes de regulação e instrumentos/ferramentas disponíveis, a diversidade dos sistemas



jurídicos [e] as diferenças linguísticas; (...) [que se] refletem (...) nos próprios conceitos jurídicos dos diferentes sistemas jurídicos (...)” (E4). Foi destacada a impossibilidade de criação de sinergias “(...) com base na sua constituição de forma temporária e dirigida para missão (...)” (E1), a utilização de modelos diferentes de investigação (E4) e, em certas circunstâncias, estas diferenças linguísticas podem mesmo demover possíveis membros de integrar a equipa (E7). Estas foram as principais dificuldades mencionadas que advêm das divergências linguísticas e culturais, enquanto entrave à cooperação policial e judiciária na UE (Block, 2010).

No entanto, existem vantagens como a partilha de conhecimentos através da “(...) troca de abordagens e estratégias de investigação advenientes dos traços culturais locais (...)” (E1) e a desnecessidade de tradutor, pois “(...) caso existam interceções telefónicas de indivíduos de duas nacionalidades, é possível ouvir em direto e perceber tudo sem recorrer a tradutores” (E5). Estes benefícios foram referidos no enquadramento teórico como “intercâmbio informal de conhecimentos especializados” e a “presença dos seus membros em ações (...) em todas as jurisdições abrangidas, ajudando a ultrapassar as barreiras linguísticas” (Nagy, 2009; Klimek, 2012), respetivamente.

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 5 apresentado de seguida e o quadro n.º 22 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 5 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 5**

Questão n.º 5													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Diferenças linguísticas e de nacionalidades	Partilha de conhecimentos	5.1	X									1	1/9 (11,1%)
	Impossibilidade de criação de sinergias	5.2	X									1	1/9 (11,1%)
	Obstáculos à comunicação	5.3		X	X	X	X	X	X	X	X	8	8/9 (88,9%)
	Dificulta a harmonia legislativa	5.4				X			X	X		3	3/9 (33,3%)
	Diferentes modelos de investigação	5.5				X						1	1/9 (11,1%)
	Desnecessidade de tradutor nas interceções telefónicas	5.6					X					1	1/9 (11,1%)
	Necessidade de tradutor	5.7					X		X	X		3	3/9 (33,3%)
	Demove a integração	5.8							X			1	1/9 (11,1 %)

Fonte: Elaboração própria.

A questão n.º 6 visa reconhecer as consequências positivas e/ou negativas das diferenças em termos de procedimentos na área da investigação criminal e na cultura das instituições policiais e judiciárias dos diferentes Estados-membros envolvidos, mantendo o enfoque nestas divergências mais restritas (ao nível operacional).

O único aspeto menos positivo consiste na dificuldade em harmonizar procedimentos, devido ao facto de a equipa ser composta por autoridades policiais e judiciárias de diferentes Estados-membros e, como tal, adotarem diferentes metodologias de trabalho e abordagens perante a mesma situação. Segundo o E2, “este é um obstáculo ainda mais relevante do que o problema da língua (...) [sendo que] encontrar mínimos denominadores comuns e estratégias consensualizadas é sempre um desafio que tem de ser vencido para que a equipa funcione de forma eficaz”. Isto “demandará (...) não só a respetiva consciencialização como o desenvolver de soluções de consenso e compatibilização” (E6).

Para alcançar tal consenso e compatibilização, verifica-se uma coordenação de procedimentos, como por exemplo “(...) na criação de EIC a discussão prévia entre magistrados, polícias e a Eurojust [sobre regimes jurídicos, aquisição de meios de prova, entre outros] (...) permite agilizar procedimentos e obstar à invalidade dos meios de prova adquirida no estrangeiro” (E7), competindo “ (...) à Eurojust através dos representantes nacionais coordenarem os procedimentos de âmbito judicial (...) [e] à Europol do ponto de vista policial coordenar as operações das forças policiais nos vários Estados-membros” (E8). Os entrevistados fazem, assim, alusão às reuniões operacionais e de coordenação garantidas pela Europol e Eurojust e recomendadas pelo próprio Manual das EIC (2011), podendo ser desaconselhada a criação de uma EIC em casos específicos onde não seja possível essa reconciliação (Jonge & Birk, 2013).

Um outro fator relevante para a garantia da uniformidade procedimental, é a investigação de acordo com a legislação nacional, pois “(...) apesar dos seus membros poderem ser oriundos de várias jurisdições, a execução das medidas de investigação é levada a cabo de acordo com as leis nacionais do território em que são concretizadas (...)” (E4). Esta afirmação é, como visto, enquadrada legalmente pelo art.º 13.º, n.º 3, al. b) da Convenção AJM e pelo art.º 1.º, n.º 3, al. b) da Decisão-Quadro.

As diferenças nas estruturas e nos padrões policiais e judiciários, apontadas por Block (2010) como dificuldade para a cooperação, possuem algumas mais-valias. Estas podem resultar numa partilha de conhecimentos (33,3%), que tem como consequência o reforço da confiança mútua (E2) – elencada por Nagy (2009) e Klimek (2012) como uma das potencialidades do instrumento; a criação de sinergias (E2 e E9) e culminar em metodologias

de trabalho mais completas, que mais rapidamente auxiliam o cumprimento do objetivo (E9), definindo-se “(...) novas abordagens que até então não seriam ponderadas” (E1).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 6 apresentado de seguida e o quadro n.º 23 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 6 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 6**

Questão n.º 6													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Diferenças procedimentais e na cultura institucional	Partilha de conhecimentos	6.1	X				X				X	3	3/9 (33,3%)
	Confiança mútua	6.2		X								1	1/9 (22,2%)
	Dificuldade de harmonização	6.3			X			X				2	2/9 (22,2%)
	Investigação de acordo com a legislação nacional	6.4				X	X					2	2/9 (22,2%)
	Criação de sinergias	6.5		X							X	2	2/9 (22,2%)
	Coordenação de procedimentos	6.6							X	X		2	2/9 (22,2%)
	Metodologias melhores	6.7	X								X	2	2/9 (22,2%)

**Fonte: Elaboração própria.**

O objetivo da questão n.º 7 é avaliar eventuais limitações ao nível financeiro, nomeadamente em termos de apoio e condições para a implementação das EIC.

Como se constata após a análise das entrevistas, verifica-se uma completa concordância (100%) quanto ao apoio prestado. Segundo E7, este apoio “permitiu a Portugal, por exemplo, criar e continuar numa EIC entre Portugal e a Suíça (...), sem a qual, aliás, não seria possível (...) custear os encargos (...)”.

Como referiu Cruz (2018), a abolição do terceiro pilar permitiu à UE um incremento em termos de *hard law*, a qual tem revertido a favor da criação de agências especializadas no combate à criminalidade organizada. Algumas dessas agências (abordadas no subcapítulo 1.2.2) mereceram especial destaque no âmbito das EIC. Cerca de 55,6% dos entrevistados identificou especificamente a Eurojust e 33,3% a Europol, enquanto agências que fornecem apoio financeiro a estas equipas. Tal como abordado no enquadramento teórico, encontra-se previsto o suporte financeiro e apoio logístico em três componentes: deslocação/acomodação, interpretação/tradução e transferências de provas/bens apreendidos (todas mencionadas por 33,3% dos entrevistados); assim como para as reuniões operacionais e de coordenação (E7 e E8).

O auxílio na vertente tecnológica é também salientado, nomeadamente na obtenção de meios de prova em ambiente digital, na troca de informações entre magistrados através de *conference call*, no tratamento de dados informáticos, na utilização de *software* sofisticado e no empréstimo de equipamento telefónico e informático pelo período de duração da EIC (E7).

De uma forma mais generalizada, 33,3% dos entrevistados mencionaram a ajuda financeira da UE, designadamente através de fundos comunitários (E5).

Assim, a possibilidade de requerer o financiamento disponível da UE, da Eurojust ou da Europol (Nagy, 2009; Klimek, 2012) comprova-se como uma das potencialidades do instrumento. Contudo, existem alguns constrangimentos no que diz respeito à carência de meios humanos, materiais e financeiros (E7 e E9).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 7 apresentado de seguida e o quadro n.º 24 (constante no Apêndice K).

Quadro n.º 7 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 7

Questão n.º 7														
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Apoio e condições financeiras	Existentes	7.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	9/9 (100%)	
	Europol	7.2	X						X	X		3	3/9 (33,3%)	
	Eurojust	7.3	X		X			X	X	X		5	5/9 (55,6%)	
	Deslocações	7.4			X	X			X			3	3/9 (33,3%)	
	Tradução	7.5			X	X			X			3	3/9 (33,3%)	
	Transferência de provas / bens	7.6			X	X			X			3	3/9 (33,3%)	
	UE	7.7			X		X				X	3	3/9 (33,3%)	
	Constrangimentos	7.8							X		X	2	2/9 (22,2%)	
	Tecnologia	7.9							X	X		2	2/9 (22,2%)	
	Reuniões	7.10							X	X		2	2/9 (22,2%)	

Fonte: Elaboração própria.

A questão n.º 8 mantém o cerne nas considerações financeiras. Porém, centra-se no dispêndio dos recursos inerente ao funcionamento das EIC, no sentido de perceber se este instrumento foi desenhado de forma a que sua eficácia seja necessariamente onerosa.

Naturalmente que a avaliação do dispêndio dos recursos deverá ser casuística (50%), na medida em que “depende da dimensão e complexidade da investigação criminal (...)” (E8). No entanto, 50% dos entrevistados admite que em geral os recursos possam ser considerados onerosos, designadamente devidos aos custos que advêm dos elementos destacados (25%), principalmente com as deslocações entre Estados-membros; com a utilização de meios especiais de investigação ou com uma abordagem financeira que envolva

a recuperação de ativos (E8). Apesar disso, considera-se que a utilização deste instrumento apresenta uma relação custo-benefício bastante positiva (37,5%), mesmo quando comparado com outras opções (E7), visto que os “(...) resultados, habitualmente superam esses custos” (E1) e “(...) a investigação decorrerá de forma mais célere” (E5).

Pelo contrário, o E3 e o E9 defendem que os recursos não são dispendiosos, contrariando o entrave à cooperação dos custos associados e as exigências em termos logísticos, abordada por Block (2008).

Acrescenta-se o argumento de que, independentemente da investigação em causa, as EIC visam um investimento monetário consciente (50%), baseado na organização e planeamento (E9), nomeadamente “(...) na especialização de tradutores jurídicos, de molde a evitar desperdício inútil de dinheiro em produtos de má qualidade (...)” (E2), na racionalização da utilização dos recursos (E3), na definição de critérios para a obtenção de financiamento muito exigentes e específicos, em que “(...) a regra será dotar a EIC do financiamento adequado às finalidades a atingir” (E4).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 8 apresentado de seguida e o quadro n.º 25 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 8 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 8**

Questão n.º 8													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Dispêndio dos recursos	Recursos dispendiosos	8.1	X				X		X	X		4	4/8 (50%)
	Investimento consciente	8.2		X	X	X					X	4	4/8 (50%)
	Recursos não dispendiosos	8.3			X						X	2	2/8 (25%)
	Depende do caso	8.4	X	X		X				X		4	4/8 (50%)
	Elementos destacados	8.5	X				X					2	2/8 (25%)
	Relação custo-benefício	8.6	X				X		X			3	3/8 (37,5%)
	Meios especiais	8.7								X		1	1/8 (12,5%)
	Recuperação de ativos	8.8								X		1	1/8 (12,5%)

**Fonte: Elaboração própria.**

Com a questão n.º 9, pretende-se avaliar o grau de conhecimento e de perceção em Portugal, acerca das EIC, por parte dos seus possíveis intervenientes. Após a análise das respostas, compreende-se que o conhecimento é manifestamente insuficiente.

A percentagem de entrevistados que reconhece diretamente essa carência é de 44,4%, com afirmações como: “Infelizmente, muito insuficiente” (E3); “Considero que este

conhecimento é, por ora, insuficiente” (E6); “o conhecimento e percepção dos magistrados e das polícias é baixíssimo ou nulo” (E7); e “poucos estão totalmente informados acerca da possibilidade de criar EIC” (E9). Contudo, esta debilidade é também referida por outros entrevistados ao estabelecerem diferenças entre os conhecimentos teóricos e práticos: “É entendida (...) mas nunca nos é possível a sua efetiva aplicação” (E1); “O conhecimento teórico existe (...) [mas] a experiência prática é muito limitada e quase inexistente” (E2); “as autoridades portuguesas já dispõem do conhecimento teórico adequado (...) [mas] experiência muito reduzida” (E4); e “parece que pouco se usa essa realidade” (E9); o que comprova o argumento de Gless (2010) de que, de facto, existe uma separação entre a abordagem teórica e a prática destas matérias.

Apenas dois entrevistados definem como positivo o conhecimento sobre este instrumento, ao referirem que “em Portugal todos os intervenientes conhecem a constituição e funcionamento das EIC (...)” (E5) e que existe um bom grau de conhecimento por parte das autoridades policiais e judiciárias (E8).

A falta de conhecimento sobre este instrumento num determinado Estado-membro traduzir-se-á numa estrutura inexistente ou disfuncional para elaborar, por exemplo, o processamento de um pedido vindo de outro país, o que por conseguinte resultará numa participação diminuta em EIC (Mayer, 2006). Porém, o reduzido envolvimento de Portugal não se justifica pela inexistência ou disfuncionalidade dessa estrutura, mas sim pela escassez de experiência prática que inibe a tomada de iniciativa dos seus possíveis intervenientes.

Deste modo, verifica-se o argumento de Monar (2013) de que o reduzido nível de conhecimento/informação constitui um entrave à cooperação policial e judiciária, nomeadamente à utilização das EIC.

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 9 apresentado de seguida e o quadro n.º 26 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 9 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 9**

Questão n.º 9													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Conhecimento e percepção	Suficiente	9.1					X			X		2	2/9 (22,2%)
	Teoria	9.2	X	X		X						3	3/9 (33,3%)
	Prática	9.3	X	X		X					X	4	4/9 (44,4%)
	Insuficiente	9.4			X			X	X		X	4	4/9 (44,4%)

Fonte: Elaboração própria.

A questão n.º 10 tem como propósito analisar a preferência pelos mecanismos de cooperação, bem como os motivos que justificam essas escolhas.

A grande maioria dos entrevistados (87,5%) defendem que as EIC não surgem como primeira opção, havendo uma evidente preferência por outros mecanismos de cooperação, designadamente pelos tradicionais (50%), tendo sido elencados a DEI (37,5%), as cartas rogatórias (25%), o MDE (12,5%) e os pedidos de assistência mútua (12,5%). Estas posições corroboram indiretamente o argumento de Gless (2010), de que a inúmera variedade de instrumentos poderá ser um entrave à cooperação.

Como visto anteriormente, a DEI abrange qualquer medida de investigação, com exceção da criação de EIC e da obtenção de elementos de prova por parte destas. Por sua vez, o MDE consiste numa espécie de extradição dentro da UE (Valente, 2006) e que simplifica e acelera o processo de entrega e detenção (Davin, 2007; Macieira, 2013). De facto, a simplicidade (37,5%) e a rapidez (12,5%) foram dois dos motivos referidos pelos entrevistados para a seleção de outros mecanismos.

O E2 afirma existir “(...) alguma renitência geral no uso dos instrumentos existentes, designadamente quando implicam uma repartição de informação. O receio de partilhar processos e de perder, eventualmente, o controlo do seu destino pode ser uma das explicações”. Neste sentido, como abordado, uma das dificuldades é a relutância dos Estados-membros em usar instrumentos que interfiram com o seu controlo e a sua organização autónoma (Monar & Dahmani, 2007), o que comprova que as questões de segurança interna e de criminalidade são ainda, em certa medida, vistas como uma questão de soberania e como um assunto de natureza nacional (Hermenegildo, 2013). Assim, o *ius puniendi* continuará a ser uma das qualidades em destaque da soberania (Ramos, 2010).

O principal motivo apontado pelos entrevistados para a não seleção das EIC reside naquilo a que Lefkofridi & Schmitter (2015) denominam de “auto-encapsulante zona de indiferença”, caracterizada pela permanência na área de conforto (50%). Isto, porque “a inércia e o receio face ao desconhecido fazem com que se privilegiem os meios tradicionais de cooperação e se evite o recurso às EIC (...)” (E3), ou seja, “por uma questão de tradição e conforto (...) [pois] será preciso fazer um esforço inicial de criação de rotinas” (E6).

Como abordado na questão anterior, o desconhecimento (37,5%) acerca do instrumento surge novamente como uma das principais causas da sua escassa utilização em Portugal, tornando-se esta dificultada quando o “(...) conhecimento prático é muito reduzido ou inexistente” (E4).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 10 apresentado de seguida e o quadro n.º 27 (constante no Apêndice K).

Quadro n.º 10 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 10

Questão n.º 10													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Preferência por outros mecanismos de cooperação	Outros mecanismos	10.1.1	X		X	X	X	X	X	X		7	7/8 (87,5%)
	DEI	10.1.2	X						X	X		3	3/8 (37,5%)
	Relutância geral	10.1.3		X								1	1/8 (12,5%)
	Mecanismos tradicionais	10.1.4			X	X	X	X				4	4/8 (50%)
	Cartas rogatórias	10.1.5							X	X		2	2/8 (25%)
	MDE	10.1.6							X			1	1/8 (12,5%)
	Pedidos de Assistência Mútua	10.1.7								X		1	1/8 (12,5%)
Motivos da seleção do mecanismo de cooperação	Simplicidade	10.2.1	X			X				X		3	3/8 (37,5%)
	Rapidez	10.2.2	X									1	1/8 (12,5%)
	Repartição de informação	10.2.3		X								1	1/8 (12,5%)
	Desconhecimento	10.2.4			X	X			X			3	3/8 (37,5%)
	Conforto	10.2.5			X	X	X	X				4	4/8 (50%)

Fonte: Elaboração própria.

A questão n.º 11 visa identificar as mudanças necessárias para que se verifique uma maior utilização das EIC. As alterações elencadas são várias, quer seja ao nível de ações dos intervenientes, quer seja ao nível do próprio instrumento.

As principais mudanças identificadas são um incentivo superior à utilização (44,4%) e uma maior divulgação (44,4%) das EIC, seguindo a linha de pensamento de Monar (2013).

Assim, dever-se-ia verificar um “(...) incentivo hierárquico efetivo ao uso de tais instrumentos (...)” (E2), designadamente “(...) por parte das hierarquias do MP e das polícias envolvidas” (E4), tendo mesmo o E7, enquanto ponto de contacto nacional das EIC, referido a necessidade da sensibilização da GNR (entre outras instituições) para colaborar e participar nestas equipas. Apesar de, como vimos, a Europol e a Eurojust assumirem um papel na divulgação do instrumento através da atribuição de *webpages* específicas sobre o mesmo, existe carência de divulgação não só do mecanismo em si (E3, E6, E7, E8, E9), como também “(...) dos treinos e cursos, organizados pela Cepol (...)” (E7).

No seguimento da afirmação anterior, surge a imprescindibilidade de reforçar a formação (33,3%). Este reforço pode ser levado a cabo através da “(...) criação de cursos/treino com simulação de casos no Centro de Estudos Judiciários, na PGR, na PJ, na GNR, na PSP e no SEF para análise de casos suscetíveis de criação de EIC (...)” cujo alvo



são os magistrados do MP e elementos dos OPC mencionados” (E7). A colocação em prática dos conhecimentos adquiridos nessas formações deve ser feita de forma gradual, sendo que “(...) as EIC bilaterais e as investigações com grau moderado de complexidade são as adequadas para começar este processo de aprendizagem” (E7).

Constata-se, também, que existe falta de apoio, nomeadamente “(...) apoio jurídico durante a sua concretização” (E2) (que, como abordado, poderá ser realizado pela Eurojust) e “(...) dos Ministérios da Justiça e da Administração Interna, e o envolvimento da Direção-Geral da Política de Justiça na disponibilização de meios financeiros e humanos para organizar esses cursos, em Portugal” (E7).

Foi ainda mencionada a importância de “um conhecimento precoce do caso e a sua comunicação à Eurojust e à Europol [que] poderão permitir uma utilização mais frequente das EIC” (E4), a necessidade de em Portugal (à semelhança de outros países) haver um maior aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados para estas matérias (E7) e a indispensabilidade de uma mudança de mentalidades, de modo a que se verifique uma “(...) abertura para uma partilha sem reservas de informação (E5) (ou seja, a adoção de uma postura com traços liberais e tendente para uma maior integração).

Todas as mudanças supramencionadas dizem respeito a ações que devem ser realizadas pelos intervenientes das EIC. Contudo, foram também destacadas alterações à própria configuração do instrumento, como retirar-lhe o seu caráter temporário através da criação de equipas multidisciplinares, com uma base permanente e a missão específica de conduzir este tipo de investigações, centralizando-se, assim, as mesmas (E1 e E9).

Esta análise foi elaborada tendo por base o quadro n.º 11 apresentado de seguida e o quadro n.º 28 (constante no Apêndice K).

**Quadro n.º 11 – Matriz de análise de conteúdo à questão n.º 11**

Questão n.º 11													
Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados									UnE	Resultado (%)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Mudanças necessárias	Equipas multidisciplinares	11.1	X								X	2	2/9 (22,2 %)
	Centralização das investigações	11.2	X								X	2	2/9 (22,2 %)
	Base permanente	11.3	X								X	2	2/9 (22,2 %)
	Missão específica	11.4	X								X	2	2/9 (22,2 %)
	Incentivo	11.5		X		X			X	X		4	4/9 (44,4 %)
	Apoio	11.6		X					X			2	2/9 (22,2 %)
	Formação	11.7				X		X	X			3	3/9 (33,3 %)
	Divulgação	11.8			X			X		X	X	4	4/9 (44,4 %)
	Conhecimento precoce do caso e sua comunicação	11.9				X						1	1/9 (11,1 %)

	Mudança de mentalidades	11.10					X					1	1/9 (11,1 %)
	Maior aproveitamento financeiro	11.11							X			1	1/9 (11,1 %)
	Aprendizagem gradual	11.12							X		X	2	2/9 (22,2 %)

Fonte: Elaboração própria.

### 3.2. Verificação das hipóteses

Cabe, nesta fase, proceder à verificação (total ou parcial) ou à refutação das hipóteses levantadas no início desta investigação.

Quanto à H1: “Se no atual panorama da UE a criminalidade organizada transnacional afeta significativamente os Estados-membros, então maior é a necessidade de se recorrer às EIC”, esta foi totalmente verificada através do enquadramento teórico e das entrevistas.

As estruturas organizadas, estáveis, que praticam diversas atividades em simultâneo e dispersas espacialmente para obter vantagens económicas, caracterizadas por uma enorme complexidade, com um *modus operandi* que vai desde a credibilização social à violência e que lesam a economia e a segurança dos Estados, constituem efetivamente uma ameaça atual aos Estados-membros da UE. A abolição das fronteiras constituiu-se como um catalisador da criminalidade organizada, a qual se transnacionalizou, constatando-se a necessidade deste fenómeno ser investigado em conjunto e não individualmente. Milhares de grupos criminosos organizados têm vindo a ser alvo de investigação na UE e nomeadamente a utilizar Portugal para a condução de atividades criminosas graves (atividades estas que motivaram a criação das EIC), verificando-se uma tendência para a sua evolução.

As EIC permitem a investigação ininterrupta e completa deste tipo de criminalidade, através da atuação coordenada entre os Estados-membros e garantindo resultados eficientes.

Relativamente à H2: “Se no âmbito das EIC se verifica uma ausência de entraves de carácter legal, cultural e financeiro, então este instrumento possui as características favoráveis ao seu funcionamento, nomeadamente na relação operacional entre os intervenientes dos Estados-membros empenhados na investigação”, esta foi parcialmente verificada através do enquadramento teórico e das entrevistas pois, apesar do balanço geral do instrumento ser positivo, verificam-se alguns entraves.

Legalmente, podendo ainda existir uma maior harmonização, a legislação penal e processual penal é favorável à sua aplicação. Contudo, quanto ao quadro legal do instrumento, salienta-se a insuficiência de regulamentação de questões relevantes.

Culturalmente, para além das inúmeras mais-valias, existem obstáculos à comunicação, o que se reflete nos conceitos jurídicos e nos custos subsequentes da tradução/interpretação. A dificuldade em harmonizar os procedimentos, devido às variadas metodologias de trabalho e abordagens perante a mesma situação, constitui outro problema.

Financeiramente, existe um apoio sólido, nomeadamente ao principal foco dos gastos - os elementos destacados. No entanto, existem alguns constrangimentos (transversais a todos os setores) em termos de meios humanos, materiais e financeiros.

No que concerne à H3: “Se o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal não é o adequado, então não se avança para a formação destas equipas, optando-se por outros mecanismos com os quais possuam um maior contacto”, esta foi totalmente verificada através das entrevistas realizadas.

De facto, o reduzido nível de conhecimento constitui um dos principais entraves à formação destas equipas. O conhecimento teórico existe (ainda que necessite de aperfeiçoamento), mas constata-se uma escassez de experiência prática que inibe a tomada de iniciativa dos seus possíveis intervenientes.

Por este motivo, as EIC não surgem como primeira opção de entre o leque de instrumentos à disposição, dando-se primazia aos mecanismos tradicionais de cooperação policial e judiciária, com os quais se verifica uma maior familiarização.

No que se refere à H4: “Se a utilização das EIC é escassa, então existe a necessidade de desenvolver a formação específica, de maior divulgação, de aprofundar o estudo científico do instrumento e de um maior número de ações conjuntas entre as autoridades policiais e judiciárias dos Estados-membros da UE”, esta foi totalmente verificada através do enquadramento teórico e das entrevistas realizadas.

Algumas das principais mudanças identificadas como necessárias foram precisamente neste sentido, ou seja, ao nível da formação, da divulgação, de ações a realizar pelos Estados-membros e não tanto numa ótica de modificar a configuração do instrumento.

A imprescindibilidade do estudo sobre as EIC é visível, nomeadamente através da monitorização de exemplos concretos, para a obtenção de lições aprendidas e para se iniciar uma aprendizagem gradual em termos de complexidade das investigações.

### **3.3. Respostas às questões derivadas**

Decorrente da verificação das hipóteses realizada anteriormente, consideram-se reunidas as condições para responder às questões levantadas.

No que concerne à QD1: “O atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE justifica a utilização das EIC?”, a necessidade do recurso às EIC é inegável. A criminalidade organizada transnacional tem-se vindo a comprovar como uma das principais preocupações dos Estados-membros da UE, sendo Portugal direta e indiretamente afetado por este fenómeno. Atividades criminais graves como o terrorismo, o tráfico de estupefacientes, de seres humanos e de armas de fogo, o auxílio à imigração ilegal, entre outros, constituem uma realidade no panorama atual. Deste modo, os autores deste tipo de investigações devem adaptar-se às características das organizações criminosas transnacionais, devendo ser, também eles, transnacionais.

Em resposta à QD2: “As EIC apresentam entraves de carácter legal, cultural e financeiro?”, constata-se a existência de elementos dificultadores à sua implementação e ao seu eficaz funcionamento em todos os níveis. Contudo, os principais obstáculos a realçar dizem respeito à insuficiência do quadro legal do instrumento (o qual carece de minuciosidade), aos problemas na comunicação entre os membros da equipa (não apenas pelas diferenças linguísticas, como também pelos conceitos jurídicos divergentes), assim como aos seus distintos procedimentos operacionais. Apesar de alguns constrangimentos em termos financeiros, nomeadamente visível na falta de meios humanos e materiais atribuídos à investigação criminal, curiosamente estes não representam um dos entraves de destaque.

No que diz respeito à QD3: “O nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal é o adequado?”, pode-se considerar que o panorama português é manifestamente insatisfatório, na medida em que, em termos gerais, o conhecimento é ainda escasso. Ainda assim, verificam-se discrepâncias entre o conhecimento teórico (visto que se tem vindo a demonstrar uma tendência para o seu desenvolvimento, encontrando-se a atingir níveis positivos) e a (essencial) experiência prática, sendo esta praticamente inexistente.

Relativamente à QD4: “Quais são as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC?”, destaca-se a necessidade de um maior incentivo ao uso do instrumento por parte dos superiores hierárquicos (a implementação da denominada estrutura *top-down*), um papel mais ativo na sua divulgação, o reforço da formação, uma intensificação do apoio (em termos jurídicos e de meios) e uma gradual colocação em prática dos conhecimentos adquiridos. Para além disso, seria importante aumentar o poder preditivo da investigação criminal, ao tomar antecipadamente conhecimento dos casos criminais, bem como uma alteração de mentalidades para que se verifique uma maior e melhor cooperação. Ainda que menos provável, a alteração do “*design*” do próprio instrumento surge como uma das possibilidades a ter em conta.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A realização da presente investigação tem como principal desiderato identificar as razões pelas quais não se está a recorrer à formação de EIC em Portugal, enquanto instrumento de investigação criminal transnacional.

Neste sentido, através das conclusões pretende-se a construção de uma visão crítica sobre os aspetos estudados e os dados obtidos, articulando-os de forma a responder à questão central e a atingir os objetivos propostos. Além do mais, são apresentadas as limitações da investigação, é lançado o repto para futuras investigações neste domínio e são, ainda, tecidas algumas recomendações.

No decorrer da investigação surgiram algumas limitações, das quais se destacam o atraso na resposta aos pedidos de entrevista e, principalmente, a sua ausência. O contributo da Unidade Nacional Europol, cujo funcionamento é assegurado pela Unidade de Cooperação Internacional da PJ, certamente que seria enriquecedor dado o seu relevante envolvimento na temática em causa. Outra limitação prende-se com o escasso número de especialistas em Portugal sobre as EIC, devido à sua especificidade e ao facto de (ainda) não ser uma prática totalmente transposta para a realidade nacional (o que fortalece a recomendação do aprofundamento da divulgação e da formação). Para além disso, a imposição de permanência na Escola da Guarda limitou uma investigação científica desta natureza.

Como futuras investigações, sugere-se o estudo de caso de uma EIC específica, já colocada em prática por Portugal, assim como análises comparativas entre Portugal e outros Estados-membros da UE mais ativos na utilização deste instrumento (como é o caso do Reino Unido, da França ou até mesmo da Espanha). Nestes últimos casos, revelar-se-ia interessante abordar a colaboração da vertente de investigação criminal das forças congéneres da GNR no âmbito destas equipas. Seria também relevante estudar uma eventual criação de uma rede de equipas multidisciplinares de investigação criminal dedicadas em permanência ao combate à criminalidade organizada transnacional, diferenciando-se das EIC (cujo funcionamento é de carácter temporário).

Por fim, tendo por base toda a investigação, considera-se possível responder à QC: “Quais são as razões que limitam o recurso às EIC em Portugal?”.

A análise deste instrumento foi realizada à luz de cinco prismas: a necessidade da sua utilização; a perspetiva legal; os aspetos culturais (nacionais e institucionais/operacionais); a vertente financeira; e o nível de conhecimento.

Como visto anteriormente, o recurso às EIC com o objetivo de combater a criminalidade organizada transnacional é estritamente necessário, logo exclui-se a sua dispensabilidade como uma das razões limitativas.

A comprovação da imprescindibilidade de combater este tipo de criminalidade traduz-se, não só na ameaça que esta representa (à segurança dos cidadãos e à economia dos Estados), como também no desenvolvimento da cooperação policial e judiciária em matéria penal na UE, motivado pela consciencialização de que a garantia da segurança interna dos Estados-membros não é possível apenas pela sua proteção interna. Isto reflete-se na criação de diversas agências e mecanismos de cooperação no seio da UE e no facto da evolução do processo de integração nestas matérias ser caracterizada por uma progressiva comunitarização.

Ao nível legal, o principal entrave reside no facto dos textos dos diplomas legais que enquadram as EIC serem, de certa forma, minimalistas e desprovidos de detalhes, visto que questões relevantes (como as competências dos membros e dos elementos destacados, o número de chefes de equipa, o seu país de origem e a sua função profissional) poderão ser definidas em acordo ou não se encontram suficientemente esclarecidas. Este facto poderá levar a uma elevada discricionariedade por parte das entidades envolvidas na equipa, o que por conseguinte dificultará a uniformidade de procedimentos e a criação/consolidação de rotinas de investigação.

A falta de harmonização da legislação penal e processual penal na UE constitui-se como outra dificuldade, a ser atenuada pelo constante envolvimento da Eurojust (nomeadamente nas reuniões de coordenação).

Em termos culturais, é de salientar que as diferenças linguísticas representam um problema de comunicação entre os membros da equipa, constituindo um obstáculo ao seu bom funcionamento a superar pela eleição de um idioma comum ou pela utilização de tradutor, o que acarretará custos acrescidos. Estas diferenças refletem-se nos próprios conceitos jurídicos dos vários sistemas envolvidos.

Outra dificuldade reside na uniformização de procedimentos, devido às distintas metodologias de trabalho e abordagens perante a mesma situação. Estes aspetos, pela sua natureza, encontram-se fortemente enraizados nas instituições e tendem a ser relutantes à

mudança, fazendo com que a consensualização se torne um desafio, mas não uma impossibilidade.

Na vertente financeira, sendo verdade que se verificam alguns constrangimentos no que diz respeito à carência de meios humanos e materiais, é também verdade que esta é uma realidade transversal a vários outros setores. Para colmatar essas lacunas, encontra-se previsto o suporte financeiro e o apoio logístico a vários níveis, sendo efetivamente fornecido o apoio da UE, da Eurojust e da Europol.

Acresce o facto de que, apesar dos recursos inerentes ao funcionamento das equipas possam ser considerados onerosos (situação a avaliar casuisticamente consoante a complexidade do caso), a relação custo-benefício é bastante positiva, pois o investimento monetário consciente é regra e os resultados eficientes uma constante.

Em virtude do estudado, apura-se que uma das principais razões pelo reduzido recurso às EIC reside, de facto, na falta de conhecimento e no consequente receio face ao desconhecido.

Apesar de importante, o debate teórico não proporciona, *per si*, a vontade de usar este tipo de mecanismos. O contacto direto é essencial para motivar as autoridades policiais e judiciárias nacionais a recorrer mais frequentemente aos mesmos, pela perceção privilegiada da sua necessidade e eficácia.

A escassez de experiência prática inibe a iniciativa de criar e/ou de pertencer a uma destas equipas, havendo uma evidente preferência por mecanismos mais tradicionais, com os quais já não se faz um esforço inicial de criação de rotinas. No entanto, este é o entrave mais facilmente suprimível e onde se podem efetivar as maiores mudanças, deixando grandes expectativas para o futuro.

O balanço geral do instrumento é bastante positivo, demonstrando ser uma mais-valia no combate à criminalidade organizada transnacional. As EIC permitem a realização de investigações completas e ininterruptas nas fronteiras (através da atuação coordenada entre os Estados-membros e da inexistência de demasiados formalismos), garantindo resultados eficientes, assim como o intercâmbio de conhecimentos especializados entre os seus intervenientes e a adoção das melhores estratégias de investigação criminal.

Assim, acredita-se que grande parte das dificuldades à criação e à operacionalidade destas equipas em Portugal são perfeitamente superáveis a curto/médio prazo, desde que se dê passos nesse sentido.

Na ótica de que o caminho se faz caminhando e tendo a esperança de que este estudo possa servir de estímulo para o desenvolvimento da temática no seio dos investigadores

criminais portugueses, surgem como recomendações: uma maior divulgação das EIC e a sensibilização para a sua importância (para que, em primeiro lugar, a existência do instrumento seja amplamente conhecida); o reforço da formação com a criação de cursos e/ou ações de formação, onde haja monitorização de equipas reais em curso e simulação de casos (para que, em segundo lugar, o instrumento seja percebido, o seu uso incentivado e em terceiro lugar, seja efetivamente posto em prática); a criação gradual de equipas em termos de complexidade da investigação (de forma a identificar e a superar as dificuldades – *on-the-job training*, a investigação ser bem sucedida e as lições aprendidas permitirem a melhoria da operacionalização do instrumento no futuro), como demonstrado na figura n.º 9 do apêndice L.

Tudo isto só é possível, mediante a ocorrência prévia de mudanças das mentalidades quanto à abertura para a cooperação, através do refortalecimento da confiança mútua e do abandono da relutância na utilização destes instrumentos.

No mundo globalizado em que nos encontramos e numa UE (não esquecendo, da qual Portugal faz parte) em que as fronteiras físicas foram abolidas, é altura, não de deixar de parte as idiosincrasias próprias de cada Estado-membro (pois isso seria esvanecer a sua identidade), mas sim de impedir que as mesmas impossibilitem a necessária transição de pensar/agir nacionalmente para pensar/agir globalmente na luta contra os fenómenos causadores de insegurança.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Artigos científicos, obras literárias, relatórios e outros documentos

- Allum, F.; Longo, F.; Irrera, D. & Kostakos, P. (2010). *Defining and Defying Organised Crime* (1.<sup>a</sup> Ed.). Londres: Routledge.
- Andrade, A. (2013). O futuro da Cooperação Judiciária em Matéria Penal: a criação da Procuradoria Europeia (?). *Debater a Europa*, n.º 9, pp. 329-357.
- Bache, I. & George, S. (2006). *Politics in the European Union* (2.<sup>a</sup> Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Ballin, E. (2010). Opening Speech on the Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union. In C. Fijnaut & J. Ouwerkerk (Eds.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union*, pp. 17-23. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- Benyon, J., Turnbull, L., Willis, A., Woodward, R., & Beck, A. (1994). *Police Co-operation in Europe: An Investigation*. Leicester: University of Leicester.
- Bigo, D. (2000). When Two Become One: Internal and external securitisations in Europe. *International relations theory and the politics of European integration, power, security and community*, pp. 171-205. Londres: Routledge.
- Block, L. (2008). Combating Organized Crime in Europe: Practicalities of Police Cooperation. In Neyroud, P. & Waddington, P. A. J. (Coord.), *Policing: A Journal of Policy and Practice*, vol. 2, n.º 1, pp.74-81.
- Block, L. (2010). EU Joint Investigation Teams: Political Ambitions and Police Practices. In Hufnagel, S.; Bronit, S. & Harfield, C. (Coord.), *Cross-Border Law Enforcement Regional Law Enforcement Cooperation - European, Australian and Asia-Pacific Perspectives* (pp. 87-107). Londres: Routledge.
- Borchardt, K. (2011). O ABC do Direito da União Europeia. *Serviço das Publicações da Comissão Europeia*.
- Borges, F. (2012). Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais. In Gouveia, J. (Coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. 2, pp. 127-156. Coimbra: Almedina.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Bravo, J. (2013). Para um modelo de segurança e controlo da criminalidade económico-financeira - um contributo judiciário (1.<sup>a</sup> Ed.). *Observatório da Economia e Gestão de Fraude Working Papers*, n.º 18. S/l: Edições Húmus.
- Braz, J. (2013). *Investigação Criminal - A organização, o método e a prova: Os Desafios da Nova Criminalidade*. (3.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra: Almedina.
- Braz, J. (2016). *Ciência, Tecnologia e Investigação Criminal*. Coimbra: Almedina.
- Camisão, I. & Lobo-Fernandes, L. (2005). *Construir a Europa*. Cascais: Principia.
- Carrapiço, H. (2006). O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências. *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, n.º 1. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Castro, I. (2016). *O Contributo da Polícia Judiciária na Investigação Criminal e a Cooperação Policial*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra: Almedina.
- Cruz, N. (2018). *As Mudanças Institucionais e Legais necessárias para a Investigação Económico-Financeira e Tributária na União Europeia - O Combate à Criminalidade Organizada*. Tese de doutoramento em Direito e Segurança. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Davin, J. (2007). *A Criminalidade Organizada Transnacional: A Cooperação Judiciária e Policial na UE* (2.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra: Almedina.
- Dias, J. (1988). *As “associações criminosas” no Código Penal Português de 1982 (art.º 287.º e 288.º)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Edwards, A. & Gill, P. (2004). *Transnational Organised Crime: Perspectives on Global Security*. Londres: Routledge.
- Elezi, M. & Ngucaj, N. (2014). Eurojust Joint Investigation Teams (JIT). *Mediterranean Journal of Social Sciences*.
- Favaro, M. (2008). Globalização e Transnacionalidade do Crime. In *Anais do XVII Congresso Nacional do Conpedi. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*. Brasília: Conpedi.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação da conceção à realização* (5.<sup>a</sup> Ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica* (4.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gless, S. (2010). Police and Judicial Cooperation between the European Union Member States. Results and Prospects. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future*

- of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 25-48). Países Baixos: Martinus Publishers.
- Gomes, T. (2011). *A Cooperação Policial Europeia e a GNR*. Dissertação de mestrado em Ciências Militares. Lisboa: Academia Militar.
- Gorjão-Henriques, M. (2017). *Direito da União: História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (8.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Hauck, P. & Peterke, S. (2010). Organized Crime and Violence in National and International Law. In *International Review of Red Cross*, pp. 407-435. Cambridge: Cambridge University Press.
- Helmberg, M. (2007). Eurojust and Joint Investigation Teams: How Eurojust can support JITs. *ERA Forum*, Série 8, n.º 2, pp. 245-251.
- Hermenegildo, R. (2008). O Tratado de Lisboa: Os Valores Comuns Europeus na Política Externa da União Europeia. *Revista Militar* (2472), pp. 141-165.
- Hermenegildo, R. (2013). Autonomização, Emergência e Afirmação da Segurança Interna da União Europeia. *Nação e Defesa*, Série 5, n.º 135, pp. 153-171.
- Hermenegildo, R. (2016). Segurança Interna Europeia em Perspetiva: abordagem teórico-concetual e desafios prementes. *Revista de Direito e Segurança*, n.º 7, pp. 179-216.
- Hermenegildo, R. (2017). Uma matriz teórica da “segurança interna” da União Europeia. *Nação e Defesa*, n.º 146, pp. 106-133.
- Hermenegildo, R. (2018). A “Segurança Interna” da União Europeia: O Caso da Guarda Costeira e de Fronteiras. *Proelium*, Série 4, n.º 14, pp. 147-182.
- Herz, A. (2006). The Role of Europol and Eurojust in Joint Investigation Teams. In C. Rijken & G. Vermeulen (Eds.), *Joint Investigation Teams in the European Union. From theory to practice*, pp. 159-199. Haia: TMC Asser Press.
- Inácio, A. (2006). O Crime Organizado e o seu papel no incremento do Terrorismo Salafista. In Gouveia, R. (Coord.), *Estudos de Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Jonge, D. de & Birk, J. (2013). *Eurojust Annual Report 2012*. Acedido a 1 de março de 2019 em:  
<http://eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/eurojust%20Annual%20Reports/Annual%20Report%202012/Annual-Report-2012-DE.pdf>.
- Kapplinghaus, J. (2012). Joint Investigation Teams: Basic Ideas, Relevant Legal Instruments and First Experiences in Europe. *Resource Material Series*, n.º 73, pp. 29-33.
- Klimek, L. (2012). *Joint Investigation Teams in the European Union*. Bratislava:

- Universidade Pan-Europeia.
- Klother, M. (2014). *Joint Investigation Teams - Problems, shortcomings and reservations*. Münster: Universidade de Münster.
- Keohane, R. & Nye, J. (1988). *Poder e Interdependência: La política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- Lefkofridi, Z. & Schmitter, P. (2015). Transcending or Descending? European Integration in Times of Crisis. *European Political Science Review*, vol. 7, n.º 1, pp. 3-22.
- Lobo-Fernandes, L. (2006). Da integração à governação europeia: Portugal, Europeização e o carácter multi-sistémico da UE. *Nação e Defesa*, n.º 115, 3.ª Série, pp. 143-165.
- Macieira, J. (2013). *Formas de Cooperação Policial e Judiciária na União Europeia face à criminalidade económico-financeira*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Magalhães, J. (2014). *Os Núcleos de Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana na prevenção e investigação da criminalidade violenta e grave*. Dissertação de mestrado em Ciências Militares. Lisboa: Academia Militar.
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª Ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Mayer, M. (2006). Sociological aspects regarding the set up and management of a Joint Investigation Team. In Rikjen, C. & Vermeulen, G. (Eds.), *Joint Investigation Teams in the European Union: From Theory to Practise*, pp. 201-218. Haia: TMC Asser Press.
- Mendes, M. (2011). *Crime Organizado em Portugal*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Defesa Nacional. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Militello, V. & Mangiaracina, A. (2010). The Future of Mutual Assistance Conventions in the European Union. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union*, pp. 169-187. Países Baixos: Martinus Publishers.
- Mitsilegas, V. (2009). EU Criminal Law, vol. 17. In *Modern Studies in European Law*. Oxford and Portland: Hart Publishing.
- Monar, J. (2013). Eurojust and the European Public Prosecutor Perspective: From Cooperation to Integration in EU Criminal Justice? *Perspectives on European Politics and Society*, vol. 14, n.º 3, pp. 339-356.
- Monar, J. & Dahmani, A. (2007). *Specific factors and Development Trends of Modes of Governance in EU Justice and Home Affairs*. New Gov.

- Moreira, V. (2011). Constitucionalismo Supranacional. A União Europeia depois do Tratado de Lisboa. In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, vol. 2, pp. 503-539. Coimbra: Coimbra Editora.
- Murschetz, V. (2007). The Future of Criminal Law within the European Union: Union Law or Community Law Competence? *Victoria University of Wellington Law Review*, vol. 38, n.º 1, pp. 145-156.
- Murschetz, V. (2010). The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union*, pp. 109-130. Países Baixos: Martinus Publishers.
- Nagy, J. (2009). About Joint Investigation Teams in a nutshell. In *Issues of Business and Law*, vol. 2. Lituânia: International School of Law and Business.
- Natarajan, M. (2011). *International Crime and Justice* (1.ª Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (3.ª Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pereira, P. (2016). Crime organizado transnacional: identificação, combate e seus dilemas. In Duque, R.; Noivo, D. & Silva, T., *Segurança Contemporânea*, pp. 215-230. Lisboa: Pactor.
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2.ª Ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, V. (2010). Direito penal europeu institucional: O quadro “pós-lisboa” - por mares nunca dantes navegados, edificar-se-á novo reino? In *I Curso Pós-graduado de Aperfeiçoamento sobre Direito Penal especial*, pp. 743-812. Lisboa: Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Ratcliffe, J. (2011). *Intelligence-Led Policing*. Nova Iorque: Routledge.
- Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjunta (2017). *Equipas de Investigação Conjuntas - Guia Prático*. Acedido a 7 de janeiro de 2019, em: <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20framework/JITs%20Practical%20Guide/JIT-GUIDE-2017-PT.pdf>.

- Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjunta & Unidade Europeia de Cooperação Judiciária [Eurojust]. (2017). *Second JIT Evaluation Report*. Acedido a 2 de março de 2019, em: [http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITsevaluation/Second%20JIT%20Evaluation%20Report%20\(Febuary%202018\)/2018-02\\_2nd-Report-JIT-Evaluation\\_EN.pdf](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITsevaluation/Second%20JIT%20Evaluation%20Report%20(Febuary%202018)/2018-02_2nd-Report-JIT-Evaluation_EN.pdf).
- Rijken, C. (2006). Joint Investigation Teams: principles, practice, and problems; Lessons learnt from the first efforts to establish a JIT. *Utrecht Law Review*, vol. 2, pp. 99-118.
- Rodrigues, J. (2008). A “Constituição Europeia” e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. In *Dereito*, vol. 17, n.º 2, pp. 5-47.
- Sain, M. & Games, N. (2014). Tendências e desafios do crime organizado na América Latina. In Nasser, R. & Moraes, R. (Orgs.). *Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e o Atlântico Sul*, pp. 119-144. Brasília: IPEA.
- Santos, C. (2001). *O Crime de Colarinho Branco (Da origem do conceito e sua relevância criminológica à questão da desigualdade na administração da justiça penal)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serviço Europeu de polícia [Europol] (2017). *European Union serious and organised crime threat assessment (SOCTA): Crime in the age of technology*. Europol Police Office. Acedido a 1 de março de 2019, em: <https://www.europol.europa.eu/socta/2017>.
- Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Acedido a 9 de março de 2019, em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>.
- Sistema de Segurança Interna (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*. Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Acedido a 13 de abril de 2019, em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>.
- Soares, A. (2005). *União Europeia: que modelo político?* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sollie, H., & Kop, N. (2012). *Joint investigation teams: Lessons learned*. Police Academy research series. Haia: Boom Lemma.

- Triunfante, L. (2017). O controlo judiciário dos atos processuais e decisões da Procuradoria Europeia. Uma arquitetura disruptiva e resiliente? In Santos, M.; Monte, M. & Monteiro, F. (Coord.), *Os novos desafios da cooperação judiciária e policial na União Europeia e da implementação da Procuradoria Europeia*, pp. 173-202. Braga: Centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Triunfante, L. (2018). *Admissibilidade e validade da prova na Decisão Europeia de Investigação*. Haia: Julgar.
- Unidade Europeia de Cooperação Judiciária [Eurojust]. *Relatório Anual 2017*. Gabinete Eurojust. Acedido a 3 de março de 2019, em: [http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/eurojust%20Annual%20Report/s/Annual%20Report%202017/AR2017\\_PT.pdf](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/eurojust%20Annual%20Report/s/Annual%20Report%202017/AR2017_PT.pdf).
- Valente, M. (2006). *Do Mandado de Detenção Europeu*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3ª Ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Werner, G. (2009). *O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Williams, P. (2001). Transnational criminal networks. In *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Washington: Rand Corporation.
- Wolff, S.; Wichmann, N. & Mounier, G. (2009). The External Dimension of Justice and Home Affairs: A Different Security Agenda for the EU? *Journal of European Integration*, pp. 9-23.
- Wree, E. De. (2006). Law Enforcement Information Exchange in the Pre-Operational Phase of a JIT. In C. Rijken & G. Vermeulen (Eds.), *Joint Investigation Teams in the European Union. From theory to practice*, pp. 53-83. Haia: TMC Asser Press.
- Zaharieva, R. (2017). The European Investigation Order and the Joint Investigation Team - which road to take. A practitioner's perspective. *ERA Forum*, vol. 18, n.º 3, pp 397-408.

### **Legislação, Jurisprudência e documentos institucionais**

- Academia Militar - Direção de Ensino (2016). *Normas de Execução Permanente n.º 522/1ª*, de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.

- Assembleia da República (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal (4.ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 165.
- Assembleia da República (2017). Lei n.º 88/2017 de 21 de agosto: Aprova o regime jurídico da emissão, transmissão, reconhecimento e execução de decisões europeias de investigação em matéria penal. *Diário da República*, Série I, n.º 160.
- Assembleia da República (2018). Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto: Aprova o Código de Processo Civil (8.ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 121.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (2000). *Resolução n.º 55/25*: United Nations Convention against Transnational Organized Crime. Acedido a 3 de março de 2018, em: [https://www.unodc.org/pdf/crime/a\\_res\\_55/res5525e.pdf](https://www.unodc.org/pdf/crime/a_res_55/res5525e.pdf).
- Comissão Europeia (2018). *Mandado de Detenção Europeu*. In Portal Europeu da Justiça. Acedido a 15 de março de 2019, em: [https://e-justice.europa.eu/content\\_european\\_arrest\\_warrant-90-pt.do?fbclid=IwAR182rD3\\_JkkjIGvKBiw8M07aR1mhoTWmKiiorYFheHmdbmUA\\_Lf2Ct7VQQ](https://e-justice.europa.eu/content_european_arrest_warrant-90-pt.do?fbclid=IwAR182rD3_JkkjIGvKBiw8M07aR1mhoTWmKiiorYFheHmdbmUA_Lf2Ct7VQQ).
- Conselho da Europa (1959). Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal. Acedido a 28 de fevereiro de 2019, em: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ce/rar-39-dr-161-1994.html>.
- Conselho da União Europeia (1998). Ação Comum n.º 98/428/JAI adotada pelo Conselho, com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, que cria uma rede judiciária europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 191/4. Acedido a 6 de março de 2019, em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31998F0428&from=SK>.
- Conselho da União Europeia (1999). Decisão n.º 1999/352/CE, CECA, Euratom da Comissão, de 28 de abril de 1999, que institui o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 136/20. Acedido a 6 de março de 2019, em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999D0352&from=PT>.
- Conselho da União Europeia (2000). Convenção elaborada pelo Conselho em conformidade com o artigo 34º do Tratado da União Europeia, relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º 197. Acedido a 28 de fevereiro, em: <http://eur->



[lex.europa.eu/legal-](http://lex.europa.eu/legal-)

[content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0712\(01\)&from=PT](http://content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0712(01)&from=PT).

Conselho da União Europeia (2002a). Decisão n.º 2002/187/JAI: Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 63, pp. 1-13.

Conselho da União Europeia (2002b). Decisão-Quadro n.º 2002/465/JAI: Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa às equipas de investigação conjuntas. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 162, pp. 1-3.

Conselho da União Europeia (2002c). Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI: Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 190, pp. 1-20.

Conselho da União Europeia (2002d). Versão Compilada do Tratado que institui as Comunidades Europeias, de 24 de dezembro de 2002. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º C 325/33. Acedido a 18 de março de 2019, em: [http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ue/2002/2002\\_tratadoCE\\_compil.pdf](http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ue/2002/2002_tratadoCE_compil.pdf).

Conselho da União Europeia (2008). Decisão-Quadro n.º 2008/841/JAI: Decisão do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 300/42. Acedido a 28 de fevereiro de 2019, em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008F0841&from=PT>.

Conselho da União Europeia (2011). *Manual da Equipa de Investigação Conjunta*. Bruxelas: Secretariado do Conselho.

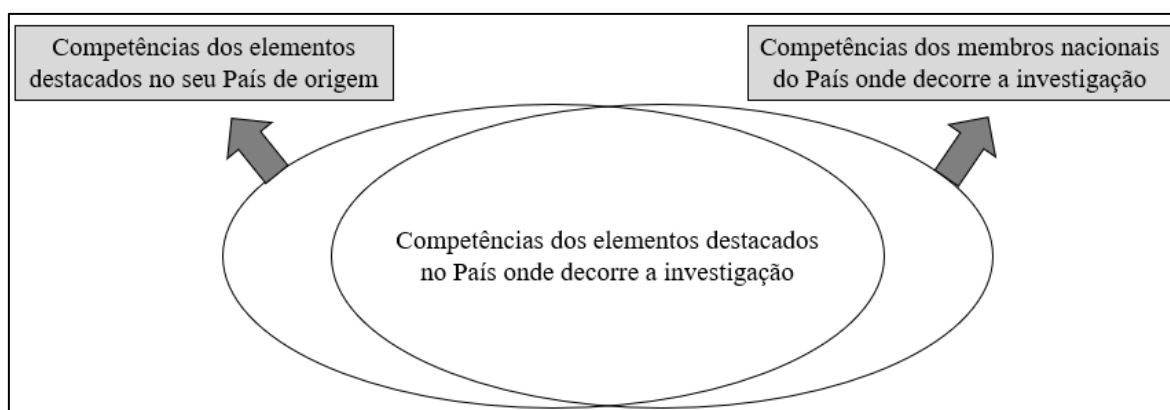
Conselho da União Europeia & Parlamento Europeu (2016). Regulamento n.º 2016/794, de 11 de maio de 2016, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 135/53. Acedido a 24 de fevereiro de 2019, em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0794&from=EN>.

Conselho Europeu (1997). Tratado de Amesterdão. Luxemburgo: *Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias*. Acedido a 25 de fevereiro, em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf).

- Conselho Europeu (1999). Conclusões do Conselho de Tampere de 15 e 16 de outubro de 1999. Luxemburgo: *Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias*. Acedido a 27 de fevereiro, em: [http://www.europarl.europa.eu/summits/tam\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm).
- Conselho Europeu (2007). Versão Consolidada do Tratado de Lisboa. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º C 306. Acedido a 1 de março de 2019, em: [https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado\\_Versao\\_Consolidada.pdf](https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf).
- Conselho Europeu (2012). Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º C 326. Acedido a 26 de fevereiro de 2019, em: [https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/c\\_32620121026pt.pdf](https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/c_32620121026pt.pdf).
- Guarda Nacional Republicana (1999). Norma de Execução Permanente n.º 3.38, de 6 de julho.
- Guarda Nacional Republicana (2003). Despacho n.º 07/03-OG, de 21 de janeiro.
- Guarda Nacional Republicana (2014) Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março.
- Ministério da Justiça (1987). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Aprova o Código de Processo Penal (36.ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 40, pp. 617-699.
- Organismo Europeu de Luta Antifraude [OLAF] (2016). Rede de Agentes de Comunicação Antifraude. Acedido a 10 de março de 2019, em: [https://ec.europa.eu/anti-fraud/media-corner/anti-fraud-communicators-network/oafc-members\\_pt](https://ec.europa.eu/anti-fraud/media-corner/anti-fraud-communicators-network/oafc-members_pt).
- União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa (2000). Acervo de Schengen - Convenção de aplicação do Acordo de Schengen. *Jornal Oficial*, n.º L 239. Acedido a 3 de março, em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0922\(02\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0922(02)&from=EN).
- Unidade Europeia de Cooperação Judiciária [Eurojust] & Serviço Europeu de polícia [Europol]. (2010). *Agreement between Eurojust and Europol*. Acedido a 3 de março de 2019, em: [http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/agreements/Agreement%20between%20Eurojust%20and%20Europol%20\(2010\)/Eurojust-Europol-2010-01-01-EN.pdf](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/agreements/Agreement%20between%20Eurojust%20and%20Europol%20(2010)/Eurojust-Europol-2010-01-01-EN.pdf).
- Unidade Europeia de Cooperação Judiciária [Eurojust] (2019). *Eurojust JITs Funding*. Acedido a 4 de março, em: <http://www.eurojust.europa.eu/Practitioners/JITs/Eurojust-JITsFunding/Pages/Eurojust-JITs-funding.aspx>.

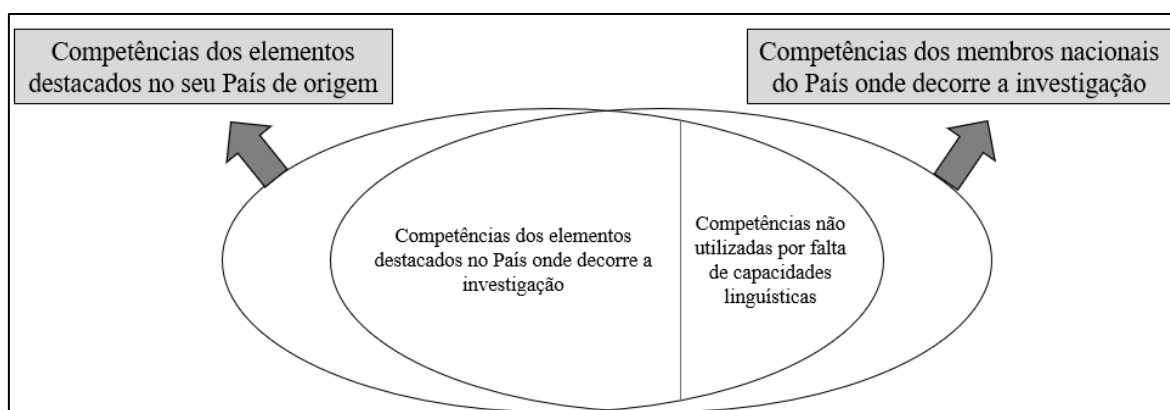
## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – COMPETÊNCIAS DOS ELEMENTOS DESTACADOS



**Figura n.º 4 – Competências dos elementos destacados**

**Fonte: Adaptado de Mayer (2006).**



**Figura n.º 5 – Competências dos elementos destacados limitadas por falta de capacidades linguísticas**

**Fonte: Adaptado de Mayer (2006).**

## APÊNDICE B – ANÁLISE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE AS COMPETÊNCIAS

Quadro n.º 12 – Análise das disposições legais sobre as competências

	Convenção AJM	Convenção de Nápoles II (1997)	2.º Protocolo Adicional à Convenção Europeia de AJM em Matéria Penal (2001)	Convenção das Nações Unidas contra a COT (2000)
<b>Elemento destacado</b>				
Base legal	Art.º 13.º	Art.º 24.º	Art.º 20.º	Art.º 19.º
Direito de estar presente	Sim (a menos que recusado)	[Sem previsão]	Sim (a menos que recusado)	[Sem previsão]
Direito de executar medidas de investigação	Conforme a legislação do Estado-membro	Não	Conforme a legislação do Estado-membro	Soberania do Estado-membro plenamente respeitada
Direito de solicitar medidas de investigação no país de origem	Sim	[Sem previsão]	Sim	[Sem previsão]
Direito de fornecer à equipa informações disponíveis no país de origem	Conforme a legislação do Estado-membro	Sim (Art.º 17)	Conforme a legislação do Estado-membro	[Sem previsão]
Direito de utilizar informações legitimamente obtidas no país de origem	Sim	Sim (Art.º 18 e Art.º 19.º, n.º 7)	Sim	[Sem previsão]
Direito de utilizar provas obtidas na EIC como prova no país de origem	Previsão legal não suficientemente clara	Conforme a legislação do Estado-membro (Art.º 18 e Art.º 19.º, n.º 7)	Previsão legal não suficientemente clara	[Sem previsão]
<b>Representante de organismo internacional</b>				
Direito de estar presente	Conforme a legislação do Estado-membro	[Sem previsão]	Conforme a legislação do Estado-membro	[Sem previsão]
Direito de executar medidas de investigação	Conforme a legislação do Estado-membro	[Sem previsão]	Conforme a legislação do Estado-membro	[Sem previsão]
<b>Ambos</b>				
Responsabilidade penal e civil regulamentadas	Sim (Art.º 15.º e Art.º 16.º)	Sim (Art.º 19.º, n.º 5, 6 e 8)	Sim (Art.º 21 e Art.º 22)	[Sem previsão]
Direito ao uso e porte de arma regulamentados	[Sem previsão]	[Sem previsão]	[Sem previsão]	[Sem previsão]

Fonte: Adaptado de Rijken & Vermeulen (2006, p. 12).

## APÊNDICE C – ESTRUTURA RELACIONADA COM A LÍNGUA

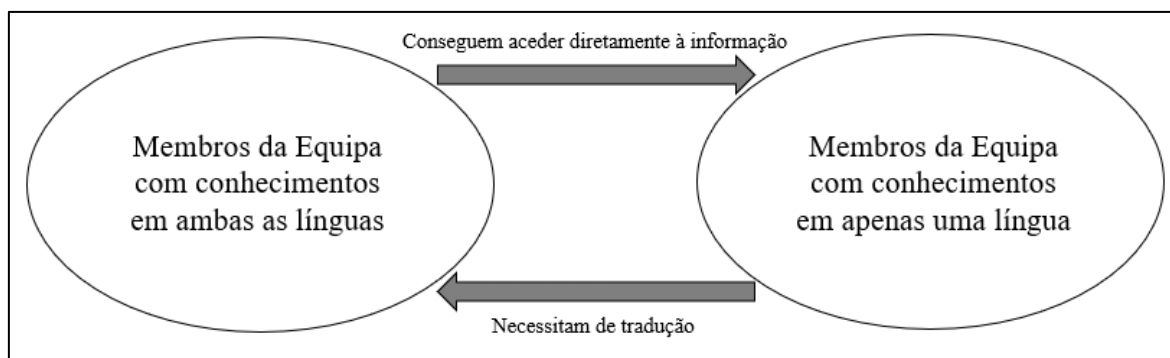


Figura n.º 6 – Estrutura relacionada com a língua (I)

Fonte: Adaptado de Mayer (2006).

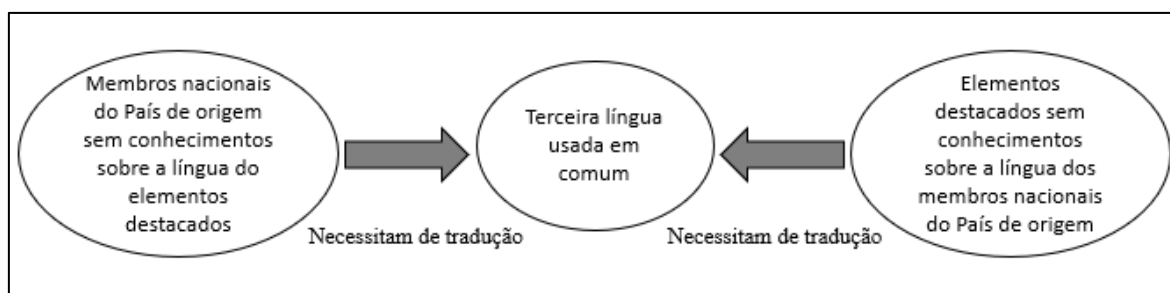


Figura n.º 7 – Estrutura relacionada com a língua (II)

Fonte: Adaptado de Mayer (2006).

**APÊNDICE D – EIC CONSTITUÍDAS ATÉ 2010**

**Quadro n.º 13 – EIC constituídas até 2010**

<b>Estados-membros e n.º de EIC</b>	<b>Data</b>	<b>Propósito</b>
França e Espanha (12)	setembro de 2004 - 2010	Terrorismo da ETA, Terrorismo Islâmico e tráfico de estupefacientes
Holanda e Reino Unido (1)	janeiro de 2005	Tráfico de cocaína e homicídio
França e Lituânia (1)	fevereiro de 2005	Falsificação de documentos bancários
França e Bélgica (4)	2006 - 2010	Terrorismo Islâmico, recrutamento jihadista, tráfico de cocaína e crime organizado
França e Holanda (1)	Carece de informação	Carece de informação
Alemanha e Eslováquia (1)	2006	Tráfico de heroína
Holanda e Bélgica (3)	2006, 2007 e 2009	Furto de veículos, tráfico de estupefacientes e <i>carjacking</i>
França e Alemanha (2)	fevereiro e agosto de 2007	Terrorismo e roubo de ATM
França e Roménia (1)	2007	Burlas (crime organizado)
Espanha e Portugal (1)	outubro de 2007	Terrorismo da ETA
Finlândia, Suécia, Estónia e Lituânia (7)	Várias datas	Vários
Alemanha e Bulgária (1)	2008	Contrafação de dinheiro
Reino Unido e Roménia (1)	2008	Tráfico de seres humanos
Alemanha e Holanda (1)	2008	Tráfico de heroína

**Fonte: Adaptado de Block (2010, p. 103).**

## APÊNDICE E – MODELO DE ANÁLISE

Quadro n.º 14 – Modelo de análise

Objetivos	Questões	Hipóteses	Enquadramento teórico e concetual	Análise de resultados
<b>Geral:</b> Identificar as razões pelas quais não se está a recorrer à formação de EIC em Portugal, enquanto instrumento de investigação criminal transnacional.	<b>QC:</b> Quais são as razões que limitam o recurso às EIC em Portugal?			<b>Capítulo 3.</b> Apresentação, análise e discussão dos resultados.
<b>OE1:</b> Analisar o atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE.	<b>QD1:</b> O atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE justifica a utilização das EIC?	<b>H1:</b> Se no atual panorama da UE a criminalidade organizada transnacional afeta significativamente os Estados-membros, então maior é a necessidade de se recorrer às EIC.	<b>Subcapítulo 1.1.</b> O Móbil: A Criminalidade Organizada Transnacional <b>Subcapítulo 1.2.</b> O Combate: A Cooperação Policial e Judiciária na UE [Entrevistas]	Apresentação e análise de nove entrevistas semidiretivas, realizadas a entidades a desempenhar de funções de investigação criminal e de cooperação internacional em instituições policiais nacionais e nos organismos europeus diretamente relacionados com a coordenação e atuação das EIC.
<b>OE2:</b> Identificar possíveis entraves ao funcionamento das EIC, nomeadamente ao nível legal, cultural e financeiro.	<b>QD2:</b> As EIC apresentam entraves de caráter legal, cultural e financeiro?	<b>H2:</b> Se no âmbito das EIC se verifica uma ausência de entraves de caráter legal, cultural e financeiro, então este instrumento possui as características favoráveis ao seu funcionamento, nomeadamente na relação operacional entre os intervenientes dos Estados-membros empenhados na investigação.	<b>Subcapítulo 1.3.</b> Uma das opções: As EIC [Entrevistas]	
<b>OE3:</b> Analisar o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal.	<b>QD3:</b> O nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal é o adequado?	<b>H3:</b> Se o nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal não é o adequado, então não se avança para a formação destas equipas, optando-se por outros mecanismos com os quais possuam um maior contacto.	[Entrevistas]	
<b>OE4:</b> Identificar as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC.	<b>QD4:</b> Quais são as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC?	<b>H4:</b> Se a utilização das EIC é escassa, então existe a necessidade de desenvolver a formação específica, de maior divulgação, de aprofundar o estudo científico do instrumento e de um maior número de ações conjuntas entre as autoridades policiais e judiciárias dos Estados-membros da UE.	<b>Capítulo 1</b> [Entrevistas]	Interpretação dos resultados face ao enquadramento teórico e concetual.

Fonte: Elaboração própria.



## APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Quadro n.º 15 – Composição e caracterização da amostra

Código	Nome	Organização	Cargo/Posto	Função	Data
E1	Nélson Cruz	UAF/GNR	Capitão	Coordenador da Secção de Investigação Criminal	13-03-2019
E2	António Cluny	Eurojust	Procurador Geral Adjunto	Membro Nacional	14-03-2019
E3	José Guerra	Eurojust	Procurador da República	Adjunto do Membro Nacional	15-03-2019
E4	Luís Triunfante	Eurojust	Juiz de Direito	Perito Nacional Destacado	18-03-2019
E5	Amândio Marques	DIC <sup>91</sup> /GNR	Coronel	Diretor da DIC	20-03-2019
E6	Joana Ferreira	PGR/MP	Procuradora da República	Coordenadora da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e Ponto de Contacto da RJE	22-03-2019
E7	Isabel Nascimento	DCIAP <sup>92</sup> /MP	Procuradora da República	Ponto de Contacto Nacional das EIC	25-03-2019
E8	Paulo Machado	DIC/GNR	Tenente Coronel	Chefe da Divisão de Estudos e Análise de Informação Criminal	01-04-2019
E9	Daniel Gomes	CG <sup>93</sup> /GNR	Major	Chefe de Repartição de Processos Sancionatórios	12-04-2019

Fonte: Elaboração própria.

<sup>91</sup> Entenda-se Direção de Investigação Criminal (DIC).

<sup>92</sup> Entenda-se Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP).

<sup>93</sup> Entenda-se Comando Geral (CG).

## **APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **Carta de Apresentação**

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, destinado à formação de Oficiais dos quadros permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana.

O presente estudo, subordinado ao tema “As Equipas de Investigação Conjunta da União Europeia como instrumento de Investigação Criminal”, surge no âmbito da elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar, que tem como objetivo a obtenção do grau académico de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Neste âmbito, surge a necessidade de realizar diversas entrevistas com o intuito de recolher informação para a investigação, sendo que o objetivo principal consiste na identificação das razões pelas quais não se está a recorrer à formação de Equipas de Investigação Conjuntas em Portugal, enquanto instrumento de investigação criminal transnacional.



Revela-se necessário entrevistar entidades que desempenham funções de investigação criminal e de cooperação internacional em instituições policiais nacionais e nos organismos europeus que estejam diretamente relacionados com a coordenação e atuação destas equipas.

Assim sendo, solicita-se a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda uma entrevista, tendo em conta que o seu contributo será preponderante para que se atinjam os objetivos propostos na investigação. Se assim o pretender, de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.<sup>a</sup>, poderá ter acesso, à posteriori, à versão final do trabalho.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Cordiais cumprimentos,

Rui Pedro Gonçalves Craveiro  
Aspirante de Infantaria da GNR

	<b>GUIÃO DE ENTREVISTA</b>  “As Equipas de Investigação Conjunta da União Europeia como instrumento de Investigação Criminal”	
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)</b>		
<b>Nome:</b>  <b>Organização/Órgão:</b>  <b>Departamento/Serviço:</b>  <b>Cargo/Posto:</b>	<b>Função:</b>  <b>Habilitações literárias:</b>  <b>Local:</b>  <b>Data/Hora (início e fim):</b>	
<b>2. ENQUADRAMENTO</b>		
<p>A União Europeia (UE), da qual Portugal faz parte, estabeleceu-se como uma zona democrática de livre circulação de pessoas e bens, facilitando a promoção da criminalidade transnacional e tornando impossível a um Estado-membro assegurar a sua segurança somente pela proteção interna do seu Estado.</p> <p>Neste contexto, em que existe, de facto, uma perceção de que a realidade atual europeia se caracteriza por uma vertiginosa velocidade de propagação de fenómenos criminais graves, tornou-se imprescindível a criação de mecanismos que se concentrem numa cooperação forte entre as autoridades policiais e judiciárias. Um destes instrumentos são as Equipas de Investigação Conjunta (EIC), mais vulgarmente conhecidas na UE por <i>Joint Investigations Teams</i>.</p> <p>No entanto, apesar das vantagens para que foi concebido este instrumento, a problemática que rodeia as EIC é o facto destas não serem comumente utilizadas. É com base neste referencial que se desenvolve esta investigação, com o objetivo último de apurar as razões limitativas da aplicação deste instrumento, nomeadamente em Portugal.</p> <p>Para tal, na presente entrevista serão abordados temas como a criminalidade organizada transnacional, a cooperação judiciária e policial, as características legais, culturais e financeiras das EIC e o nível de conhecimento em Portugal sobre este instrumento.</p>		

### 3. ENTREVISTA

- 1) Considera que o atual panorama da criminalidade organizada requer a utilização, por parte de Portugal, dos mecanismos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?
- 2) Quais são os contributos dos instrumentos de cooperação judiciária e policial da UE para a investigação criminal transnacional, nomeadamente das EIC?
- 3) Considera que a legislação penal e processual penal na UE se adequa às especificidades da investigação criminal transnacional? Porquê?
- 4) Na sua perspetiva, o quadro legal das EIC é adequado para uma eficiente investigação criminal transnacional? Porquê?
- 5) Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças linguísticas e de nacionalidades entre os membros de uma EIC? Porquê?
- 6) Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças nos procedimentos de investigação criminal e na cultura institucional entre os membros de uma EIC? Porquê?
- 7) Considera que existe efetivamente apoio e condições financeiras para a implementação dos instrumentos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?
- 8) Considera que para um funcionamento eficiente das EIC são necessários recursos demasiado dispendiosos? Porquê?
- 9) Como caracteriza o grau de conhecimento e de perceção, em Portugal, acerca das EIC, por parte dos seus possíveis intervenientes?
- 10) Considera que existe uma preferência por outros mecanismos de cooperação judiciária e policial? Porquê?
- 11) Na sua opinião, que mudanças são necessárias para que se verifique uma maior utilização das EIC?

## APÊNDICE H – RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES DE ENTREVISTA E AS QUESTÕES DERIVADAS

Quadro n.º 16 – Relação entre as questões de entrevista e as questões derivadas

Questão de Partida	Questões Derivadas	Questões de Entrevista
Quais são as razões que limitam o recurso às EIC em Portugal?	<b>QD1:</b> O atual panorama da criminalidade organizada transnacional na UE justifica a utilização das EIC?	<p>1) Considera que o atual panorama da criminalidade organizada requer a utilização, por parte de Portugal, dos mecanismos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?</p> <p>2) Quais são os contributos dos instrumentos de cooperação judiciária e policial da UE para a investigação criminal transnacional, nomeadamente das EIC?</p>
	<b>QD2:</b> As EIC apresentam entraves de carácter legal, cultural e financeiro?	<p>3) Considera que a legislação penal e processual penal na UE se adequa às especificidades da investigação criminal transnacional? Porquê?</p> <p>4) Na sua perspetiva, o quadro legal das EIC é adequado para uma eficiente investigação criminal transnacional? Porquê?</p> <p>5) Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças linguísticas e de nacionalidades entre os membros de uma EIC? Porquê?</p> <p>6) Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças nos procedimentos de investigação criminal e na cultura institucional entre os membros de uma EIC? Porquê?</p> <p>7) Considera que existe efetivamente apoio e condições financeiras para a implementação dos instrumentos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?</p> <p>8) Considera que para um funcionamento eficiente das EIC são necessários recursos demasiado dispendiosos? Porquê?</p>
	<b>QD3:</b> O nível de conhecimento dos possíveis intervenientes nas EIC em Portugal é o adequado?	<p>9) Como caracteriza o grau de conhecimento e de perceção, em Portugal, acerca das EIC, por parte dos seus possíveis intervenientes?</p> <p>10) Considera que existe uma preferência por outros mecanismos de cooperação judiciária e policial? Porquê?</p>
	<b>QD4:</b> Quais são as possíveis mudanças, a nível nacional e europeu, para que se verifique uma maior utilização das EIC?	<p>11) Na sua opinião, que mudanças são necessárias para que se verifique uma maior utilização das EIC?</p>

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE I – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS

Quadro n.º 17 – Codificação das respostas às entrevistas

Questão da Entrevista		Categoria	Subcategoria	UR
N.º 1	Considera que o atual panorama da criminalidade organizada requer a utilização, por parte de Portugal, dos mecanismos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?	Caracterização da criminalidade organizada	Transnacionalidade	1.1.1
			Complexidade	1.1.2
			Velocidade	1.1.3
			Danos económicos	1.1.4
		Necessidade de utilizar as EIC	Necessidade	1.2.1
			Dependendo do caso	1.2.2
N.º 2	Quais são os contributos dos instrumentos de cooperação judiciária e policial da UE para a investigação criminal transnacional, nomeadamente das EIC?	Contributo dos instrumentos de cooperação	Investigação completa	2.1
			Investigação ininterrupta	2.2
			Partilha de informações/ conhecimentos	2.3
			Criação de sinergias	2.4
			Eficiência	2.5
			Coordenação	2.6
			Desburocratização e rapidez	2.7
			Aquisição dos meios de prova	2.8
			Ultrapassar especificidades jurídicas	2.9
			Partilha das vantagens do crime	2.10
N.º 3	Considera que a legislação penal e processual penal na UE se adequa às especificidades da investigação criminal transnacional? Porquê?	Adequabilidade da legislação penal e processual penal	Desadequadas	3.1
			Suficientes	3.2
			Adequadas	3.3
			Falta de harmonização	3.4
			Primazia dos interesses nacionais	3.5
			Falta de confiança / reconhecimento mútuos	3.6
			Indefinição de competências	3.7
			Identificação das particularidades	3.8
N.º 4	Na sua perspetiva, o quadro legal das EIC é adequado para uma eficiente investigação criminal transnacional? Porquê?	Adequabilidade do quadro legal das EIC	Desadequado	4.1
			Adequado	4.2
			Falta de base permanente	4.3
			Impossibilidade de criação de sinergias	4.4
			Desprovido de detalhes	4.5
			Burocratização	4.6
			Coordenação entre Estados	4.7
			Desburocratização	4.8
			Criação de sinergias	4.9
			Articulação com instâncias europeias	4.10
N.º 5	Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças linguísticas e de nacionalidades entre os membros de uma EIC? Porquê?	Diferenças linguísticas e de nacionalidades	Partilha de conhecimentos	5.1
			Impossibilidade de criação de sinergias	5.2
			Obstáculo à comunicação	5.3
			Dificulta a harmonia legislativa	5.4
			Diferentes modelos de investigação	5.5
			Desnecessidade de tradutor nas interceções telefónicas	5.6
			Necessidade de tradutor	5.7
			Demove a integração	5.8

## Apêndices

<b>N.º 6</b>	Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças nos procedimentos de investigação criminal e na cultura institucional entre os membros de uma EIC? Porquê?	Diferenças procedimentais e na cultura institucional	Partilha de conhecimentos	<b>6.1</b>
			Confiança mútua	<b>6.2</b>
			Dificuldade de harmonização	<b>6.3</b>
			Investigação de acordo com a legislação nacional	<b>6.4</b>
			Criação de sinergias	<b>6.5</b>
			Coordenação de procedimentos	<b>6.6</b>
			Metodologias melhores	<b>6.7</b>
<b>N.º 7</b>	Considera que existe efetivamente apoio e condições financeiras para a implementação dos instrumentos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?	Apoio e condições financeiras	Existentes	<b>7.1</b>
			Europol	<b>7.2</b>
			Eurojust	<b>7.3</b>
			Deslocações	<b>7.4</b>
			Tradução	<b>7.5</b>
			Transferência de provas / bens	<b>7.6</b>
			UE	<b>7.7</b>
			Constrangimentos	<b>7.8</b>
			Tecnologia	<b>7.9</b>
			Reuniões	<b>7.10</b>
<b>N.º 8</b>	Considera que para um funcionamento eficiente das EIC são necessários recursos demasiado dispendiosos? Porquê?	Dispêndio dos recursos	Recursos dispendiosos	<b>8.1</b>
			Investimento consciente	<b>8.2</b>
			Recursos não dispendiosos	<b>8.3</b>
			Depende do caso	<b>8.4</b>
			Elementos destacados	<b>8.5</b>
			Relação custo-benefício	<b>8.6</b>
			Meios especiais	<b>8.7</b>
			Recuperação de ativos	<b>8.8</b>
<b>N.º 9</b>	Como caracteriza o grau de conhecimento e de perceção, em Portugal, acerca das EIC, por parte dos seus possíveis intervenientes?	Conhecimento e perceção	Suficiente	<b>9.1</b>
			Teoria	<b>9.2</b>
			Prática	<b>9.3</b>
			Insuficiente	<b>9.4</b>
<b>N.º 10</b>	Considera que existe uma preferência por outros mecanismos de cooperação judiciária e policial? Porquê?	Preferência por outros mecanismos de cooperação	Outros mecanismos	<b>10.1.1</b>
			DEI	<b>10.1.2</b>
			Relutância geral	<b>10.1.3</b>
			Mecanismos tradicionais	<b>10.1.4</b>
			Cartas rogatórias	<b>10.1.5</b>
			MDE	<b>10.1.6</b>
		Motivos da seleção do mecanismo de cooperação	Pedido de Assistência Mútua	<b>10.1.7</b>
			Simplicidade	<b>10.2.1</b>
			Rapidez	<b>10.2.2</b>
			Repartição de informação	<b>10.2.3</b>
			Desconhecimento	<b>10.2.4</b>
			Conforto	<b>10.2.5</b>
<b>N.º 11</b>	Na sua opinião, que mudanças são necessárias para que se verifique uma maior utilização das EIC?	Mudanças necessárias	Equipas multidisciplinares	<b>11.1</b>
			Centralização das investigações	<b>11.2</b>
			Base permanente	<b>11.3</b>
			Missão específica	<b>11.4</b>
			Incentivo	<b>11.5</b>
			Apoio	<b>11.6</b>
			Formação	<b>11.7</b>
			Divulgação	<b>11.8</b>
			Conhecimento precoce do caso e sua comunicação	<b>11.9</b>
			Mudança de mentalidades	<b>11.10</b>
			Maior aproveitamento financeiro	<b>11.11</b>
			Aprendizagem gradual	<b>11.12</b>

**Fonte: Elaboração própria.**

## APÊNDICE J – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

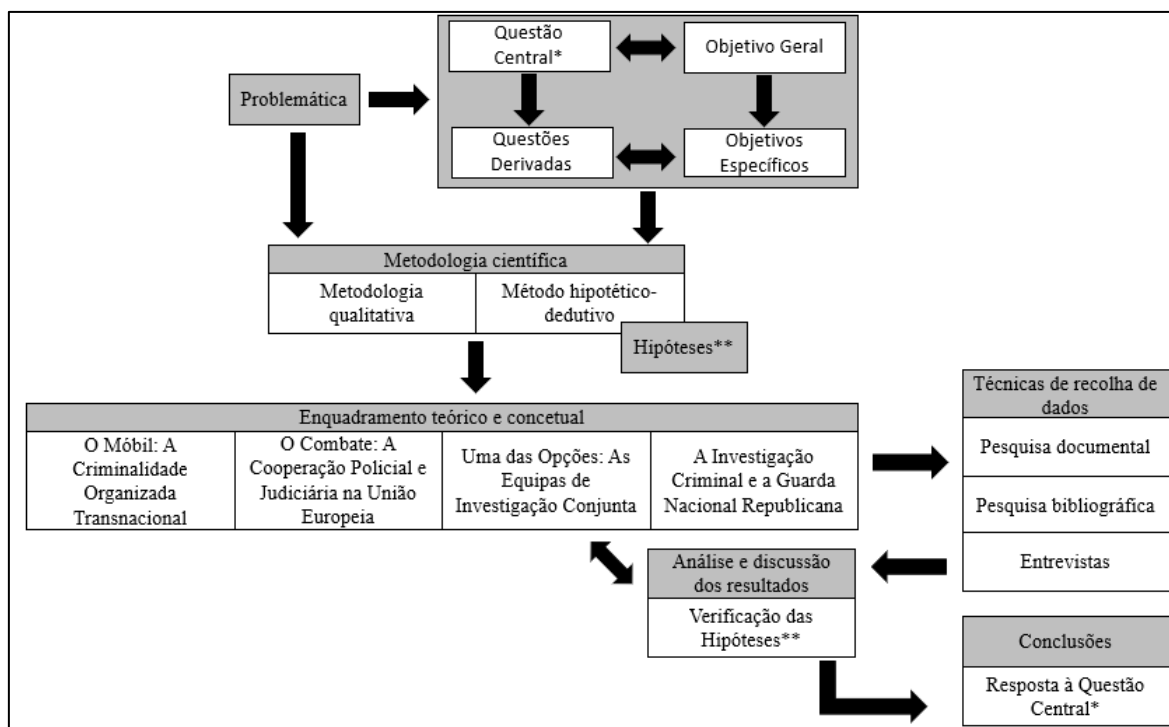


Figura n.º 8 – Desenho da investigação

Fonte: Elaboração própria.



## APÊNDICE K – ANÁLISE DAS RESPOSTAS

Quadro n.º 18 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 1

E	Questão n.º 1 - Considera que o atual panorama da criminalidade organizada requer a utilização, por parte de Portugal, dos mecanismos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?	UR
	UC	
E1	“A criminalidade organizada é necessariamente <b>transnacional</b> (...), diversificando as suas operações por <b>diversos Estados-membros</b> (...) controlando os negócios em <b>vários espaços</b> simultaneamente”.	1.1.1
	“(…) a sua <b>divisão em rede</b> (...) permite-lhe manter-se <b>invisível, intangível</b> (...)”.	1.1.2
	“A cooperação judiciária e policial na UE serve como uma forma dos Estados cobrirem esses espaços [espaço transnacional e o ciberespaço], e as <b>EIC uma dessas formas</b> (...)”.	1.2.1
E2	“A utilização das JIT deve ser <b>analisada caso a caso</b> , pois tendo inegáveis vantagens (...) pode também comportar algumas dificuldades (...)”.	1.2.2
	“(…) casos de criminalidade organizada <b>transfronteiriça</b> (...)”.	1.1.1
E3	“Sim, os mecanismos de cooperação policial e judicial em vigor na UE foram elaborados tendo em vista a criação de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça. (...) foram <b>desenhados especificamente para fazer face a essa realidade</b> . As <b>EIC</b> são instrumentos de cooperação particularmente vocacionados para neutralizar (...) os efeitos negativos que as fronteiras judiciárias têm num espaço de livre circulação de pessoas, bens e capitais, em que as fronteiras físicas foram abolidas”.	1.2.1
	“A criação do mercado único e a abolição de fronteiras internas dentro da União facilitou enormemente as atividades criminosas de <b>natureza transfronteira</b> (...)”.	1.1.1
E4	“A utilização das JIT ou EIC deve ser <b>analisada de forma casuística</b> (...) O juízo sobre a participação numa JIT será sempre, além do mais, um <b>juízo estratégico</b> que compete às autoridades nacionais formular”.	1.2.2
	“(…) vantagens no que respeita à coerência das investigações desenvolvidas pelas diferentes autoridades sobre casos de criminalidade organizada <b>transfronteiriça</b> (...)”.	1.1.1
E5	“Cada vez mais <b>devem ser utilizadas EIC</b> (...)”.	1.2.1
	“(…) as investigações atualmente em várias tipologias de crime são <b>difíceis e complexas</b> de investigar em apenas num país (...)”.	1.1.2
	“(…) as mesmas <b>não serem confinadas ao mesmo [país]</b> e em muitas delas existem <b>ramificações noutros Estados-membros da UE</b> ”.	1.1.1
E6	“Sim (...) a utilização de meios flexíveis e de transmissão/execução direta e facilitada é <b>indispensável</b> ”.	1.2.1
	“(…) num contexto de criminalidade extremamente organizada e de <b>atuação célere</b> (...) A <b>velocidade dos fenómenos criminais</b> atuais é dificilmente compatível com formas de cooperação dependentes de canais de transmissão morosos (...)”.	1.1.3
E7	“À semelhança de outros Estados-membros da UE, Portugal tem <b>casos/investigações com características que justificariam a utilização de EIC</b> , [acordos] bilaterais (...)”.	1.2.1
E8	“ <b>Sim</b> . As EIC representam um instrumento a ser utilizado no âmbito das investigação criminal cujo âmbito abrange <b>mais do que um Estado-Membro</b> ”.	1.2.1
		1.1.1
E9	“A criminalidade organizada <b>cada vez mais necessita</b> de uma abordagem integrada por parte dos Estados (...) A utilização de mecanismos de cooperação judiciária e policial, é, sem sombra de dúvida, uma <b>realidade necessária e fundamental</b> para fazer face a este fenómeno (...)”.	1.2.1
	“(…) este tipo de atividade <b>não conhece fronteiras</b> (...)”.	1.1.1
	“(…) causa avultados <b>danos económicos</b> aos mesmos [Estados]”.	1.1.4

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 19 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 2

E	Questão n.º 2 - Quais são os contributos dos instrumentos de cooperação judiciária e policial da UE para a investigação criminal transnacional, nomeadamente das EIC?	UR
	UC	
E1	“As EIC, quando constituídas, garantem o <b>combate da organização criminosa como um todo e não limita os investigadores a apenas uma das suas componentes</b> . Permitem, assim, <b>integrar toda a informação e provas disponíveis</b> relativamente a determinado grupo criminoso organizado (...)”.	2.1
		2.8
	“Além do mais garante a <b>criação de sinergias</b> (...)”.	2.4
	“(...) a <b>partilha de culturas e estratégias de informação</b> diferentes (...)”.	2.3
	“(...) possibilitar que os meios de obtenção de prova e técnicas de investigação criminal sejam conduzidas transnacionalmente <b>sem interrupções nas fronteiras</b> (...) e sobretudo que a equipa de investigação atue em <b>igualdade de armas com os grupos criminosos organizados</b> ”.	2.2
E2	“Os contributos (...) podem, em síntese, consubstanciar-se em maior <b>rapidez</b> , maior <b>eficiência</b> , melhor <b>coordenação</b> e mais efetividade na coerência nos resultados”.	2.7
		2.5
		2.6
E3	“A <b>eliminação dos canais diplomáticos</b> para a transmissão de pedidos de auxílio mútuo e a imposição da regra de <b>contactos diretos entre autoridades judiciárias</b> , (...) a eliminação da extradição entre Estados-membros e a sua substituição por um <b>processo de entrega expedida</b> (...) a <b>eliminação das cartas rogatórias</b> para recolha de prova noutro Estado-membro (...) a possibilidade de <b>cooperação policial direta</b> ”.	2.7
	“(...) a consagração do <b>princípio do reconhecimento mútuo</b> como pedra fundamental em que se baseiam todos os novos instrumentos de cooperação da UE (...)”.	2.4
	“(...) a possibilidade (...) de <b>atuação policial no território de outro Estados-membros</b> (...)”.	2.2
E4	“(...) permitem <b>alcançar melhor coordenação, troca de informações mais célere</b> , melhor <b>eficiência</b> (...) para a obtenção dos resultados desejados”.	2.6
		2.7
		2.5
E5	“(...) investigações que decorram em <b>vários países em simultâneo</b> (...) com um carácter pró-ativo (...) todas acompanhadas em tempo real”.	2.2
E6	“(...) permitem <b>recolher e introduzir validamente em processos nacionais</b> prova que se encontra disponível <b>no estrangeiro</b> (...) igualmente, apreender bens (...) fazer comparecer perante as autoridades judiciárias competentes (...) pessoas que aos mesmos se haviam eximido”.	2.2
		2.5
E7	“A criação de <b>EIC</b> na investigação da criminalidade violenta e organizada e/ou na criminalidade económico-financeira transnacionais, contribui para <b>agilizar a aquisição e conservação dos meios de prova no estrangeiro</b> (...)”.	2.7
	“(...) e a válida e <b>eficaz</b> aquisição dos <b>meios de prova</b> (...)”.	2.8
	“(...) a <b>troca de experiências</b> entre magistrados e polícias (...)”.	2.5
	“(...) a <b>troca de experiências</b> entre magistrados e polícias (...)”.	2.3
	“(...) <b>ultrapassar as especificidades jurídicas</b> processuais penais de cada país (...)”.	2.9
	“(...) a detenção e interrogatório de suspeitos com a <b>observância das regras processuais portuguesas</b> (...)”.	
	“(...) a localização, <b>apreensão/arresto das vantagens do crime</b> e o confisco (recuperação de ativos) e a <b>partilha dessas vantagens entre Estados</b> (requerido e requerente) (...)”.	2.10
E8	“(...) a <b>execução de diligências de investigação, em simultâneo, pelos Estados que integram a EIC</b> , com recurso ao centro de Coordenação da Eurojust, aquando da ação (com a presença de magistrados e polícias dos países que integram a EIC)”.	2.6
	“As EIC permitem que investigações que decorram em <b>mais do que um Estado-membro</b> sejam objeto de <b>articulação e prossecução penal pelos respetivos titulares da ação penal</b> (nomeadamente os procuradores) permitindo assim uma <b>conjugação de esforços</b> , em estreita colaboração com o âmbito da Eurojust e da Europol”.	2.2
		2.9
		2.6
E9	“As EIC ou JIT, contribuem (...) na medida em que se <b>conjugam esforços, capacidades e níveis de conhecimento diferentes</b> para atingir um mesmo fim”.	2.6
		2.3
	“Pode-se dessa forma <b>obter mais e melhores resultados</b> no combate ao crime organizado”.	2.5

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 20 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 3

E	Questão n.º 3 - Considera que a legislação penal e processual penal na UE se adequa às especificidades da investigação criminal transnacional? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Não se adequa (...)”.	3.1
	“(…) falta de harmonização ou existência de um denominador comum processual penal e penal (...)”.	3.4
	“(…) Estados se centrarem primariamente na investigação e apuramento das responsabilidades penais dos agentes quando cometidos <b>no seu território</b> e lesem bens jurídicos nacionais (...)”.	3.5
	“(…) falta de confiança mútua e aos problemas que o reconhecimento mútuo induz (...)”.	3.6
	“(…) indefinição na atribuição da competência deste tipo de investigações (...) se aos Estados-membros, se a uma entidade centralizada (...)”.	3.7
E2	“Dada a existência de culturas jurídicas e judiciais diferentes e arraigadas no seio dos países que integram a UE, o caminho que levou à adoção dos instrumentos europeus que dão corpo à política de cooperação processual e à política de unificação de alguns tipos criminais, <b>parece ser o único possível</b> ”.	3.2
E3	“(…) é feita propositadamente para esse fim e leva em conta a diversidade de sistemas jurídicos e as idiossincrasias próprias dos Estados-membros. Falta-lhe, no entanto, dar o passo seguinte (...)”.	3.2
	“(…) levar o princípio do reconhecimento mútuo ainda mais longe (...)”.	3.6
	“(…) criar um espaço de livre circulação de provas em que uma <b>prova recolhida num país de acordo com a respetiva lei</b> seria, necessariamente, <b>válida no outro</b> , sem poder ser submetida a um processo de verificação da conformidade com os formalismos impostos pela <b>legislação do Estado recetor</b> ”.	3.4
E4	“A UE (...) já dispõe de <b>enquadramento legal para atuar e assumir protagonismo no combate à criminalidade organizada</b> . Os instrumentos mais recentes vão nesse sentido (...)”.	3.3
E5	“A legislação penal e processual penal na UE <b>adequa-se às especificidades da investigação criminal transnacional</b> , podendo o país onde decorre a investigação solicitar diligências investigatórias noutro país (...)”.	3.3
E6	“O grande desenvolvimento legislativo em sede UE (...) tem <b>procurado cobrir todas as áreas de cooperação, permitindo até alguma articulação entre elas</b> (...) <b>faltará ainda um instrumento</b> em matéria de transmissão internacional de procedimentos, que permitirá a concentração de processos”.	3.2
E7	“As <b>diferentes legislações penais e processuais penais são mera desculpa</b> para a inércia das polícias e do MP. O país da UE que mais EIC efetuou nos anos 2016-2018 é o Reino Unido (103 EIC) cujo regime jurídico-penal (...) <b>não os impediu de estabelecer EIC</b> (...)”.	3.3
	“O facto do MP dirigir a fase de investigação na Alemanha, na Bélgica e na França também <b>não constituiu obstáculo à criação de EIC</b> entre estes países e a Espanha, onde a investigação é dirigida pelo juiz de instrução”.	
	“(…) desenvolveu-se (...) as designadas <i>fiches espagnoles</i> – isto é, uma espécie de atlas jurídico-penal – onde <b>cada Estado-membro assinalou as particularidades do regime jurídico-penal e processual do seu país</b> (...) numa perspectiva de preparação, tendo em vista a criação de EIC (...)”.	3.8
E8	“O <b>quadro legal é robusto</b> designadamente com uma maior intervenção da Eurojust na articulação da cooperação judiciária, e da Europol na articulação da cooperação policial (...). <b>Falta apenas</b> a operacionalização de um órgão de procuradoria a nível europeu”.	3.2
E9	“(…) mecanismos portugueses que <b>permitem o desenvolvimento de investigações em consonância com as diferentes legislações</b> nos diferentes Estados-membros da UE”.	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 21 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 4

E	Questão n.º 4 - Na sua perspetiva, o quadro legal das EIC é adequado para uma eficiente investigação criminal transnacional? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Não (...) as EIC são a solução, mas se (...) <b>precisamente o que não são na atualidade</b> ”. “(...) o <b>quadro legal dificulta a sua aplicação</b> ”.	4.1
	“As EIC são a solução, mas se consideradas de uma <b>forma permanente</b> , constituídas por especialistas e com uma missão claramente definida com <b>continuidade</b> (...)”. “(...) a sua <b>criação orientada para a tarefa</b> (...)”.	4.3
	“Logo, a <b>carga burocrática</b> (...) torna a sua aplicabilidade reduzida e os seus resultados limitados (...)”.	4.6
	“(...) impossibilitando as necessárias <b>sinergias</b> ”.	4.4
E2	“Atenta a conjuntura internacional e europeia, o quadro legal europeu e as aflorações que nos tratados e convenções internacionais são feitas às EIC, por ora, <b>não considero necessário, ou possível, ir mais longe</b> ”.	4.2
E3	“O quadro legal internacional é <b>manifestamente insuficiente</b> (...)”.	4.1
	“(...) as Convenções da Nações Unidas (...) <b>pouco mais fazem do que prever a possibilidade de constituição de equipas</b> . Ao nível do Conselho da Europa e da UE, a regulamentação é muito mais detalhada, mas <b>ainda assim insuficiente</b> porque não regulamenta questões sensíveis (...)”.	4.5
E4	“(...) dispõe das <b>ferramentas jurídicas adequadas</b> para a constituição das EIC”.	4.2
E5	“É <b>adequado</b> (...)”.	4.2
	“(...) permite de forma rápida e eficiente o desenvolvimento da investigação em causa <b>em mais que um país em simultâneo</b> ”.	4.7
E6	“(...) <b>não encontro omissões ou faltas</b> no respetivo quadro legal”.	4.2
E7	“(...) é <b>adequado e eficaz</b> na investigação desta criminalidade (...)”.	4.2
	“(...) <b>agilização</b> de procedimentos nos Estados que integram a EIC (...)”.	4.8
	“(...) <b>conhecimento e ganho de confiança</b> entre os magistrados e as polícias que integram a EIC (...)”.	4.9
	“(...) a detenção de pessoas <b>no estrangeiro</b> e imediato interrogatório (...)”. “(...) a execução de buscas e apreensões, <b>em simultâneo, em dois ou mais Estados</b> (...)”. “(...) a localização das vantagens do crime visando a sua apreensão/arresto e confisco <b>noutro Estado</b> ”.	4.7
E8	“O <b>quadro legal é adequado</b> (...)”.	4.2
	“(...) encontra-se <b>articulado com as instâncias europeias</b> (Eurojust e Europol)”.	4.10
E9	“(...) cada país deveria ter uma <b>equipa/gabinete de investigação criminal</b> com um enquadramento estratégico muito específico e multidisciplinar, que fosse composta por elementos de todas as forças e serviços de segurança nacionais com competências partilhadas no combate ao crime organizado (...)”.	4.3
	“Destarte, <b>não considero que o quadro legal das EIC seja totalmente adequado</b> (...)”.	4.1
	“(...) parece-me que continua a ser um processo <b>pouco célere</b> e algo complexo”.	4.6

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 22 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 5

E	Questão n.º 5 - Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças linguísticas e de nacionalidades entre os membros de uma EIC? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Positiva na benéfica <b>troca de abordagens e estratégias de investigação</b> advenientes dos traços culturais locais (...)”.	5.1
	“(…) negativa na <b>criação das necessárias sinergias</b> com base na sua constituição de forma temporária e dirigida para missão (...)”.	5.2
E2	“(…) mesmo quando todos os intervenientes possam dominar um idioma comum (...) são sempre um <b>obstáculo a um completo entendimento</b> entre os participantes da EIC”.	5.3
E3	“Os <b>problemas de comunicação</b> são sempre um obstáculo ao bom funcionamento de uma equipa (...)”.	5.3
E4	“Somos convocados a resolver problemas relacionados com (...) a <b>dispersão de fontes de regulação e instrumentos/ferramentas</b> disponíveis, a <b>diversidade dos sistemas jurídicos</b> [e] as diferenças linguísticas; (...) [que se] refletem (...) nos próprios <b>conceitos jurídicos</b> dos diferentes sistemas jurídicos (...)”.	5.4
	“(…) As diferenças linguísticas (...) <b>são sempre um obstáculo ao funcionamento da EIC</b> entre os participantes (...)”.	5.3
	“(…) <b>diferentes modelos de investigação</b> policial existentes”.	5.5
E5	“(…) caso existam <b>interceções telefónicas</b> de indivíduos de duas nacionalidades, ser possível ouvir em direto e perceber tudo <b>sem recorrer a tradutores</b> ”.	5.6
	“(…) os diferentes investigadores <b>terão que falar numa língua que ambos dominem</b> , tendo como consequência que se um dominar melhor a língua tem vantagem sobre o outro, podendo este fator ser atenuado recorrendo-se a <b>tradutores</b> ”.	5.3
		5.7
E6	“As diferenças linguísticas são uma realidade permanente na cooperação internacional, <b>a compensar pela eleição de um idioma comum</b> (normalmente o Inglês) ou pelo <b>domínio de diversos idiomas</b> pelos membros da EIC”.	5.3
E7	“As dificuldades linguísticas podem <b>demover os magistrados</b> de integrar uma EIC (...)”.	5.8
	“(…) o inglês <b>técnico-jurídico</b> é distinto do inglês coloquial (...) o entendimento da <b>linguagem técnica</b> (...)”.	5.4
		5.3
E8	“Os <b>custos de tradução/retroversão</b> do acordo (...)”.	5.7
	“(…) caso haja <b>dificuldade</b> a Eurojust providencia apoio a nível <b>linguístico e de tradução</b> , se necessário, e de apoio técnico relativo <b>legislação</b> de outros Estados-membros”.	5.3
		5.7
		5.4
E9	“Poderá apenas haver algumas <b>dificuldades em termos de comunicação</b> (...)”.	5.3

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 23 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 6

E	Questão n.º 6 - Quais são as consequências (positivas e/ou negativas) das diferenças nos procedimentos de investigação criminal e na cultura institucional entre os membros de uma EIC? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Permitem a <b>partilha de experiências, de boas-práticas e a definição de novas abordagens</b> que até então não seriam ponderadas”.	6.1
		6.7
E2	“As diferenças, que (...) resultam não só de culturas jurídico-judiciárias diferentes e das consequentes práticas e procedimentos de investigação são, ainda hoje inevitáveis e profundas (...) Contudo (...) o <b>contacto pessoal próximo</b> entre autoridades judiciárias favorece a <b>compreensão da história dessas diferenças</b> e (...) contribui para a sua <b>aceitação e legitimação pelas partes envolvidas</b> (...)”.	6.5
	“É através desse contacto constante e próximo (...) que se consegue avançar (...) para a edificação de uma cultura jurídico-judiciária comum a nível europeu e, por conseguinte, para a <b>confiança mútua</b> (...)”.	6.2
E3	“Este é um obstáculo ainda mais relevante do que o problema da língua (...) <b>Encontrar mínimos denominadores comuns e estratégias consensualizadas é sempre um desafio</b> que tem de ser vencido para que a equipa funcione de forma eficaz”.	6.3
E4	“(…) é permitida a deslocação de membros da equipa de outras jurisdições (...) para participarem na execução de diligências no(s) outro(s) Estados <b>dentro dos limites previstos nas legislações nacionais</b> (...) Apesar dos seus membros poderem ser oriundos de várias jurisdições, a execução das medidas de investigação é levada a cabo <b>de acordo com as leis nacionais do território em que são concretizadas</b> (...)”.	6.4
E5	“(…) adquirir <b>novos conhecimentos</b> ao nível de investigação criminal”.	6.1
	“(…) terá que se ter em atenção à tipologia do crime em causa, porque <b>num país pode ser crime e no outro pode ser contra ordenação</b> ”.	6.4
E6	“(…) a consciência dessas diferenças (...) torna-se mais viva num trabalho de equipa e, como tal, demandará (...) não só a respetiva consciencialização como o <b>desenvolver de soluções de consenso e compatibilização</b> ”.	6.3
E7	“(…) na criação de EIC a <b>discussão prévia entre magistrados, polícias e a Eurojust</b> [sobre regimes jurídicos, aquisição de meios de prova, entre outros] (...) permite agilizar <b>procedimentos</b> e obstar à invalidade dos meios de prova adquirida no estrangeiro”.	6.6
E8	“Compete à Eurojust através dos representantes nacionais <b>coordenarem os procedimentos de âmbito judicial</b> (...) à Europol do ponto de vista policial <b>coordenar as operações das forças policiais</b> nos vários Estados-membros”.	6.6
E9	“(…) resultará um <b>conhecimento superior</b> , todos aprenderão com os seus <b>congêneres</b> e todos ganharam <b>mais experiência</b> ”.	6.1
		6.5
	“Entendo que os fatores diferenciadores criam <b>metodologias de trabalho mais completas</b> e que mais rapidamente nos ajudam a atingir o estado final desejado”.	6.7

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 24 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 7

E	Questão n.º 7 - Considera que existe efetivamente apoio e condições financeiras para a implementação dos instrumentos de cooperação judiciária e policial na UE, nomeadamente das EIC? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Sim, o <b>financiamento e apoio existem</b> (...) as verbas e despesas são todas suportadas”.	7.1
	“(...) a <b>Eurojust e a Europol</b> fornecem todo o apoio necessário”.	7.3
		7.2
E2	“Até hoje, esse <b>apoio tem existido e de forma suficiente e eficiente</b> ”.	7.1
E3	“Sim, existe um <b>programa eficaz de financiamento</b> de EIC (...)”.	7.1
	“(...) suportado pela <b>UE</b> e a cargo do <b>Secretariado para as EIC</b> ”.	7.7
		7.3
		7.4
	“(...) incide em três áreas comuns de despesa que são as que geram mais encargos: <b>deslocações e acomodação, tradução e interpretação e transferência de prova e bens apreendidos</b> ”.	7.5
		7.6
E4	“(...) existe <b>suficiente apoio e condições financeiras</b> para a aplicação das EIC”.	7.1
	“O financiamento não é total, mas apenas em (...) <b>deslocações e acomodação, tradução e interpretação, transferência de prova e bens apreendidos</b> ”.	7.4
		7.5
		7.6
E5	“ <b>Existem apoios e condições financeiras</b> para a implementação e constituição do funcionamento das EIC (...)”.	7.1
	“(...) designadamente através do <b>fundo comunitário</b> denominado “Prevenir e combater a criminalidade”.	7.7
E6	“(...) a <b>Eurojust disponibiliza recursos financeiros</b> que, algumas vezes, não terão sido aproveitados”.	7.1
		7.3
E7	“A investigação criminal <b>carece de meios humanos e financeiros</b> (...) O <b>orçamento</b> dos Ministérios da Justiça enfrentam <b>constrangimentos</b> (...) e o orçamento da Eurojust e da JIT Network não são exceção no plano da UE”.	7.8
	“Todavia, o recurso ao <b>co-financiamento da Eurojust e da JIT Network</b> permitiu a Portugal, por exemplo, criar e continuar numa EIC entre Portugal e a Suíça (...), sem a qual, aliás, não seria possível (...) custear os encargos (...)”.	7.1
		7.3
	“Além do mais, a <b>JIT Network</b> e a <b>Europol</b> cofinanciam as EIC (...)”.	7.2
	“(...) a cooperação e auxílio operacional da <b>Europol</b> (...)”.	
	“(...) aquisição dos meios de prova, nomeadamente, obtenção em <b>ambiente digital</b> (...)”.	7.9
	“(...) troca de informações entre magistrados (através de <b>conference call</b> ) e o tratamento de dados informáticos com recurso a <b>equipamento informático e software</b> sofisticado de análise e indexação da prova”.	
	“(...) empréstimo de <b>equipamento telefónico e informático</b> pelo período de duração da EIC (...)”.	
	“(...) as <b>deslocações</b> de magistrados e polícias a <b>reuniões de coordenação</b> na Eurojust (Haia – Países Baixos)”.	
	“(...) <b>voos e alojamento</b> no estrangeiro (...)”.	7.10
	“(...) cada uma delas, pode custear parte dos custos com <b>reuniões de coordenação</b> (...)”.	
E8	“(...) despesas com <b>retroversão para língua portuguesa</b> de inúmera documentação (...)”.	7.5
	“(...) despesas com <b>tradução e interpretação</b> (...)”.	
	“(...) com a <b>transferência das vantagens do crime</b> e a repartição destas entre os Estados que integram a EIC”.	7.6
	“ <b>Sim</b> . Existe um orçamento anual robusto na <b>Eurojust</b> para apoiar as EIC (...) A <b>Europol</b> no seu orçamento anual tem um orçamento para apoiar as EIC, designadamente no apoio à realização de <b>reuniões operacionais</b> e na utilização de <b>meios especiais de investigação criminal</b> ”.	7.1
		7.3
		7.2
		7.10
		7.9
		7.1
		7.7
	“Se poderiam ter <b>mais apoio</b> ? Pois claro que sim, todos pretendem ter <b>mais meios humanos e materiais</b> (...)”.	7.8

Fonte: Elaboração própria.



Quadro n.º 25 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 8

E	Questão n.º 8 - Considera que para um funcionamento eficiente das EIC são necessários recursos demasiado dispendiosos? Porquê?	UR
	UC	
E1	“(…) <b>sim</b> , mas os <b>resultados</b> , habitualmente <b>superam</b> esses custos”.	8.1
		8.6
	“Falemos de <b>deslocações</b> mais frequentes entre Estados-membros (…)”.	8.5
	“(…) <b>dependendo</b> sempre dos intervenientes”.	8.4
E2	“(…) <b>é relativo</b> ”.	8.4
	“Considero que <b>é necessário investir conscienciosamente</b> (…) designadamente, por exemplo, na especialização de tradutores jurídicos, de molde a <b>evitar desperdício inútil de dinheiro</b> em produtos de má qualidade (…)”.	8.2
E3	“ <b>Pelo contrário</b> (…)”.	8.3
	“As EIC visam <b>racionalizar a utilização de recursos</b> e proporcionar ganhos de eficácia”.	8.2
E4	“ <b>Depende</b> do caso concreto”.	8.4
	“Os <b>critérios para a obtenção de financiamento</b> são <b>muito exigentes e específicos</b> (…). A regra será dotar a EIC do financiamento adequado às finalidades a atingir, por forma a garantir a celeridade e eficiência desejadas, sendo cumpridas as regras e formalidades inerentes”.	8.2
E5	“O que <b>encarece</b> o funcionamento das EIC é a ida dos membros da EIC provenientes de Estados-membros que não sejam o Estado-membro em que a equipa intervém, os designados <b>elementos destacados</b> , tendo como <b>custo acrescido</b> as ajudas de custo internacionais (…)”.	8.1
		8.5
	“(…) <b>em compensação desse custo</b> a investigação decorrerá de forma <b>mais célere</b> ”.	8.6
E6		
E7	“A execução de cartas rogatórias e <b>EIC incrementam os custos numa investigação criminal</b> (…)”.	8.1
	“(…) a <b>relação custo-benefício</b> [da carta rogatória] <b>é menor quando comparada</b> com os objetivos e resultados obtidos com a criação duma <b>EIC</b> (…)”.	8.6
E8	“ <b>Depende</b> da dimensão e complexidade da investigação criminal (…)”.	8.4
		8.7
	“Caso sejam utilizados <b>meios especiais de investigação criminal</b> , ou se preveja uma abordagem financeira ou de <b>arresto e recuperação de ativos</b> , poderão ser utilizados <b>meios dispendiosos</b> ”.	8.8
		8.1
E9	“Os recursos <b>não têm de ser superiores</b> àqueles que os países já assumem, <b>ou pouco superiores</b> seriam (…)”.	8.3
	“(…) será uma questão de <b>organização, planeamento e céleres mecanismos</b> (…)”.	8.2

Fonte: Elaboração própria.



Quadro n.º 26 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 9

E	Questão n.º 9 - Como caracteriza o grau de conhecimento e de perceção, em Portugal, acerca das EIC, por parte dos seus possíveis intervenientes?	UR
	UC	
E1	“É <b>entendida</b> (...)”.	9.2
	“(…) mas <b>nunca nos é possível a sua efetiva aplicação</b> . Quando nos é possível, já é demasiado tarde para os objetivos da investigação”.	9.3
E2	“O <b>conhecimento teórico</b> existe (...)”.	9.2
	“(…) a <b>experiência prática</b> é muito limitada e quase inexistente”.	9.3
E3	“Infelizmente, <b>muito insuficiente</b> ”.	9.4
E4	“(…) as autoridades portuguesas já dispõem do <b>conhecimento teórico adequado</b> ”.	9.2
	“Contudo, dada a <b>experiência muito reduzida</b> , tal constitui um obstáculo à constituição de EIC que deverá ser rapidamente ultrapassado”.	9.3
E5	“Em Portugal todos os intervenientes <b>conhecem a constituição e funcionamento das EIC</b> (...)”.	9.1
E6	“Considero que este conhecimento é, por ora, <b>insuficiente</b> . Assim, durante o ano de 2018, o <i>Eurojust National Coordination System</i> elegeu as JIT como um dos temas de formação (...) esta iniciativa ainda não deu frutos”.	9.4
E7	“O trabalho em equipa entre magistrados do MP é marginal (...) [N]o ensino não existe uma abordagem do trabalho em equipa (...) Não existe adequada abordagem e divulgação das vantagens e dificuldades na criação de EIC, na preparação (...). Em consequência, <b>o conhecimento e perceção dos magistrados e das polícias é baixíssimo ou nulo</b> ”.	9.4
E8	“Existe um <b>bom grau de conhecimento</b> por parte dos oficiais e responsáveis de investigação criminal das principais Forças e Serviços de Segurança. A nível dos procuradores dos Departamentos de Investigação e Ação Penal e DCIAP também existe um <b>bom grau de conhecimento</b> ”.	9.1
E9	“Parece que <b>pouco se usa</b> essa realidade (...)”.	9.3
	“(…) <b>poucos estão totalmente informados</b> acerca da possibilidade de criar EIC”.	9.4

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 27 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 10

E	Questão n.º 10 - Considera que existe uma preferência por outros mecanismos de cooperação judiciária e policial? Porquê?	UR
	UC	
E1	“Existe preferência pela <b>DEI</b> (...)”.	10.1.1
		10.1.2
	“(...) <b>rapidez</b> de transmissão/execução (...)”.	10.2.2
	“(...) devido à sua <b>agilidade/facilidade</b> (...) <b>Não são exigidos os critérios das EIC</b> , basta que existe a necessidade de recolha de provas noutro Estado-membro da UE”.	10.2.1
E2	“Considero que existe alguma <b>renitência geral no uso dos instrumentos existentes</b> (...)”.	10.1.3
	“(...) designadamente quando implicam uma <b>repartição de informação</b> (...) O <b>receio de partilhar processos</b> e de perder, eventualmente, o controlo do seu destino pode ser uma das explicações”.	10.2.3
E3	“Em Portugal, <b>sim</b> ”.	10.1.1
	“A <b>inércia</b> e o <b>receio face ao desconhecido</b> fazem com que se privilegiem os <b>meios tradicionais de cooperação</b> e se evite o recurso às EIC, ainda percecionadas pelos operadores judiciários e policiais como um instrumento de cooperação para ser utilizado excecionalmente (...)”.	10.2.5
		10.2.4
		10.1.4
E4	“Por regra, , as autoridades competentes (...) tem <b>tendência para usar os mecanismos a que estão mais habituados</b> (...)”.	10.1.1
		10.1.4
		10.2.5
	“(...) sendo sempre mais complicado usar outros cujo <b>conhecimento prático é muito reduzido ou inexistente</b> ”.	10.2.4
E5	“(...) dadas as <b>dificuldades</b> assinaladas [dispersão de fontes de regulação e instrumentos/ferramentas disponíveis, a diversidade dos sistemas jurídicos e as diferenças linguísticas]”.	10.2.1
	“ <b>Sim</b> , porque as pessoas estão <b>mais familiarizadas</b> com os <b>mecanismos que existem há mais tempo</b> e com o qual já tiveram contactos anteriores”.	10.1.1
E6	“ <b>Sim, creio que existirá</b> (...)”.	10.2.5
		10.1.4
	“(...) normalmente por uma questão de <b>tradição e conforto</b> . As autoridades judiciárias dão <b>preferência a instrumentos já conhecidos e praticados relativamente a novos instrumentos</b> , relativamente aos quais será preciso fazer um esforço inicial de criação de rotinas”.	
E7	“Quer magistrados, quer polícias optam pelos instrumentos de cooperação judiciária internacional, tais como, as <b>cartas rogatórias</b> , a <b>DEI</b> e o <b>MDE</b> (...)”.	10.1.1
		10.1.5
		10.1.2
	“(...) instrumentos ditos <b>clássicos e mais conhecidos</b> dos profissionais”.	10.1.6
		10.1.4
E8	“ <b>Sim</b> . Os titulares de ação penal continuam a preferir <b>os pedidos de assistência mútua ou envio de cartas rogatórias</b> , devido à <b>simplificação</b> do seu uso e não complexificação do inquérito-crime. A <b>EIC</b> origina um inquérito com ramificações internacionais o que se traduz num inquérito <b>mais “complexo”</b> . A criação da <b>DEI</b> permite uma <b>simplificação</b> da própria carta rogatória”.	10.2.4
		10.1.1
		10.1.7
		10.1.5
		10.2.1
E9		10.1.2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 28 – Matriz das UC e UR das respostas à questão n.º 11

E	Questão n.º 11 - Na sua opinião, que mudanças são necessárias para que se verifique uma maior utilização das EIC?	UR
	UC	
E1	“Será necessário a constituição de <b>uma rede transnacional de equipas multidisciplinares</b> dedicadas exclusivamente às organizações criminosas transnacionais”.	11.1
	“Nenhum Estado-membro, individualmente, tem jurisdição e capacidade para tal. A UE e a embrionária Procuradoria Europeia representam as entidades melhor colocadas para <b>centralizar essas investigações</b> (...)”.	11.2
	“(...) equipas multidisciplinares em cada país para a condução deste tipo de investigação, com uma <b>base permanente</b> e com esta <b>missão específica</b> (...)”.	11.3
		11.4
E2	“Um <b>incentivo hierárquico</b> efetivo ao uso de tais instrumentos (...)”.	11.5
	“(...) um <b>apoio jurídico</b> durante a sua concretização. Isso pode ser feito com recurso ao gabinete português da Eurojust”.	11.6
E3	“ <b>Maior divulgação</b> deste instrumento de cooperação”.	11.8
E4	“Tendo por premissa uma <b>maior formação</b> das autoridades nacionais (...)”.	11.7
	“(...) importará que exista após a verificação dos pressupostos para a constituição de uma EIC, <b>um maior incentivo</b> /concordância e adesão por parte das hierarquias do MP e das polícias envolvidas”.	11.5
	“Um <b>conhecimento precoce do caso e a sua comunicação</b> à Eurojust e à Europol poderão permitir uma utilização mais frequente das EIC”.	11.9
E5	“(...) é necessário fundamentalmente uma <b>mudança a nível de mentalidade</b> , nomeadamente a abertura para uma partilha sem reservas de informação constante no inquérito”.	11.10
E6	“Deverá continuar a <b>reforçar-se a formação</b> (...)”.	11.7
	“(...) deverão ser identificados <b>casos concretos</b> que possam ser monitorizados e <b>apresentados como exemplo</b> ”.	11.8
E7	“ <b>Divulgação</b> das EIC pelo Ponto de Contacto nacional (...)”.	11.8
	“(...) a <b>divulgação</b> dos treinos e cursos, organizados pela Cepol (...)”.	
	“(...) <b>criação de cursos/treino</b> com simulação de “casos” no Centro de Estudos Judiciários, na PGR, na PJ, na GNR, na PSP e no SEF para análise de casos suscetíveis de criação de EIC”.	11.7
	“(...) <b>ações de formação</b> em EIC, cujo alvo são os magistrados do MP e elementos dos OPC mencionados”.	
	“(...) <b>suporte</b> dos Ministérios da Justiça e da Administração Interna, e o envolvimento da Direção-Geral da Política de Justiça na <b>disponibilização de meios</b> financeiros e humanos para organizar esses cursos, em Portugal”.	11.6
	“(...) a <b>sensibilização</b> da PGR, do Membro Nacional de Portugal na Eurojust, da Ordem dos Advogados, da PJ, da PSP, da GNR e do SEF <b>para colaborar e participar nas EIC</b> (...)”.	11.5
	“À semelhança de outros países com maiores recursos financeiros (...), gostaria que o Governo da República (o Ministério da Justiça), as competentes autoridades judiciais e policiais e os magistrados, em Portugal, fizessem o mesmo e <b>beneficiassem dos recursos financeiros disponibilizados</b> pela UE e pelo Conselho da Europa nesta área”.	11.11
E8	“(...) as EIC <b>bilaterais e as investigações com grau moderado de complexidade</b> são as adequadas para começar este <b>processo de aprendizagem</b> , ensaio e execução de investigações transfronteiriças no âmbito de EIC”.	11.12
E9	“(...) a <b>sensibilização</b> terá que ser efetuada pelo canal judicial. A PGR desde há anos que vem efetuando a <b>divulgação</b> das EIC (...)”.	11.5
	“A sua <b>divulgação</b> aos investigadores ou aos coordenadores de investigações (...)”.	11.8
	“(...) só <b>analisando os resultados</b> de várias investigações conjuntas poderá haver <b>lessons learned</b> que originem novas propostas (...)”.	11.12
	“Em Portugal (...) deveria ser <b>criado um gabinete estratégico de investigação criminal</b> , que compreendesse um empenho de meios dos <b>diferentes ministérios</b> , que têm <b>diversas forças</b> com competências para fazer face ao fenómeno (...)”.	11.1
		11.2
		11.3
		11.4

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE L – CRIAÇÃO DAS EIC EM PORTUGAL

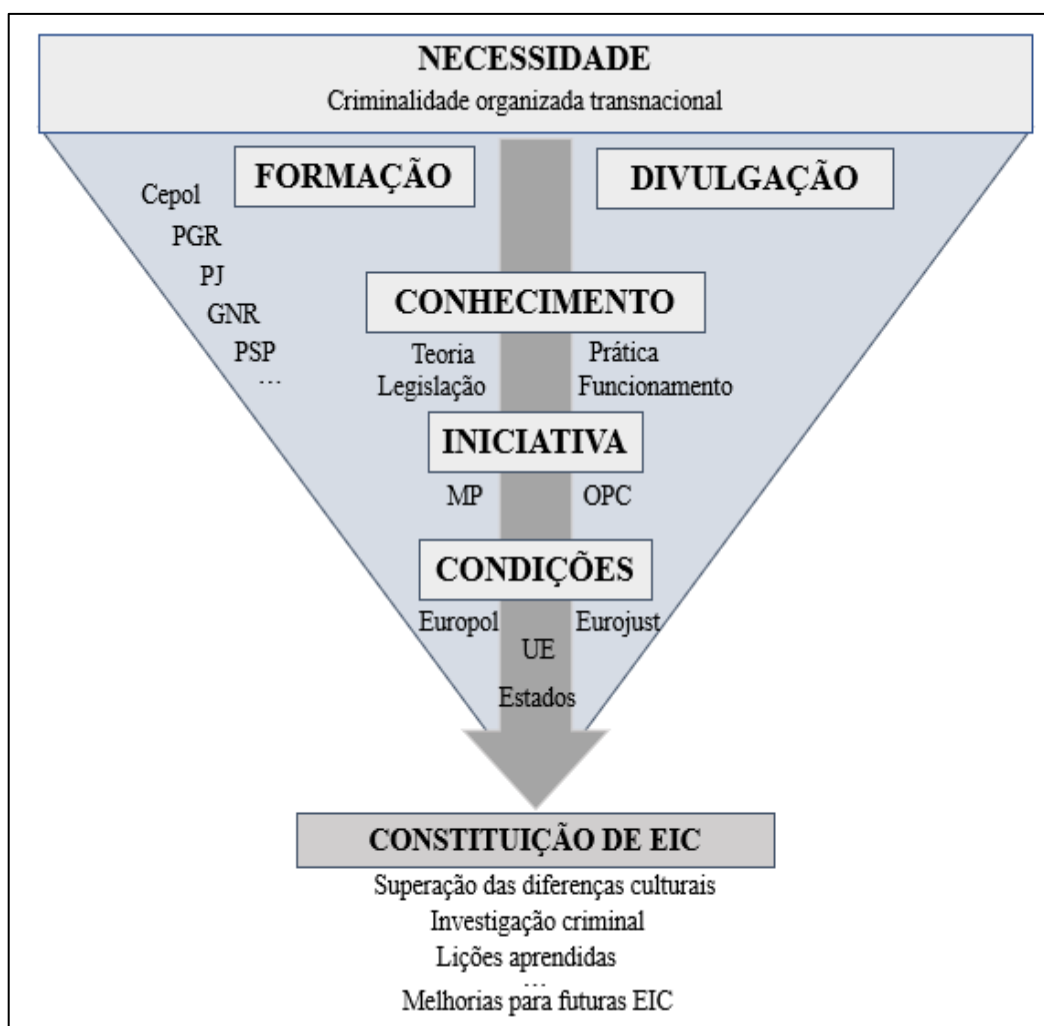


Figura n.º 9 – Criação das EIC em Portugal

Fonte: Elaboração própria.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – SUPORTE DA EUROPOL E DA EUROJUST (2014 – 2017)

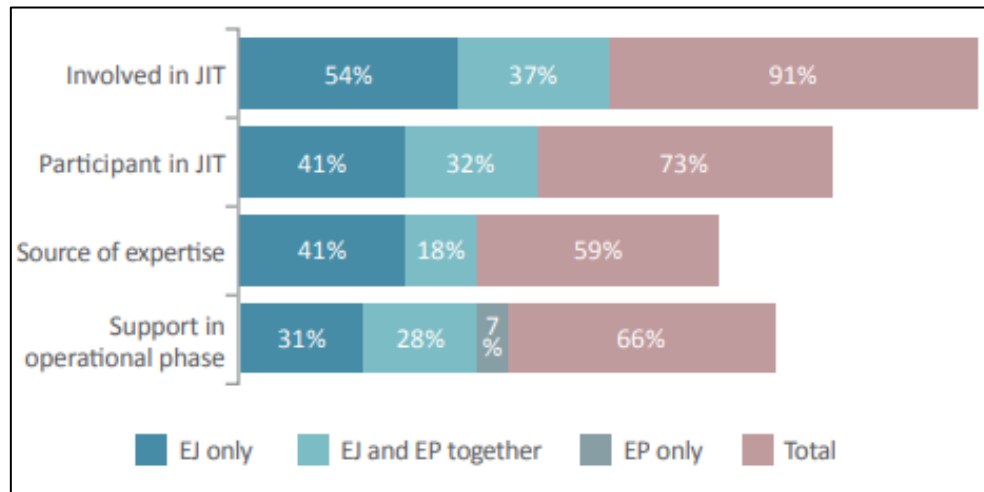


Figura n.º 10 – Suporte da Europol e da Eurojust (2014-2017)

Fonte: Rede de Peritos em EIC & Eurojust (2017, p. 39).

## ANEXO B – PROCESSO DE FINANCIAMENTO

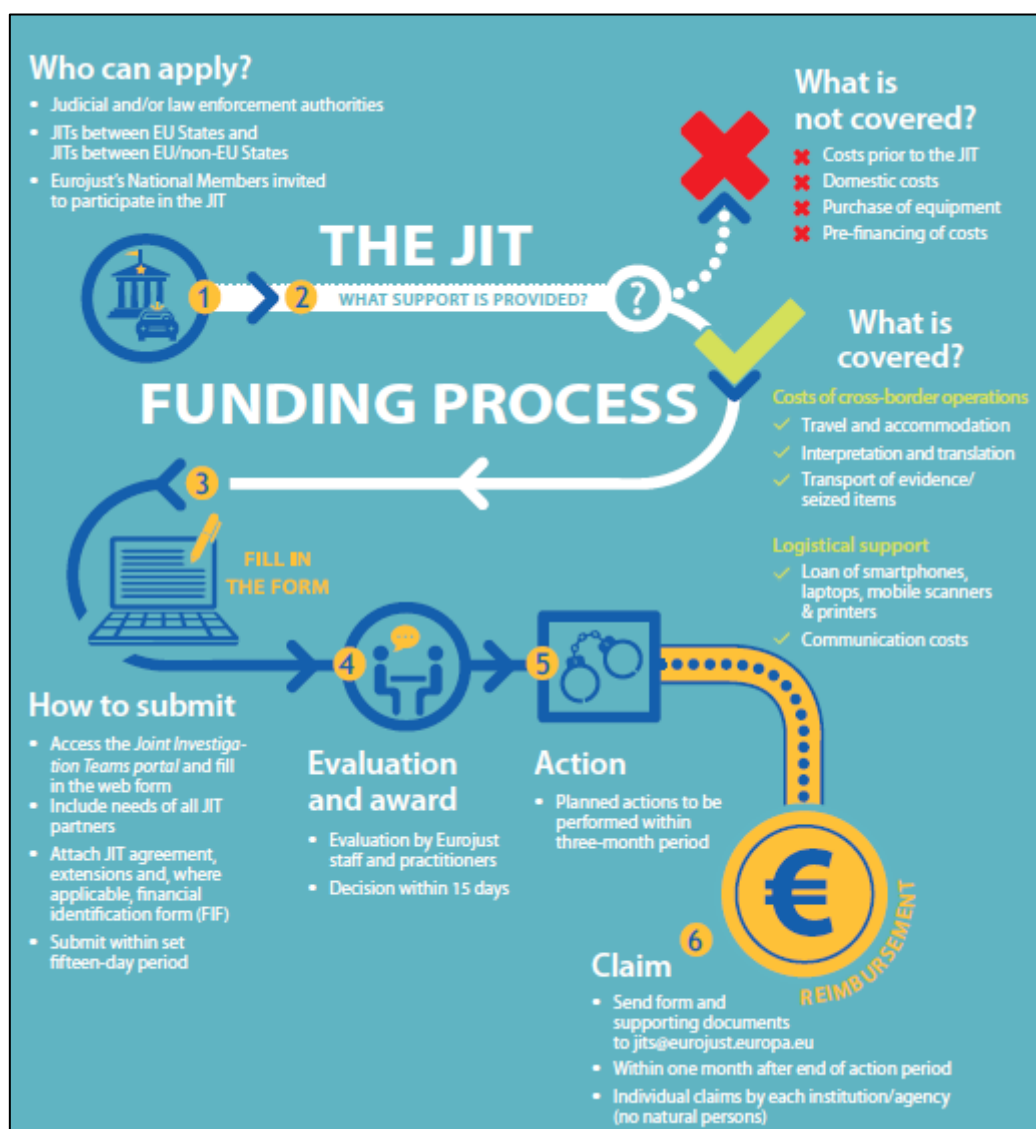


Figura n.º 11 – Processo de financiamento

Fonte: Eurojust (2019).

## ANEXO C – PARTICIPAÇÃO EM EIC EM CURSO POR PAÍS (2017)



Figura n.º 12 – Participação em EIC em curso por país (2017)

Fonte: Eurojust (2017, p. 23).